

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED

Carolina Santos Almeida

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
DA UFVJM: o acesso ao Ensino Superior no Curso de Bacharelado em Humanidades
(2012 a 2016)**

**Diamantina
2019**

Carolina Santos Almeida

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
DA UFVJM: o acesso ao Ensino Superior no Curso de Bacharelado em Humanidades –
(2012 a 2016)**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação.

Linha de Pesquisa: Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Professora Dra. Mara Lúcia Ramalho.

**Diamantina
2019**

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

A447p Almeida, Carolina Santos
Políticas públicas educacionais para o território de atuação da UFVJM: o acesso ao ensino superior no curso de Bacharelado em Humanidades (2012 a 2016) / Carolina Santos Almeida, 2019.
141 p. : il.

Orientadora: Mara Lúcia Ramalho

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Diamantina, 2019.

1. Território. 2. Políticas Públicas. 3. Ensino Superior. 4. UFVJM. I. Ramalho, Mara Lúcia. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 370

Carolina Santos Almeida

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS PARA O TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO
DA UFVJM: o acesso ao Ensino Superior no Curso de Bacharelado em Humanidades –
(2012 a 2016)**

Dissertação apresentada como pré-requisito para a conclusão do Mestrado Profissional em Educação.
Linha de Pesquisa: Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais.

Orientadora: Professora Dra. Mara Lúcia Ramalho.

Data de aprovação: 25/10/2019.

Prof^a. Dr^a. Mara Lúcia Ramalho

Prof. Dr. Leonardo dos Santos Neves

Prof. Ms. Kyrleys Pereira Vasconcelos.

Prof^a. Dr^a. Dayse Lúcida Silva Santos

Diamantina

Dedico esta pesquisa a todas as pessoas que se encontram em vulnerabilidade social, a todos os conterrâneos do Vale do Jequitinhonha e, em especial, às pessoas que acreditam na UFVJM e no seu poder transformador. Espero contribuir de alguma forma para o seu crescimento e para as mudanças incríveis advindas da Educação, quando esta é pensada com zelo e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por todas as oportunidades que Ele me oferece todos os dias. Poder participar do Programa de Pós-Graduação em Educação foi uma oportunidade única, pois me proporcionou a possibilidade de me tornar uma pessoa melhor, mais crítica socialmente, porém, mais humana, que me fez agradecer pelas experiências pessoais vividas e valorizar as duras experiências vividas e vencidas pelos meus pais. Agradeço à minha mãe, Maria Nílvia, que sempre me foi um exemplo de força e de garra frente às atribuições cotidianas; ao meu pai, Cesário Júnior, por ser um grande modelo de ética e competência e por sempre me apoiar incondicionalmente em minhas aventuras. Agradeço à Júlia pela força que me proporciona, desde o momento que acordo até o momento em que me deito, pois tudo que eu faço é baseado no amor e na felicidade em tê-la, nesta vida, como minha filha. Agradeço à minha irmã Sabrina e ao meu cunhado Rafael por serem meus apoios mesmo a distância e por me proporcionarem a alegria e a bênção de ser tia de três crianças maravilhosas que se tornaram parte de minha vida e de meus planos. Agradeço ao João Marcus, meu namorado, pelo carinho, paciência e apoio no final desta jornada. Estou muito feliz em finalizar esta fase e iniciar várias outras ao seu lado. Agradeço à minha tia Lili pelo apoio, desde a inscrição neste curso até os dias de hoje, e por me demonstrar todos os dias como a vida deve ser vivida e aproveitada com toda esperança e força. Agradeço aos meus familiares, pois a família é parte de uma estrutura que nos assegura e nos socorre nos momentos de dificuldades e desânimo. Agradeço aos meus amigos da PROGEP, em especial à Zanza e ao Juliano, pois o apoio de vocês foi fundamental para que eu conseguisse a finalização deste processo. Agradeço aos amigos da DLN por todo apoio nos momentos de dificuldade, de discussões sobre as coisas da vida, pelas risadas e pelo aprendizado diário. Às amigas de vida, obrigada por tudo! Meu caminho não teria graça sem vocês. Agradeço também aos amigos da equipe LFT por me permitirem descarregar o estresse e as preocupações nos treinos diários. Agradeço também aos professores que compuseram as minhas bancas, desde o Seminário I até a banca de Defesa, pois todas as sugestões, críticas e orientações auxiliaram e engrandeceram muito a construção do meu trabalho. Por último, agradeço imensamente à minha orientadora Mara Lúcia Ramalho pela confiança dispensada a mim no momento da escolha do meu tema para orientação. Você permitiu que eu pudesse de alguma forma fazer algo que contribuísse para o desenvolvimento de minha região, confiou em mim, mesmo nos momentos em que eu não confiei. Aprendi com você que as críticas são um motor para o sucesso. Muito obrigada pelo aprendizado.

RESUMO

A pesquisa teve como objetivo relacionar o território de atuação da UFVJM, previsto no PDI 2012-2016, com as informações identificadas nas matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades - BHU nesta mesma época, tendo em vista a compreensão da política de acesso ao ensino superior adotada na instituição. A escolha do tema tornou-se pertinente dada à relevância acadêmica e social, pois tendeu a discutir a real democratização do acesso ao ensino superior na UFVJM. O arcabouço teórico amparou-se em pressupostos que fundamentaram a discussão sobre território e região, políticas públicas e acesso ao ensino superior. Também foram utilizadas as principais legislações que dispõem a educação enquanto direito fundamental, como exemplo, pode-se mencionar os marcos constitucionais e infraconstitucionais vigentes em território brasileiro. Desta forma, o presente estudo amparou-se em uma abordagem qualitativa e utilizou-se da pesquisa documental; para garantir o rigor metodológico necessário ao seu desenvolvimento, foi utilizada a análise de conteúdos pautada em pressupostos de Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. Sintetizando os resultados, a pesquisa oportunizou desvelar que muitos discentes do curso de BHU são oriundos de municípios que se localizam muito além do estado de Minas Gerais, e que não há menção sobre as atividades da UFVJM nos Planos Municipais de Educação dos municípios analisados, que a distância territorial mostra-se substancial entre os municípios e o campus que possui o curso de BHU e que o oferecimento de outras instituições educacionais nos próprios territórios ou territórios vizinhos puderam ser considerados importantes variáveis que influenciaram no número de matrículas no período de 2012 a 2016. Assim, entendeu-se que há a necessidade em se criar uma ferramenta de gestão que acompanhe a origem do público de cada curso, observando-se os territórios defasados e procurando dar mais visibilidade ao seu campo de atuação nos municípios que compõem o seu *locus* de atuação.

Palavras-chave: Território. Políticas Públicas. Ensino Superior. UFVJM.

ABSTRACT

This research aimed to relate the territory of operation of UFVJM, provided for in the 2012-2016 PDI, with the information identified in the enrollment of students of the Bachelor of Humanities - BHU course at the same time, in order to understand the access policy to higher education adopted in the institution. The choice of theme became pertinent given the academic and social relevance, as it tended to discuss the real democratization of access to higher education at UFVJM. The theoretical framework was based on assumptions that supported the discussion about territory and region, public policies and access to higher education. Also used were the main laws that provide education as a fundamental right, as an example, we can mention the constitutional and infraconstitutional frameworks in force in Brazilian territory. Thus, the present study was based on a qualitative approach and used the documentary research; In order to guarantee the necessary methodological rigor for its development, the content analysis based on assumptions was used from Maria Laura Puglisi Barbosa Franco. To summarize the results, the research provided the opportunity to reveal that many BHU students come from municipalities that are located far beyond the state of Minas Gerais, and that there is no mention of the activities of UFVJM in the Municipal Education Plans of the analyzed municipalities. The territorial distance is substantial between the municipalities and the campus that holds the BHU course and that the offer of other educational institutions in their own or neighboring territories could be considered important variables that influenced the number of enrollments in the period from 2012 to 2016. Thus, it was understood that there is a need to create a management tool that follows the origin of the public of each course, observing the lagged territories and seeking to give more visibility to their field of action in the municipalities that make up their locus of education. acting.

Keywords: Territory. Public policy. Higher Education. UFVJM.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Distribuição e Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Região Geográfica - Brasil - 2001 e 2010	45
Figura 2 - Organograma do Curso de Bacharelado em Humanidades.....	65
Figura 3 - Vale do Jequitinhonha.....	72
Figura 4 - Vale do Mucuri.....	73
Figura 5 - Norte de Minas Gerais	73
Figura 6 - Noroeste de Minas	74
Figura 7 - Modelo de Formulário de Matrícula.....	81
Figura 8 - Discentes por Unidade da Federação.....	82

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Origem dos graduandos das IES Federais (%)	44
Tabela 2 - Instituições cadastradas no Sistema e-MEC dentro dos territórios analisados	57
Tabela 3 - Cursos oferecidos pela UFVJM	61
Tabela 4 - A UFVJM e o REUNI	63
Tabela 5 - Classificação de grupos para o ingresso na UFVJM - Curso Bacharelado em Humanidades - 2012 a 2016.....	79
Tabela 6 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Vale do Jequitinhonha.....	84
Tabela 7 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Vale do Mucuri.....	86
Tabela 8 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Norte de Minas	87
Tabela 9 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Noroeste de Minas	88
Tabela 10 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Diamantina	97
Tabela 11 - Instituições Educacionais do Município de Diamantina e cidades circunvizinhas	98
Tabela 12 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Carbonita	103
Tabela 13 - Instituições Educacionais do Município de Carbonita e cidades circunvizinhas	104
Tabela 14 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Malacacheta.....	109
Tabela 15 - Instituições Educacionais do Município de Malacacheta e cidades circunvizinhas	109
Tabela 16 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Setubinha	111
Tabela 17 - Instituições Educacionais do Município de Setubinha e cidades circunvizinhas	112
Tabela 18 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Montes Claros.....	117
Tabela 19 - Instituições Educacionais do Município de Montes Claros e cidades	

circunvizinhas	118
Tabela 20 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Francisco Dumont	122
Tabela 21 - Instituições Educacionais do Município de Francisco Dumont e cidades circunvizinhas	123
Tabela 22 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de João Pinheiro	126
Tabela 23 - Instituições Educacionais do Município de João Pinheiro e cidades circunvizinhas	128

LISTA DE SIGLAS

BHU - Bacharelado em Humanidades

CIACS - Centros Integrados de Atendimento à Criança

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FAS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social

FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

FIES - Financiamento Estudantil

FINSOCIAL - Fundo de Investimento Social

FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDBEN - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PME - Plano Municipal de Educação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNE - Plano Nacional de Educação

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação.

PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

PROUNI - Programa Universidade para Todos

UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

UNICEF - Fundo das Nações Unidas para Infância

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	23
CAPÍTULO I - UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E REFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR	29
1.1 As Principais Políticas e Reformas na Educação na Nova República - 1985 a 2016	29
1.2 Principais Políticas Públicas Educacionais de acesso ao Ensino Superior	41
1.3 A Educação como ponto de possibilidade para a melhoria de vida populacional e sua abordagem enquanto direito social do indivíduo	45
CAPÍTULO II - A UFVJM: A COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO	50
2.1 O início: A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM	51
2.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2012-2016	55
2.3 Curso de Bacharelado em Humanidades: uma nova proposta de entrada ao ensino superior.....	61
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	65
3.1 1ª Etapa: Seleção dos documentos e delimitação espacial do universo da pesquisa	70
3.2 2ª Etapa: Acesso aos documentos e sua análise	74
3.3 3ª Etapa: Análise dos documentos	75
CAPÍTULO IV - UMA UNIVERSIDADE PARA QUEM?	79
4.1 Categoria 1: Um início de conversa sobre o acesso ao ensino superior na UFVJM: matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades.....	79
4.1.1 Vale do Jequitinhonha.....	83
4.1.2 Vale do Mucuri.....	85
4.1.3 Norte de Minas Gerais	87
4.1.4 Noroeste de Minas Gerais	88
4.2 Categoria 2: Planos Municipais de Educação: registros sobre o acesso ao ensino superior.....	89
4.2.1 Plano Municipal de Educação do município de Diamantina	89
4.2.2 Plano Municipal de Educação do município de Carbonita	98
4.2.3 Plano Municipal de Educação do município de Malacacheta	105
4.2.4 Plano Municipal de Educação do município de Setubinha	110
4.2.5 Plano Municipal de Educação do município de Montes Claros	113

<i>4.3.6 Plano Municipal de Educação do município de Francisco Dumont</i>	<i>119</i>
<i>4.3.7 Plano Municipal de Educação do município de João Pinheiro</i>	<i>123</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	129
REFERÊNCIAS.....	133
LEGISLAÇÃO CONSULTADA.....	139
ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	141

INTRODUÇÃO

O presente estudo encontra-se situado na Linha de Pesquisa 2: Educação, Sujeitos, Sociedade, História da Educação e Políticas Públicas Educacionais, do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGED da UFVJM, que aborda a interação entre a educação, os sujeitos individuais e institucionais na sociedade pela perspectiva de análise das políticas públicas educacionais.

Por se tratar de um mestrado profissional, pretendemos relacionar o território de atuação da UFVJM, previsto no PDI 2012-2016, com as informações identificadas nas matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades - BHU nesta mesma época, tendo em vista a compreensão política de acesso ao ensino superior adotada na instituição, tomando-se como referencial para o desenvolvimento do estudo, o recorte na entrada para o curso de BHU e o momento da escolha para as licenciaturas, as quais o Projeto Pedagógico do curso viabiliza.

A partir do exposto, acreditamos que a pesquisa possa ter relevância, pois pode permitir uma maior compreensão a respeito das oportunidades de entrada de discentes nos cursos de formação de professores, auxiliando na ampliação de oportunidades e na formação do ser humano, de sua dignidade e do pensamento crítico.

O curso citado foi escolhido como objeto de análise desta pesquisa por possuir grande relação com a minha vida profissional e familiar, pois, além de ser filha de professores, possuo formação nos cursos de Letras e Direito. Lecionei como professora de Língua Portuguesa e suas Literaturas no Ensino Fundamental e Médio por aproximadamente dezesseis anos. Ao me separar das salas de aulas e fazer parte do corpo técnico administrativo da UFVJM, desenvolvi grande apreço pela instituição e compreendi o grande papel que esta possui nesta região carente e estigmatizada, pois a partir dela, várias pessoas conseguiram frequentar o ensino superior e puderam finalizar um círculo recorrente familiar de não continuidade dos estudos.

Assim, a pesquisa intitulada como Políticas Públicas Educacionais para o território de atuação da UFVJM: o acesso ao Ensino Superior no Curso de Bacharelado em Humanidades (2012 a 2016) apresentou como problema a seguinte indagação: no contexto escolhido, como sendo os anos de 2012 a 2016, data do Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM responsável pela expansão, as políticas adotadas contribuíram para a ampliação da oferta do ensino superior no território de atuação da instituição, tomando-se como referencial a entrada via bacharelado?

A fim de se conseguir traçar um caminho coerente para a compreensão do tema, elencamos os seguintes objetivos específicos: mapear no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, ano 2012 a 2016, o território previsto para a atuação da universidade e caracterizá-lo; verificar no Plano Municipal de Educação das Secretarias Municipais de Educação das cidades escolhidas para análise, se há menção ao acesso de sua população a atividades de formação no ensino superior; constatar se as matrículas relacionadas aos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades da UFVJM podem ser entendidas como um elemento demonstrativo da expansão da instituição no território previsto no PDI. A área de abrangência da instituição é apresentada no Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 como Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais.

A minha cidade, Diamantina, está localizada no Vale do Jequitinhonha que, por sua vez, é dividido em Alto, Médio e Baixo Jequitinhonha. O interesse pela pesquisa se deu a partir do momento em que percebi, informalmente, que a maioria do público de determinados cursos advinha de regiões bem distantes da nossa. Isso me levou a questionar o porquê de nossas regiões mais pobres não participarem das atividades de uma instituição que, a meu ver, surgiu também para aumentar as oportunidades das populações dos Vales.

Tendo em vista a construção de um arcabouço teórico que possibilitasse aprimorar o entendimento e aprofundar a discussão de alguns conceitos estruturantes para a compreensão da temática, norteadora da pesquisa em questão, não há como deixar de apresentar ao longo da pesquisa o significado das expressões políticas públicas, ensino superior, território e região.

As políticas públicas educacionais, nas últimas décadas, ganharam maior visibilidade porque têm se amparado em pressupostos pautados em uma perspectiva democrática. Por tal motivo, se tornam um princípio estruturante dos documentos em vigência no atual contexto, a saber: a Constituição da República de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996), o Plano Nacional de Educação - PNE e Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, de 24 de abril de 2007.

Neste contexto, as políticas surgem da necessidade do Estado em governar para as classes que não possuem as mesmas oportunidades, em busca de um padrão de equidade. O autor Bobbio (1995) conceitua equidade remetendo-se à questão da liberdade, pois, para ele, as duas constituem o âmago da pessoa humana. Historicamente, a igualdade é comparada ao conceito de justiça, tendo em vista sua aproximação com as histórias das vítimas de opressão e vítimas do mau uso do poder.

Porém, a liberdade está atrelada a várias outras necessidades, como por exemplo, ao respeito e à justiça, transformando-se em uma meta social, mesmo sabendo que não existe uma sociedade onde todos são igualmente livres e livremente iguais.

A educação pública no Brasil, segundo a Constituição da República de 1988, envolve a responsabilidade do governo Federal, Estadual e Municipal com a sociedade, com o fim de garantir os direitos dos cidadãos. Esses direitos podem ser alcançados por meio de políticas públicas educacionais constituídas pelos governos em prol ao atendimento das demandas da sociedade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, dispõe que o ensino superior é o grau de ensino que deve fomentar a criação cultural e de desenvolvimento do espírito científico e também do pensamento reflexivo. Desde o ano de 1988, a educação superior passou por um processo intenso de reformas, firmando-se a partir de meados da década de 1990.

Assim, apresentamos a lógica de organização dos capítulos, mas antes demarcamos o tempo escolhido, como sendo 2012 a 2016, justificando-se por ser o período de criação e vigência do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, responsável pela expansão da instituição e pela demarcação dos territórios de atuação da universidade em tela.

Para melhor estruturação da pesquisa, a metodologia utilizada se serviu de uma abordagem qualitativa, que permitiu o levantamento de dados que conduziram a um método que desvelou questões que foram formuladas ao longo do texto, pois encaminharam para a percepção de aspectos mais subjetivos, pretendendo não esgotar o entendimento no presente texto, mas fomentar a elaboração de futuros objetos de pesquisa. Foi realizada uma pesquisa documental, de forma que a exploração dos documentos auxiliou na compreensão do objeto e a análise de conteúdo que proporcionou a leitura e interpretação dos textos selecionados.

Dando sequência, limitamos à análise dos Planos Municipais de Educação das cidades que apresentaram o maior número de discentes matriculados no curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016 dos territórios demarcados no PDI como de atuação da UFVJM e os que apresentaram menor número de discentes, excluindo-se os municípios que não apresentaram nenhum número, por entender que a informação de pelo menos 1 (um) discente traria mais efetividade à pesquisa.

Os Planos Municipais de Educação - PMEs fazem parte da construção de uma estratégia relacionada à melhoria da educação, levando-se em consideração a realidade de cada município. Eles decorrem do Plano Nacional de Educação - PNE, criado a partir de dois projetos de Lei: o Projeto n.º 4.155/1998, apresentado pelo Legislativo e o Projeto n.º 4.173/1998 encaminhado pelo Executivo ao Congresso. A partir disso, foi criado o primeiro Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei n.º 10.172 de 9 de janeiro 2001, tendo vigorado de 2001 a 2010. Este plano apresentou metas que precisavam ser cumpridas pelos municípios, relativas à educação, dentro de um espaço de tempo determinado.

Os supracitados PMEs são, para as autoras Grinkraut, Carreira e Cintra (2013, s/p.): “um instrumento de planejamento onde estão definidos conjuntos de metas que a sociedade pretende alcançar para que a educação avance em um município, estado ou país”. Todos os PMEs analisados trouxeram informações que compreenderam as metas apresentadas no PNE, com o foco principal, a melhoria educacional. Sendo assim, muitos Planos Municipais de Educação apresentaram propostas de ações e políticas públicas que auxiliaram nas estratégias e cumprimentos destas metas.

Nesta pesquisa, averiguamos as informações constantes no Plano Nacional de Educação atual, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que tem como vigência o período de 2014 a 2024: “Art. 1º É aprovado o Plano Nacional de Educação - PNE, com vigência por 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no Art. 214 da Constituição Federal” (BRASIL, 2014). A escolha deste PNE se deu pelo fato de boa parte do período analisado compreender o seu prazo de vigência e, principalmente, pelo fato de os PMEs atuais estarem embasados nele.

A partir do exposto, apresentamos a lógica adotada para a organização dos capítulos que compõem o texto da dissertação. O primeiro capítulo da pesquisa foi composto por uma breve demonstração histórica, com o objetivo de apresentar as ações realizadas ao longo dos anos de 1.985 a 2.016, para que se pudesse perceber, a partir das informações coletadas, o lugar atribuído à educação no contexto temporal, principalmente no que se refere ao ensino superior. Foi ainda objeto do capítulo a discussão sobre a construção da autonomia e organização das instituições educativas no Brasil para atenderem às propostas das políticas públicas educacionais em vigência no contexto analisado, bem como a apresentação da legislação geral sobre o tema.

O segundo capítulo procurou apresentar a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e a sua história de implantação a partir do seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, que é o planejamento da instituição com relação ao

cenário atual, estabelecendo condições na construção e busca pela qualidade do ensino universitário. O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, 2012 a 2016, foi criado por uma comissão composta pela comunidade acadêmica com o objetivo de estabelecer a missão da UFVJM, o objetivo de sua criação e as pretensões acadêmicas e organização.

Na sequência, apresentamos uma discussão sobre os conceitos de território e região, expostos pelos autores Paul Claval, Claude Raffestin, Rogério Haesbaert, dentre outros e tendemos a apresentar também o curso de Bacharelado em Humanidades e suas especificidades.

O terceiro capítulo referiu-se aos pressupostos metodológicos utilizados para a produção da pesquisa, com o intuito de atender aos objetivos estipulados, que abarcaram a análise dos números das matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades, 2012 a 2016 e a análise dos Planos Municipais de Educação dos municípios escolhidos.

O quarto capítulo procurou focar nas análises das matrículas do curso de BHU, disponibilizadas pela Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM, com relação à origem de seus discentes, no período de 2012 a 2016, observando-se os municípios que apresentaram mais discentes e menos discentes neste período, perfazendo-se os territórios do Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais. O capítulo em questão procurou abordar também a análise dos Planos Municipais de Educação dos municípios escolhidos, bem como a verificação sobre os dados observados e se os mesmos justificaram os números encontrados.

A partir das análises realizadas, observamos que a baixa proporção de estudantes advindos da área de atuação da UFVJM pode ser explicada por diversos fatores, como distância territorial do *campus* que oferece o curso de BHU, outras opções de instituições educacionais mais próximas dos municípios analisados e falta de citação das atividades da UFVJM nos PMEs daqueles territórios.

Importante destacar que o fator distância territorial foi concebido ao longo da pesquisa, na parte que se refere aos quilômetros de distância entre os municípios, levando-se em consideração o pensamento do autor Mendoza (1982), que definiu o território enquanto extensão territorial contínua ou área delimitada pelas fronteiras nacionais de um Estado.

Todas as informações encontradas podem ser um indicador de que a instituição necessita repensar a sua gestão, voltando-a para os territórios em defasagem e, quem sabe, ampliando as análises a todos os cursos, pois esta ação auxiliaria no atendimento das populações que compõem os territórios de atuação da UFVJM.

CAPÍTULO I - UM OLHAR PARA A EDUCAÇÃO: POLÍTICAS E REFORMAS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

O presente capítulo visa demonstrar como foi a abordagem dos governantes brasileiros com relação ao ensino superior, no período de 1985 a 2016, tendo em vista que a parte inicial deste período apontado sinalizou um momento preliminar democrático brasileiro, com o fim do Golpe Militar, possibilitando uma quebra de paradigmas e de pensamentos norteadores da educação; e a parte final escolhida constituiu o fito de um momento caracterizado pela construção de diversas políticas públicas educacionais¹, ponto bastante importante nesta pesquisa.

Do mesmo modo, neste capítulo, abordar-se-á as principais políticas públicas educacionais de acesso ao ensino superior e seus conceitos, bem como expomos tabelas que demonstram a entrada de discentes ao ensino superior em todo país. Seguindo-se para a parte final do capítulo, expusemos a legislação que se refere à educação como direito social de todos os cidadãos. Acreditamos que as informações serão complementadoras ao demonstrar as principais ações voltadas para a educação no período especificado de 1985 a 2016, juntamente às principais políticas públicas educacionais e à legislação sobre o tema.

1.1 As Principais Políticas e Reformas na Educação na Nova República - 1985 a 2016

As instituições educacionais brasileiras apresentam particularidades que são destinadas à educação e formação de seus discentes. Nesse sentido, procuram desenvolver políticas públicas educacionais que direcionam e aumentam o acesso de todas as populações aos seus cursos. Em uma visão geral, não há como falar em instituições educativas e até mesmo em políticas públicas educacionais sem buscar a compreensão de alguns marcos referentes ao domínio político e histórico. Desta forma, inicialmente, far-se-á uma configuração para nortear as discussões na lógica de organização das políticas governamentais no período 2012 a 2016, para se compreender a expansão do ensino superior no Brasil e ainda delimitar o contexto de análise do objeto em estudo na presente pesquisa.

No entanto, a construção do capítulo, que tomou como referencial o período escolhido, demandou o entendimento sobre o contexto temporal que antecedeu o momento em

¹ Como exemplo de políticas públicas no período citado: Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, Universidade para Todos - PROUNI, Programa de Apoio a Planos de reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI e Fundo de Financiamento Estudantil - FIES.

estudo, por considerar que compreender as reformas nos anos 2000 requer retomar um período pós-Golpe Militar, que iniciou os movimentos que foram ao encontro dos pilares estruturantes da implementação da democracia no Brasil, fator de suma importância quando se trata de ampliação da oferta do acesso ao ensino superior.

Assim, para enriquecimento do trabalho e organização do presente capítulo, tomamos como ponto de partida a apresentação prévia e sintética do período do Golpe Militar brasileiro. Este, foi marcado por ferrenha censura, tentativa de controle social, autoritarismo e desrespeito aos direitos humanos. Por outro lado, foi marcado também por grande mobilização popular. A autora Delgado (2001) expôs que naquele momento era necessário superar o medo e a perplexidade, de forma a juntar forças em prol das reformas sociais.

Importante mencionar a forma como a educação foi tratada nesta época, frente a um cenário de crise e de dura repressão. Mais uma vez, não se compartilhou de um momento em que o incentivo à educação foi prioritário, além da elevada carga tributária herdada pelo período anterior, o investimento educacional não surgiu de maneira fácil. A autora Romanelli (1985, p. 171) diz que:

[...] o intervalo que segue à aprovação da Constituição Federal de 1946 e ao envio, em 1948, à Câmara dos Deputados, de um anteprojeto de reforma geral da educação nacional pelo então Ministro da Educação, Clemente Mariani, elaborado por comissão presidida pelo educador Lourenço Filho, dá início a um dos períodos mais fecundos da luta ideológica em torno dos problemas da educação, luta iniciada no final da década de 1929.

Neste momento, duas visões contrárias entraram em conflito no país: de um lado, os que defendiam uma educação pública de qualidade e gratuita, e do outro, os que a enxergavam como algo privado e para poucos. Neste ínterim, eclode o Golpe Militar e a educação se torna o cerne a partir do momento em que se há a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), aprovado inicialmente em 1961, através da Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961. Esta lei quase não entrou em vigor, sendo alterada em 1968 pela Lei n.º 5.540, de 28 de novembro de 1968, que tratava do ensino superior e sua articulação com a escola média, e, posteriormente, pela Lei n.º 5.692, de 11 de agosto de 1971, que tratava dos ensinos do primeiro e segundo graus.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, apresentou em seu texto grande estímulo ao setor privado, no momento em que se incluíram dispositivos que incentivaram o Estado a repassar recursos às instituições privadas, a fim de que estas concedessem bolsas de estudo para as famílias que não possuíam condições financeiras. Por outro lado, a lei também citou a vinculação orçamentária da União, Estados,

DF e Municípios, ampliando a participação da União em 12% e mantendo a porcentagem dos demais entes, vinculando os gastos desses valores ao sistema público de ensino.

Nesta época, a LDB apresentava em seu texto uma tendência a proporcionar a proteção aos interesses de quem possuía condições econômicas mais expansivas. A autora Romanelli (1985, p. 183) apresenta com eficiência tal ideia:

Na verdade, essa retirada de autonomia e de recursos da esfera pública para privilegiar a esfera privada, essa proteção à camada social, que podia pagar a educação, à custa das camadas que não podiam, só é compreensível dentro do quadro geral da organização da sociedade brasileira e do jogo de influências que as camadas dominantes exerciam sobre os representantes políticos no legislativo.

Frente ao exposto, não se percebeu uma vantagem mais social com a visão dada à Lei de Diretrizes e Bases - LDB à época, pois esta priorizava o repasse de verbas às instituições privadas e auxiliava ainda mais as pessoas que podiam pagar pela esfera particular, necessitando assim de uma reformulação de seu texto.

Um outro ponto importante, visto por alguns autores como positivo, foi a criação da Lei n.º 4.440, de 27 de outubro de 1964, que instituiu o salário educação e teve como objetivo suplementar as despesas públicas com a educação através de uma contribuição recolhida por empresas. Essa ideia surgiu primeiramente na Constituição de 1934 que, em seu art. 139, estabeleceu que toda empresa, na qual trabalhassem ao menos cinquenta pessoas, deveria proporcionar o ensino primário gratuito aos analfabetos das famílias (PINTO, 1989).

A Constituição de 1934 perdeu a vigência em 1937, mas em 1964, reforçada por idealizadores do Golpe, como o professor Carlos Pasquale, dentre outros educadores, a lei sofreu inovações e propôs a possibilidade de as empresas pagarem a contribuição, ao invés de oferecerem o ensino através do salário educação. Outro ponto que interessou aos empresários foi a concessão de permissão para que as empresas descontassem na contribuição devida os gastos com bolsas de estudos em instituições privadas de ensino. Essa permissão deslocou os investimentos das instituições públicas às privadas, como também permitiu a existência de fraudes via bolsas e alunos que nunca existiram (MELCHIOR, 1987; PINTO, 1989).

Esta incerteza de gastos do dinheiro público sobreviveu por bastante tempo e teve termo em 2006, com a Emenda Constitucional n.º 14, que assegurou que os recursos do salário educação fossem destinados ao ensino público. O salário educação foi implantado pela ditadura, mas ele não foi a única fonte implementada de incentivo à educação. Foi criado também o Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAZ, que destinava recursos das Loterias, e o Fundo de Investimento Social - FINSOCIAL, voltado também para as empresas,

porém, não obtiveram muito sucesso em suas arrecadações (PINTO, 1989).

A Constituição de 1967 surgiu com a queda da vinculação constitucional dos impostos destinados à educação, que, mesmo tendo previsão legal, não mais funcionou naquele momento. Com a Constituição de 1969, houve a tentativa de reintrodução da vinculação de receitas tributárias, porém destinada apenas para os municípios, parte mais pobre de todos os entes federativos.

A partir do mencionado momento, o caos se instalou, pois algumas mudanças institucionais ocorreram, como, por exemplo, a ampliação dos anos nas escolas e a revogação da vinculação de recursos, que antes eram destinados à educação especificamente, trazendo prejuízos para a oferta de qualidade do ensino. O resultado desse caminho refletiu tanto no aumento de matrículas, quanto na remuneração dos profissionais envolvidos na educação, que sofreram com a falta de reconhecimento e valorização, quadro que percebemos até os dias atuais.

A partir das mudanças na área educacional nesta época, o ensino superior sofreu grande momento de privatização, perdendo a qualidade e impedindo a possibilidade de acesso dos populares. No mesmo seguimento, houve também o fim das escolas confessionais e o crescimento da educação privada, pois se intensificaram a criação de “cursinhos” preparatórios voltados para a demanda do ensino superior público, o que mais uma vez pode ter se tornado um benefício para quem possui condições para se manter em uma instituição privada, pois só estudavam nestes “cursinhos” os que podiam arcar com suas mensalidades.

Findando o período do Golpe Civil-Militar, começa a Nova República, em 1985, período proposto pelo presente capítulo. O seu marco inicial se deu com a eleição indireta de Tancredo Neves² para Presidente e José Sarney³ para Vice-Presidente. A eleição indireta permitia que apenas os senadores e deputados votassem, porém, houve grande mobilização popular em prol da aprovação da Emenda Dante de Oliveira⁴, que propunha eleições diretas, as chamadas Diretas Já, que não obtiveram votação suficiente, mesmo sob grande pressão do povo.

A eleição indireta teve como vencedor Tancredo Neves para Presidente do Brasil, contudo, este não tomou posse em decorrência de problemas de saúde, permitindo que Sarney assumisse o poder à época, demonstrando um mandato bastante ambíguo, de acordo com o

²Tancredo de Almeida Neves estava à época vinculado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB.

³José Ribamar Ferreira de Araújo Costa estava à época vinculado ao partido governista Aliança Renovadora Nacional - ARENA.

⁴Emenda que permitiria eleições diretas para presidente em 1985. Ganhou o nome do deputado que a apresentou, o mato-grossense Dante de Oliveira.

Ministério da Educação (1990), começando pelo fato dele ter sido um colaborador do regime militar e, neste momento, lutar contra a possibilidade do retorno desse regime.

O período de gestão de José Sarney foi marcado por acordos em troca de apoio político, por aumento na inflação e apresentação de problemas nas contas públicas. Por outro lado, como ponto positivo, houve a aprovação da nova Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, marcada pela participação da sociedade através da apresentação de sugestões, o que foi considerado um grande avanço, tendo em vista que o período adveio de um momento de mínima participação popular.

Esta citada Constituição demonstrou que o governo estava aberto ao atendimento de algumas necessidades do povo e, assim, trouxe mudanças consideráveis, como exemplo, a instituição de jornada de trabalho de 44 horas semanais, a criação do seguro desemprego e do fundo de garantia por tempo de serviço, ampliação da licença maternidade para quatro meses, direito à greve, dentre outros.

Em 1990, o Ministério da Educação publicizou informações sobre todas as ações realizadas no período de José Sarney, a partir da obra intitulada de Ações 85/90 (BRASIL, 1990). Em análise a esta obra, especificamente ao ensino superior, observamos a implementação em 1985 do Programa Nova Universidade, o qual apoiava as instituições em termos de qualidade do ensino, pesquisa e extensão. Todo investimento atribuído a este programa trouxe, em benefícios, os números crescentes de alunos de graduação e de pós-graduação, sem mencionar os investimentos voltados à manutenção e recuperação da parte física das universidades e a melhoria dos planos de carreira e salários dos servidores envolvidos (BRASIL, 1990, p. 8).

Foi implantado o Programa Nova Universidade, com o objetivo de apoiar as instituições de ensino superior na melhoria da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão. Para as atividades de manutenção e investimento desse programa, foram destinados recursos nominais cinco vezes superiores aos recursos do exercício anterior. Dessa forma, foram beneficiados 326.495 alunos de graduação e 17.082 de pós-graduação. Acresce, ainda, o início do processo de recuperação da infraestrutura física dos campi universitários e a uniformização dos planos de cargos e salários do pessoal docente, técnico e administrativo das fundações universitárias, mantidas pelo Governo Federal.

De acordo com o mesmo texto (BRASIL, 1990, p. 10), em 1986 foi criado o chamado anteprojeto de reforma da universidade brasileira que propôs a criação da universidade na condição de ente jurídico. Houve também a criação de projetos voltados para a manutenção de hospitais universitários, bem como o cumprimento do Decreto n.º 93.594/1986, que sustava a criação de novos cursos pelo prazo de um ano, com o objetivo de

se exigir um padrão e qualidade maiores.

Dando prosseguimento ao Programa Nova Universidade, os estudos sobre reformulação do ensino superior no Brasil culminaram com a conclusão do anteprojeto de reforma da universidade brasileira e das escolas isoladas federais. Este anteprojeto propunha a criação do ente jurídico Universidade, eliminando a dicotomia entre fundações e autarquias. Ainda nessa área, é preciso salientar a aprovação, por decreto, do III Plano Nacional de Pós-Graduação-86/90, que pretende duplicar, até 1990, o estoque de cientistas atuantes no País. Cumpre ressaltar que a expansão do ensino superior, até então operando sem critérios definidos claramente, teve no Decreto nº 93.594/86 a sustação da criação de novos cursos, pelo período de um ano. Tal medida contribuiu para maior rigor na fixação de requisitos para a autorização e o funcionamento de novos cursos, adequados às exigências de padrão de qualidade e às demandas da sociedade brasileira.

Em 1987, o Ministério da Educação determinou a melhoria do Programa Nova Universidade, a partir da aplicação de mais recursos, o que viabilizou o crescimento no atendimento de alunos de graduação e de pós-graduação. Destaca-se também, a continuidade às ações no III Plano Nacional de Pós-Graduação que beneficiou 673 cursos de mestrado e doutorado (BRASIL, 1990, p.15).

O novo posicionamento, assumido pelo Ministério no tocante à superação dos entraves decorrentes da corrosão dos orçamentos consignados às instituições de ensino superior, determinou a reformulação do Programa Nova Universidade, de apoio ao desenvolvimento do ensino superior, com o estímulo a projetos institucionais. Os recursos aplicados viabilizaram o atendimento a 345.860 alunos de graduação e 19 mil alunos de pós-graduação. Destaca-se, também, a implantação do I Plano Nacional de Apoio ao Desenvolvimento dos Hospitais Universitários, voltado à recuperação da capacidade instalada de 32 hospitais. Em relação aos exercícios anteriores, verifica-se maior participação do ensino superior nos gastos efetuados pelo Ministério. Finalmente, o esforço ministerial, nessa área, conduziu à isonomia entre autarquias e fundações universitárias. No campo da pós-graduação, deu-se continuidade às ações previstas no III Plano Nacional de Pós-Graduação. O apoio financeiro direto beneficiou 673 cursos de mestrado e doutorado. Registrou-se, ainda, a concessão de 10.800 bolsas de estudo no País, para cursos de mestrado e de doutorado, além de 1.100 bolsas de estudo no exterior.

No ano de 1988, de acordo com o texto do Ministério da Educação supracitado (BRASIL, 1990, p.18), os investimentos ficaram limitados, porém, como uma atuação importante do governo, além de fixarem normas para os vestibulares, concederam um número considerável de bolsas para a pós-graduação, assumindo um posicionamento mais firme com relação à participação da comunidade científica no processo de definição de política de pesquisa e das estruturas educacionais brasileiras:

Com recursos alocados, praticamente, em manutenção e pessoal, as ações de fomento limitaram-se, pois, ao desenvolvimento de estudos e pesquisas de avaliação da universidade; ao apoio às instituições universitárias não-federais e à recuperação dos campi e hospitais universitários da rede federal. É digno de nota o trabalho

desenvolvido pelo Ministério, no sentido de, na fixação de normas para o Concurso Vestibular, tornar eliminatória a prova de Redação. Na área da pós-graduação, possibilitou-se a concessão de 8.675 bolsas de mestrado, 4.711 de doutorado e 3.016 de especialização, representando um considerável reforço do Ministério às atividades que visam ao desenvolvimento científico e tecnológico. No campo específico da pesquisa em educação, o Ministério assumiu novo posicionamento, no tocante à participação mais atuante da comunidade científica, tanto no processo de definição de uma política de pesquisa e editoração, quanto nas discussões sobre os novos rumos das estruturas educacionais brasileiras, do sistema político e das relações sociais internas, com o advento da nova Constituição.

Em 1989 e 1990, o governo preocupou-se em manter o que já havia sido feito em relação às instituições de ensino superior, no que pese às despesas com servidores. Todo o exposto demonstra que no cenário político atribuído a José Sarney, foi criado um olhar efetivo no que tange à educação acrescentando investimentos e projetos com um cunho expansionista e mantenedor.

Após o governo de José Sarney, ocorreu a eleição pelo voto direto, elegendo o Fernando Collor de Mello⁵ como Presidente, e, Itamar Franco⁶ como Vice-Presidente. Este presidente obteve um curto governo em decorrência do primeiro *impeachment* da história brasileira, mas neste espaço de tempo, conseguiu lançar dois planos econômicos com o objetivo de controlar a economia que se encontrava em verdadeiro desajuste.

A administração de Collor foi considerada catastrófica, pois a proposição dos planos econômicos não obteve o sucesso esperado e veio imbuído da destruição de direitos sociais e o aumento da corrupção. Em consequência, originou-se o primeiro processo político criminal brasileiro, chamado de *impeachment* brasileiro, ou o *impeachment* inédito, de acordo com o autor Carvalho (2014).

Importante destacar que o citado sobre o Presidente Fernando Collor de Mello, até então, não apresentou questões voltadas ao foco da pesquisa, que é a educação. Porém, todo o ocorrido, como a criação dos planos econômicos e o *impeachment*, foi instrumento de grande mudança e trouxe consequências a todos os âmbitos, inclusive para a educação. Após o processo político-criminal instaurado e decidido, o vice Itamar Franco assumiu o poder, atuando de maneira intensa na superação da crise econômica, assunto foco naquele momento.

Diferentemente de seu antecessor, o Presidente conseguiu êxito, pois acumulou apoios políticos, transferindo o poder ao sucessor de maneira mais tranquila e organizada. Na área educacional, Itamar Franco demonstrou preocupação com medidas que auxiliaram na inclusão de pessoa com deficiência nas escolas formais, através de políticas públicas,

⁵ Fernando Collor de Mello estava à época ligado ao Partido da Reconstrução Nacional - PRN.

⁶ Itamar Augusto Cautiero Franco estava ligado à época ao Partido da Reconstrução Nacional - PRN.

programas e ações que olharam e atenderam as necessidades sociais (JOBERT; MULLER, 1987). As políticas públicas educacionais destinadas à inclusão social na educação trouxeram grande evolução, pois modificaram o acesso e a permanência de todos os indivíduos nas instituições escolares, de um modo geral, sem a necessidade em se manter o tradicionalismo e a educação especial.

O até então presidente nomeou Murílio Hingel, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora, para o comando do Ministério da Educação, nomeação considerada rara, pois este cargo era composto por acordos políticos. A partir de então, as mudanças se deram com a reforma administrativa, a qual incorporou ao MEC, a Secretaria dos Desportos e a Secretaria de Projetos Educacionais Especiais da Presidência da República (PADILHA, 2016).

Seguindo a parte histórica proposta, considerando as ações governamentais a respeito da educação brasileira, houve a reestruturação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, estruturado como uma autarquia federal vinculado ao MEC, com a missão de formular políticas educacionais que contribuíssem para o desenvolvimento do país, priorizando as atividades de pesquisa. Houve também mudanças no Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, autarquia federal criada pela Lei n.º 5.537, de 21 de novembro de 1968, alterada pelo Decreto n.º 872, de 15 de setembro de 1969, responsável pela execução de políticas educacionais do MEC.

A missão do FNDE é a de transferir recursos financeiros e prestar assistência técnica aos Estados, Municípios e Distrito Federal, em prol da melhoria da qualidade da educação para todos. Essas mudanças vieram com a eliminação do salário educação e a transformação do Conselho Federal de Educação em Conselho Nacional de Educação. Esta citada transformação dos Conselhos proporcionou maior autonomia ao MEC, inclusive no que tange ao Ensino Superior público (PADILHA, 2016).

Todas essas mudanças trouxeram pontos positivos, inclusive, abriram um olhar para o setor público. De acordo com Cunha (1997, p. 30), o ministro “se manifestou desde logo favorável ao apoio ao setor público de ensino, apesar de desenvolver um generoso programa de compra de vagas em escolas de 1º grau de uma rede nacional comunitária”.

Dando sequência à história educacional nesta época, houve também a elaboração do Plano Nacional de Educação para Todos, construído a partir da participação do Brasil na Conferência de Educação para Todos, realizada na Tailândia, pela UNESCO e pela UNICEF, com apoio do Banco Mundial e da Declaração de Nova Délhi sobre Educação para Todos. Este plano reúne um conjunto de diretrizes políticas voltadas para a recuperação do ensino fundamental. De acordo com Pinto (2002, p. 110), a política patrocinada pelo Banco Mundial

priorizou o ensino fundamental e defendeu a relativização do dever do Estado com a educação.

Os efeitos dessas ações não teriam sido vistos com bons olhos, pois muitos enxergaram uma priorização do ensino fundamental em detrimento dos outros níveis educacionais, principalmente do ensino superior. Porém, este movimento apresentou um lado positivo, pois instituiu certa mobilização em prol da educação, criando um pensamento maior que foi compartilhado por parte do Estado com a sociedade.

O autor Pinto (2002, p. 110) discorreu sobre a mudança do pensamento citado anteriormente: “a visão do país sobre a universalização do acesso à educação básica a todos, assegurando a igualdade de recursos e a qualidade”. Por outro lado, a visão do autor Saviani (1999, p. 129) trouxe um olhar menos positivo sobre o momento:

Embora o referido "Plano Decenal de Educação para Todos" se propusesse a ser instrumento que viabilizasse o esforço integrado das três esferas de governo no enfrentamento dos problemas da educação, ele praticamente não saiu do papel, limitando-se a orientar algumas ações na esfera federal. Em verdade, ao que parece, o mencionado plano foi formulado mais em conformidade com o objetivo pragmático de atender a condições internacionais de obtenção de financiamento para a educação, em especial aquele de algum modo ligado ao Banco Mundial. O aporte de recursos do governo federal ao FUNDEB, de R\$2 bilhões em 2007, aumentou para R\$3,2 bilhões em 2008, R\$5,1 bilhões em 2009 e, a partir de 2010, passou a ser no valor correspondente a 10% da contribuição total dos estados e municípios de todo o país.

O investimento na educação ocorrido nesta época não foi pleno, já que o ensino médio ficou dividido, recebendo investimentos bastante escassos. Houve a priorização da educação tecnológica através da criação e aperfeiçoamento de novas escolas agrotécnicas federais (PADILHA, 2016).

Por outro lado, o ensino superior obteve maior atenção do que o ensino médio através da proposta do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB - que se transformou em um modelo de avaliação contínuo e sistemático realizado pela comunidade acadêmica (ZAINKO, 2008). Continuando com os investimentos voltados para o ensino superior, o Ministério da Educação propôs melhorias na qualidade do tripé: ensino, pesquisa e extensão, apoiando os *campi* universitários, treinando e capacitando os indivíduos envolvidos em todo processo.

Mesmo a partir de várias ações em prol da educação, percebe-se um ponto que pode parecer controverso, que é o apoio ao ensino superior público e os investimentos no setor privado. A partir destes investimentos, houve um aumento substancial das matrículas dos alunos neste nível através da expansão do crédito estudantil, fato que causa estranheza no que tange às propostas iniciais de aumento da população menos favorecida ao setor público.

Percebe-se também que o presidente Itamar Franco tentou intervir em vários âmbitos educacionais, colocando a questão “educação” em foco em seu governo, descentralizando a responsabilidade e chamando a sociedade para uma maior participação em decisões.

Findando o mandato de Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso⁷ assumiu em 1995. Neste momento, a educação ocupou também um lugar importante através da criação de políticas públicas educacionais desenvolvidas pelo governo e pela manutenção das reformas que já estavam em andamento. Mas, o mais determinante para se falar sobre essa era FHC foi a reforma educacional proposta. Na verdade, pode-se considerar iniciada a reforma educacional após a configuração do novo texto constitucional contendo um capítulo específico para a educação, como sendo: Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto, artigos 205 a 214, da Seção I - Da Educação, que aborda a educação enquanto direito de todos e dever do Estado, intensificando a igualdade de condições para acesso e permanência, bem como a gratuidade do ensino e valorização dos profissionais da educação, dentre outros.

Após a normatização da educação no texto constitucional, iniciou-se uma discussão sobre as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional - LDBEN, Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Esta lei foi considerada como uma importante política pública, pois possibilitou a aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei n.º 10.172, de 09 de janeiro de 2001. As políticas públicas voltadas para a educação criadas pela era FHC foram amplamente divulgadas, inclusive em eventos internacionais, pois ditaram uma nova ordem.

A parte legal se sobressaiu a partir da criação da LDBEN, acompanhada por toda modificação da legislação complementar surgida à época. Assim, Fernando Henrique Cardoso dispôs sobre a matéria educativa de seu governo: “Longe de onde gostaríamos estar, mas muito melhor do que estávamos” (HERMIDA, 2012, p. 1441).

Por outro lado, ainda incentivados pela participação da sociedade nos assuntos relacionados ao governo, representantes políticos e setores sociais, organizaram-se em movimentos, sindicatos e associações com o objetivo de elaborarem propostas para colaborar com a organização do ensino público. Após a elaboração das mesmas, elas foram encaminhadas ao Congresso Nacional sob a forma de projetos de lei.

O pequeno retrospecto histórico procurou demonstrar que, mesmo apontando preocupações quanto à utilização de investimentos para a educação, houve um confronto de ideias com relação à educação e a sociedade. Por um lado, o MEC articulou ações que

⁷Fernando Henrique Cardoso estava ligado à época ao partido da Social Democracia Brasileira - PSDB.

promoveram o interesse das classes políticas e dominantes; por outro, a sociedade civil se articulou para apresentar propostas que focaram na educação gratuita. Isso demonstrou que essa época também foi marcada por momentos ilusórios, pois houve situações em que se consideraram esta era FHC como a que mais se fez pela educação. No entanto, houve contradições entre os objetivos expostos e os reais, entre uma educação livre e a desobrigação Estatal com a universalização da educação nacional.

De acordo com a autora Oliveira (2007), Fernando Henrique Cardoso ficou no poder até o final do ano de 2002, momento em que assumiu o presidente Luís Inácio Lula da Silva⁸ dando continuidade ao discurso da manutenção da democracia. De certa forma, este presidente veio levantando a bandeira de que a democracia garantiria a justiça social. A partir deste discurso, o governo do presidente Lula surgiu como o promotor de políticas sociais importantes dirigidas às populações mais pobres e menos favorecidas (MARQUES; MENDES, 2007).

Voltando-se às ações deste governo, em especial à educação, assunto foco deste trabalho, foram desenvolvidos vários programas que marcaram essa forma de gestão como um novo modelo. Porém, não houve possibilidade em se centralizar as atuações apenas para o Estado. Com a descentralização já advinda do governo anterior, os programas foram pautados através de acordos consolidados entre a esfera Federal, Estadual, Municipal, como também no envolvimento de instituições na implementação deles.

O presidente Lula cumpriu dois mandatos e, no campo educacional, permitiu que várias ações do governo anterior ficassem ainda em desenvolvimento, herdando assim a reforma educacional proposta por FHC. No primeiro momento de seu governo, a educação básica foi marcada pela falta de políticas específicas, porém, a educação seguiu se desenvolvendo neste momento, mesmo que de forma mais lenta, inclusive no ensino superior.

Outra questão que se manteve do governo FHC foi a descentralização administrativa, financeira e pedagógica a um nível mais regional, dando grande importância à gestão escolar. De acordo com Ball (2002), “um dos elementos mais importantes da reforma educacional são as economias institucionais, que iniciaram uma explicação de como funcionava a vida social e as instituições”.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD, demonstrou que a taxa de miséria em 2004 caiu 8% em comparação com o ano inicial do governo Lula. No mesmo direcionamento, esta

⁸ Luiz Inácio Lula da Silva estava ligado à época ao Partido dos Trabalhadores - PT.

pesquisa apontou que 8 milhões de pessoas teriam saído do nível da pobreza ao longo do primeiro mandato do mesmo governo. Considerando a pesquisa citada, nota-se que os programas assistenciais criados nesta época, seguindo-se a mesma lógica das propostas de FHC, surtiram efeitos positivos em relação ao público-alvo sugerido.

Importante citar um dos programas sociais mais conhecidos da era Lula, o Bolsa Família, criado pelo Decreto n.º 5.209, de 17 de setembro de 2004. Este programa auxiliava financeiramente famílias pobres a partir de repasses financeiros do Governo Federal. Apesar de ter sido criado em pleno mandato do Lula, o Bolsa-Família foi uma ramificação da Bolsa-Escola, criada pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. De forma natural, como todo governo, houve críticas a respeito deste programa quanto ao repasse dos auxílios às famílias, alimentando a ideia de que tal assistência impedia uma ação mais ativa por parte dos beneficiários quanto à procura por melhorias e independência.

Neste governo, verificamos uma expansão da educação superior com a criação de novas universidades e dos Institutos Federais. A expansão se deu no interior do campus das universidades já consolidadas e, posteriormente, com a criação de novas instituições. Os *campi* foram instalados no interior do país, tendo como um dos objetivos o impacto na economia regional. Essas novas instituições assumiram uma configuração na sua quase totalidade de instituições multicampus (FERREIRA, 2015).

O governo de Luís Inácio Lula da Silva findou-se no final de 2010, tomando posse, no ano de 2011, Dilma Vana Rousseff⁹. O novo governo trouxe consigo grandes expectativas, pois ele adveio com o mesmo direcionamento do anterior, o qual demonstrou avanços sociais consideráveis. Com relação à educação, registrou-se uma maior preocupação com o ensino profissionalizante, mais especificamente com a ampliação dos Institutos Federais, criados no governo anterior, através da Lei n 11.892, de 29 de dezembro de 2008, e do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC¹⁰. Importante também citar que neste governo houve a aprovação da Lei n 12.711/2012, conhecida pela Lei de Cotas. Por meio dela, as instituições federais destinam a metade de suas vagas para estudantes de escolas públicas, levando em conta critérios sociais e raciais.

Ainda como ações dos governos Lula/Dilma, citamos a criação dos programas a

⁹ Dilma Vana Rousseff estava à época vinculada ao Partido dos Trabalhadores - PT.

¹⁰ De acordo com o Portal do MEC (BRASIL, 2011a), o PRONATEC é um programa que tende a propiciar a Educação profissional técnica de nível médio. Ele foi criado, a partir da Lei Federal n.º 12.513/2011 (BRASIL, 2011b). De acordo com o citado portal, este programa foi criado com o intuito de atender os estudantes do ensino médio da rede pública, os trabalhadores e beneficiários dos programas federais de transferência de renda. No geral, os programas técnicos tiveram como interesse a resolução dos problemas decorrentes do desemprego, da formação dos indivíduos e do mercado de trabalho.

seguir que auxiliaram na facilitação do acesso ao ensino superior: Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM, Universidade para Todos - ProUni, Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI e Fundo de Financiamento Estudantil – FIES. Importante salientar que à frente, estes programas serão melhor especificados.

Este primeiro item do capítulo apresentou uma breve história dos governos brasileiros, da Nova República ao Governo Dilma, relacionando-os com as ações e investimentos voltados à educação brasileira. Como o foco da pesquisa se baseia nas ações educativas, em especial às voltadas ao ensino superior, apresentou-se a seguir as principais políticas públicas educacionais.

1.2 Principais Políticas Públicas Educacionais de acesso ao Ensino Superior

Inicialmente, faz-se necessário conceituar a expressão “políticas públicas”, pois compreender o seu conceito e sua existência neste contexto é de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa. Desta forma, para se entender melhor, o estudo embasou-se no filósofo político Bobbio (2004), que dispôs sobre o assunto associando a palavra política a tudo o que se relaciona a cidade, civil, sociável ou social. De acordo com o professor Amabile (2012), as políticas públicas são consideradas como decisões que envolvem questões de ordem pública, visando à satisfação da coletividade. O professor ainda intensificou seu conceito dizendo que elas são a concretização da ação do governo em prol da sociedade. Então, podemos entender a política pública como um elemento de ação do Estado que atua diretamente na vida da população, tentando ir ao encontro de um objetivo específico de cada política.

Voltando-se o olhar mais especificamente para as políticas públicas educacionais, o autor Adão Francisco de Oliveira (OLIVEIRA, 2010, p.4) expôs em seu texto, publicado no livro “Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas”, o seguinte:

Se “políticas públicas” é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer, políticas públicas educacionais é tudo aquilo que um governo faz ou deixa de fazer em educação. Porém, educação é um conceito muito amplo para se tratar das políticas educacionais. Isso quer dizer que políticas educacionais é um foco mais específico do tratamento da educação, que em geral se aplica às questões escolares. Em outras palavras, pode-se dizer que políticas públicas educacionais dizem respeito à educação escolar.

Faz-se necessário também compreendermos o conceito e a função dos programas

sociais, pois eles se confundem com as políticas públicas. Apesar de ambos possuírem quase que o mesmo objetivo de tentativa de melhoria de vida de uma população, a estrutura de criação é diferente. De acordo com a Lei n.º 11.653, de 07 de abril de 2008, os programas são entendidos como um instrumento de organização do governo, através da criação de ações que visam à execução de objetivos determinados.

Nesta pesquisa, trataremos os programas governamentais voltados para a educação, como um subitem das políticas públicas educacionais, tendo em vista que os objetivos de ambos coincidem com a análise do que foi proposto em prol da melhoria e da facilitação do acesso da população ao ensino superior.

O país passou por um processo de criação de políticas públicas para vários setores, como a educação, saúde, cultura, esportes, dentre outros. Todas estavam pautadas no aumento e na facilitação do acesso das camadas mais pobres da população a estes serviços, porém o objetivo não garantia qualidade ou a efetivação do direito ao acesso (SETUBAL, 2012).

Assim, dando sequência à pesquisa, foram apresentadas as principais ações do Governo Federal em relação à facilitação do acesso ao ensino superior, tanto para as instituições públicas quanto para as privadas, analisando-se a partir dos programas: Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), Universidade para Todos (ProUni), Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES).

O Exame Nacional do Ensino Médio chamado de ENEM surgiu em 1998. O exame baseia-se em uma prova constituída por diversas matérias, da qual se usa a nota final como critério total ou parcial de seleção para o acesso a cursos de ensino superior. No momento em que se surgiu o ENEM, houve a participação de 115,6 mil interessados, apenas. Como a demanda foi baixa, o Governo Federal tentou democratizar a participação através da isenção do pagamento da taxa de inscrição para alunos de escolas públicas, obtendo sucesso e ampliando a participação em massa em 2004.

A partir desta popularização do ENEM, surgiu o ProUni que teve como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições de ensino superior privadas. O ProUni foi institucionalizado pela Lei n.º 11.096 de 13 de janeiro de 2005 e foi direcionado a estudantes da rede pública que possuem renda familiar de até três salários mínimos. Este programa proporcionou a entrada de mais de um milhão e novecentos mil estudantes no ensino superior até o ano de 2016, de acordo com dados expostos no site do MEC direcionado a assuntos do ProUni (BRASIL, 2018). Para se candidatar a esse programa, o aluno deverá ter frequentado

toda a sua vida escolar em instituições públicas ou na qualidade de bolsista em instituição particular.

Os quesitos expostos podem comprovar o direcionamento do ProUni a indivíduos de baixa renda, em prol da criação de uma oportunidade de melhoria de sua condição social e econômica, bem como pode beneficiar professores da rede pública que pretendem cursar licenciatura. De acordo com os autores Catani, Hey e Gilioli (2006, p. 135), o governo criou a bolsa permanência para atender aos alunos matriculados em cursos em tempo integral e aos bolsistas integrais do ProUni, com uma ajuda de custo para as despesas com transporte e alimentação. Isso demonstra a possibilidade na manutenção dos alunos de baixa renda ao cotidiano de uma formação superior com maior dignidade.

Em 2007 foi criado o Reuni, um programa constante no Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), tendo como objetivo auxiliar na permanência do estudante na educação superior. Baseando-se neste programa, o ensino superior cresceu vertiginosamente com a expansão física, acadêmica e pedagógica das universidades.

Outro elemento importante responsável pelo crescimento do acesso ao ensino superior foi o Financiamento Estudantil (FIES). Ele surgiu com o fim de financiar estudantes matriculados em cursos de instituições particulares, porém serviu apenas para cursos que possuíam uma avaliação positiva pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), responsável pelas avaliações do sistema educacional brasileiro. O FIES permitiu que estudantes que não possuíam condições econômicas de pagar mensalidades em um curso particular pudessem frequentar a instituição privada, cumprindo assim com o pagamento de suas mensalidades algum tempo após concluírem o curso. Este programa amplia o acesso ao ensino superior, mas está voltado para as instituições privadas.

Outra medida voltada para a questão da democratização do acesso ao ensino superior refere-se à reserva de vagas nas universidades públicas para estudantes oriundos de escolas públicas, como também, a separação de cotas raciais e étnicas. Porém, abordaremos de modo mais vago, pois esse assunto depreende uma discussão complexa que demandaria um trabalho apenas para ele.

A Lei n.º 12.711, de 2012, intitulada de Lei de Cotas (BRASIL, 2012), dispôs sobre a reserva da metade de vagas de todos os cursos oferecidos pelas instituições federais a alunos que estudaram durante toda sua vida em escolas públicas. Uma parte dessas vagas é reservada a indivíduos pardos, negros e índios e a outra parte a estudantes que possuem renda familiar igual ou menor que 1,5 salários mínimos.

De acordo com o levantamento do perfil socioeconômico e cultural dos estudantes

de graduação de instituições públicas realizado pela Andifes, Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior, dos estudantes matriculados em 2011, 44,8% cursaram todo o ensino médio em escolas públicas.

A Tabela 1 demonstra em números a entrada de alunos no curso superior, no ano de 2011, no Brasil.

Tabela 1 - Origem dos graduandos das IES Federais (%)

	Escola Pública	Pública e Particular	Particular
Nordeste	41,3	13,2	45,3
Norte	71,4	12,3	16,1
Sudeste	37,0	12,4	50,5
Sul	50,5	11,7	37,7
Brasil	44,8	12,8	42,3

Fonte: ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras: relatório. Brasília: Andifes, 2011.

De acordo com os dados da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – Andifes (2011), houve uma crescente no ano de 2011, em números, do acesso aos cursos do ensino superior por alunos advindos das escolas públicas, no entanto, a porcentagem de alunos oriundos de escolas particulares ainda é muito maior. Dentre esses números, na parte Sudeste do país, 37% dos estudantes tiveram seus estudos anteriores iniciados e findados em escolas públicas; 12,4% dos estudantes mesclaram entre escolas públicas e privadas e 50,5% deles iniciaram e findaram seus estudos apenas em escolas privadas. Ainda há uma diferença substancial quanto ao acesso dos discentes advindos de escolas públicas e escolas particulares, não levando em consideração o tipo de curso, observando-se apenas como sendo curso superior.

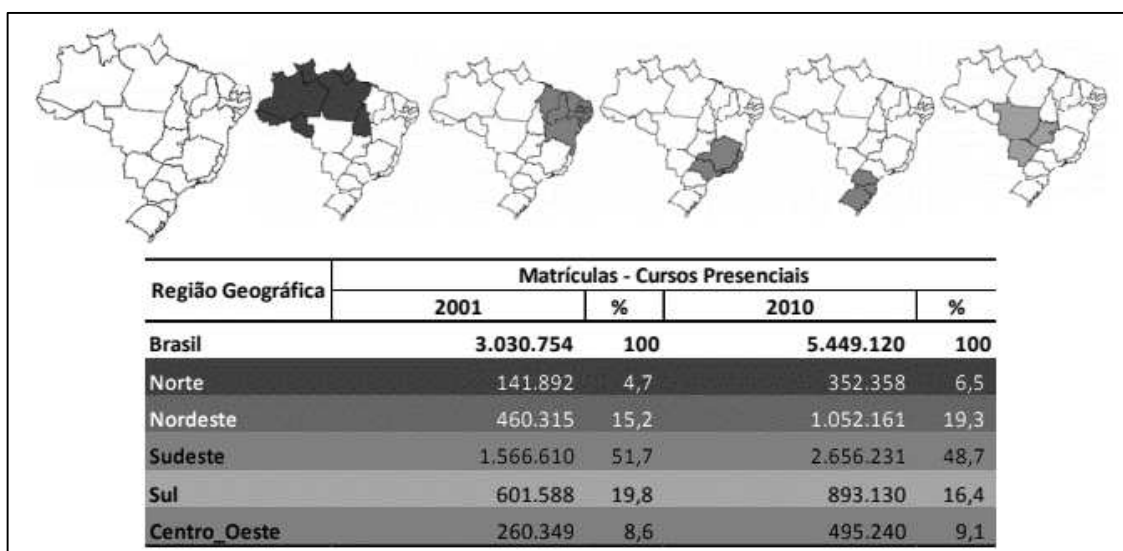
Com relação às cotas que são destinadas aos alunos pardos, negros e índios, interessante citar que até o ano de 2000 não havia, nas instituições públicas, registro de identificação racial ou de cor dos alunos, de acordo com Guimarães (2003, p. 256). O registro teve início somente quando foram criadas as demandas por ações afirmativas.

A figura 1 apresenta números das regiões do país relativos às matrículas dos discentes, de acordo com dados do Inep (2011)¹¹.

¹¹ Conforme o Inep (2011), “o Censo da Educação Superior, realizado anualmente pelo Inep, constitui-se em importante instrumento de obtenção de dados para a geração de informações que subsidiam a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, bem como os estudos acadêmicos e a gestão das instituições

A região sudeste em 2001 apresentava 1.566.610 matrículas na educação superior, em 2010 o número foi para 2.656.231, conforme segue:

Figura 1 - Distribuição e Participação Percentual de Matrículas em Cursos de Graduação Presenciais por Região Geográfica - Brasil - 2001 e 2010



Fonte: INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Censo da Educação Superior 2010. 2011. p. 6.

Os números apresentados na Figura 1 foram divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e demonstram também que houve um aumento com relação ao acesso da população brasileira ao ensino superior.

1.3 A Educação como ponto de possibilidade para a melhoria de vida populacional e sua abordagem enquanto direito social do indivíduo

A Constituição da República de 1988 apresenta em alguns de seus artigos a educação como um direito do brasileiro. Acreditamos ser importante a apresentação da legislação, pois interessa a parte que reforça a ideia de que a educação é para todos e de que seu oferecimento é uma obrigação da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Inicia-se assim, pelo Art. 6º do texto constitucional (BRASIL, 1988), que dispõe: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência

de ensino. O Censo coleta informações sobre as Instituições de Educação Superior (IES), os cursos de graduação e sequenciais de formação específica e sobre cada aluno e docente, vinculados a esses cursos.”

aos desamparados, na forma desta Constituição”.

O citado artigo demonstra alguns direitos sociais dos brasileiros garantidos pela Carta Magna e a educação é o primeiro exposto, não por ser considerado o mais importante de todos, pois essa comparação é inexistente, mas porque transita dentre vários direitos considerados como de importância primária para a vida do cidadão.

Continuando a análise normativa, o próximo artigo, também da Constituição da República (BRASIL, 1988), cita novamente a importância da educação:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV - salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

Este artigo compromete-se também com a educação, no que tange a melhoria da condição social do indivíduo. Percebemos que a importância em se garantir o acesso da educação a todos os brasileiros pode contribuir diretamente para a melhoria socioeconômica de todos os envolvidos.

Dando sequência, apresentamos o Art. 23, inciso V, da Constituição da República, como se segue: “Art. 23. É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação” (BRASIL, 1988).

Este artigo define a responsabilidade do oferecimento da educação aos cidadãos e impõe a competência à União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Todos estes entes federativos precisam criar formas de democratizarem a educação e fazerem com que a sua população possa usufruir os mais diversos meios de acesso a ela. Interpretando de forma mais literal este artigo de lei, acreditamos que o ente que não cumprir a demanda deverá incorrer em desobediência aos escritos legais.

Seguindo a análise, na mesma sequência dos artigos constitucionais, o texto faz referência novamente à educação no Art. 24, inciso IX: “Art. 24 Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre: IX - educação, cultura, ensino, desporto, ciência, tecnologia, pesquisa, desenvolvimento e inovação” (BRASIL, 1988). O citado artigo fala sobre a competência concorrente da União, Estados, Distrito Federal e Municípios em legislar sobre a educação, dentre outros. Esta competência perpassa a questão mútua da responsabilidade sobre uma mesma matéria, ou seja, competência simultânea dos

entes sobre a educação.

A Constituição da República de 1988 determina, em seu Art. 205, o que se segue: “Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Mais uma vez, percebe-se no texto constitucional a preocupação do constituinte em resguardar o direito à educação e garanti-lo a todos. Da mesma forma que define a obrigação do Estado, em conformidade com a família, de promover e incentivar a participação da sociedade, tendo em vista o desenvolvimento e preparo do cidadão para o mercado de trabalho.

Em seu Art. 214, a Constituição determina:

Art. 214. A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988)

O conteúdo deste artigo retornará mais adiante, pois ele cita outra legislação importante para a discussão, qual seja o Plano Nacional de Educação. No entanto, é mais um forte exemplo da proteção que a Constituição quis ofertar à educação para com os seus constituintes.

A Carta Magna também cita a educação no artigo seguinte:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

O art. 227 da CR/88 apresenta um texto mais completo relativo aos direitos dos indivíduos e transporta a educação a um nível de prioridade que deveria ser observado pelos entes federativos. No entanto, ainda há falhas no sistema, pois o acesso à educação, principalmente a do ensino superior ainda não se encontra pleno. A ideia educacional

perpassa os níveis de escolaridade neste texto, porque observa o combate à negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Foi apresentada uma breve análise da abordagem da Constituição da República de 1988, porém há outras legislações que se referem à proteção a educação, como exemplo, a Lei n.º 9394, de 20 de dezembro de 1996 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. Esta lei registrou em seu Art. 2 que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana e tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A LDB citou também em seu texto a preocupação com todos os âmbitos de estudo, desde a educação básica até a educação superior. Porém, frente aos números poucos satisfatórios, em especial aos relacionados ao acesso ao ensino superior, o Estado procurou corrigir as falhas a partir da criação de políticas e programas.

A Lei Federal n.º 13.005 de 25 de junho de 2014, que aprovou o último Plano Nacional de Educação - PNE, também reforçou as diretrizes que tenderam a direcionar o oferecimento da educação aos brasileiros. O PNE pretendeu em suas instruções à universalização do atendimento escolar, a partir do combate ao analfabetismo e às desigualdades e discriminações, bem como a promoção de uma gestão educacional mais democrática e a formação do indivíduo para a cidadania e para o trabalho.

O Plano Nacional de Educação foi previsto no Art. 214 da Constituição da República, modificado pela Emenda Constitucional n.º 59/2009 que melhor articulou as ideias propostas, ofertando o PNE enquanto decenal, antes plurianual, como também aperfeiçoou os objetivos e definiu diretrizes e metas.

O PNE está vinculado diretamente ao setor educacional e pode sofrer modificações dependendo das alterações sofridas pelo meio e pelas necessidades advindas das situações populacionais. De acordo com o autor Martins (2010), ele é um processo contínuo que deve estar aberto a modificações e revisões, uma vez que as condições podem ser alteradas a partir do surgimento de obstáculos, modificando assim, as interpretações antes utilizadas.

A Lei n.º 13.005/2014, em seu art. 5, trouxe o dever de algumas instâncias em monitorarem continuamente o cumprimento do PNE (BRASIL, 2014):

Art. 5º A execução do PNE e o cumprimento de suas metas serão objeto de monitoramento contínuo e de avaliações periódicas, realizados pelas seguintes instâncias: I - Ministério da Educação - MEC; II - Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal; III - Conselho Nacional de Educação - CNE; IV - Fórum Nacional de Educação.

As citadas instâncias possuem a competência para fiscalizarem a execução do PNE e, caso possível, proporem políticas públicas que assegurem o cumprimento do mesmo, dada a importância deste para o desenvolvimento nacional.

A partir do exposto, entendemos que houve uma preocupação do legislativo em garantir a educação dos indivíduos em seu texto, porém, como ainda não se atingiu o nível substancial de acesso dos brasileiros, principalmente ao ensino superior, observam-se tentativas governamentais, através das chamadas políticas públicas.

Diante disso, constata-se que, durante o período de 1985 a 2016, houve investimentos na área educacional de acordo com o contexto, desvelando características e apresentando um diálogo com o ideal político, pedagógico e social de cada tempo. Fato é que muitos documentos fizeram diferenças no contexto de aplicação e ainda são considerados marcos legais, cuja origem encontra os seus pilares em contextos que antecedem a aplicação contemporânea, como por exemplo: a Lei de Diretrizes e Bases – LDB.

Houve também melhoria do Programa Nova Universidade que aplicou mais recursos nas universidades, como também demonstrou preocupação com relação à inclusão de pessoa com deficiência nas escolas formais; e a criação das políticas públicas educacionais, como o ENEM, ProUni, Reuni Fies e a Lei de Cotas. Todas as citadas ações, de alguma forma, influenciaram de maneira benéfica na construção educacional do país e ocasionaram um acesso ao ensino superior que antes poderia ser impossível para as classes mais pobres.

O próximo capítulo abordará brevemente a história e construção da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como o conceito de território que perpassou pelos territórios de atuação desta instituição em crescimento; abordará também sobre o curso de Bacharelado em Humanidades, curso escolhido para análise desta pesquisa.

CAPÍTULO II - A UFVJM: A COMPREENSÃO DO TERRITÓRIO DE ATUAÇÃO

O presente capítulo procurou apresentar ao leitor uma breve contextualização sobre a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM, de forma a enfatizar a sua história, fundação e, conseqüentemente, a sua importância para a região. Também se abordou o conceito de território para iniciar a discussão sobre o Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, período 2012 a 2016, versão responsável pela expansão, com a criação de novos *campi* e abertura de cursos como *locus* de atuação da instituição.

Dando seqüência ao capítulo, foi apresentado o curso de Bacharelado em Humanidades e a sua constituição, considerada no contexto em que se inscreve a pesquisa pelos entes governamentais, como uma alternativa diferente de formação acadêmica. Diante do exposto, é que apresentamos o primeiro item que aborda importantes elementos que permitem ao leitor a compreensão histórica sobre a UFVJM

2.1 O início: A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM

Com pouco mais de 56 anos de tradição, a UFVJM iniciou-se a partir da Faculdade de Odontologia de Diamantina, fundada em 30 de setembro de 1953 por Juscelino Kubitschek, até então Governador do estado de Minas Gerais. De acordo com os autores Wander da Conceição e Antônio Carlos Fernandes (FERNANDES e CONCEIÇÃO, 2005, p.24), a Faculdade de Odontologia foi criada para abrandar as necessidades que a cidade carecia.

A partir da Lei 10.487, de 4 de julho de 2002, a faculdade sofreu o primeiro processo de expansão, transformando a Fafeod – Faculdade de Odontologia em Fafeid - Faculdades Federais Integradas de Diamantina (Fafeid), sendo aprovados novos cursos. Na data de 6 de setembro de 2005, o presidente à época, Luiz Inácio Lula da Silva, transformou a Fafeid em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri com o objetivo de atender a uma demanda dos Vales.

A Universidade causou grande impacto regional, pois motivou transformações sociais e econômicas no território abrangido, oferecendo cursos que fossem compatíveis com a diversidade cultural do país, com as necessidades do mercado e com os interesses da comunidade atingida.

A UFVJM foi implementada em uma região que antes não possuía universidades e o acesso a elas era realizado em áreas mais desenvolvidas, isso custava à emigração de uma

população que não possuía condições econômicas de se manter longe de suas casas e famílias. A criação da Universidade tornou mais propício o acesso local, porém, ainda não foi satisfatório, pois os discentes da região precisavam disputar as vagas com alunos oriundos de regiões diversas e que, na maioria das vezes, possuíam mais oportunidades de estudo e maior preparo. Com o avanço dos investimentos na educação, nos anos de 2003 a 2010, foi possibilitada a criação de diversos cursos e de vários outros *campi* da UFVJM, dando-se início à expansão do território de atuação da instituição.

Antes de se adentrar ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2012 a 2016, que regulamentou e projetou a expansão da UFVJM, far-se-á necessário o entendimento do conceito de território, para que o leitor consiga refletir de forma mais completa sobre o assunto. Esse entendimento trará maior compreensão a respeito do que se procura identificar como o espaço de atuação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Sendo assim, foram abordados autores que apresentaram conceitos que compreenderam uma estrutura social, regional e cultural.

Iniciamos a explanação sobre território pelo geógrafo Claval (2001), que entende território como uma aposta entre poderes, disputado, apropriado, ameaçado, povoado, explorado. Ele integra uma dimensão natural (base material), dimensão sociopolítica (sistemas de controle e apropriação) e cultural, que expressam a carga simbólica de grupos ou indivíduos que nele capturam uma parte ou a totalidade de sua identidade. Aliás, desde muito que as populações tradicionais ou mesmo outras, têm se deparado com questões políticas ligadas à expropriação territorial, à opressão e mesmo à violência política.

O entendimento apresentado volta-se à identidade dos seres que compõem o território e agrega à compreensão do termo uma simbologia especial, que tende a moldar os lugares ocupados através de seu povo. Vê-se, então, porque “território e a questão da identidade estão indissociavelmente ligados: a construção das representações que fazem certas porções do espaço humanizado dos territórios é inseparável da construção das identidades” (CLAVAL, 1999, p. 16).

O autor Claval (2011, p. 32), em sua obra *Epistemologia da Geografia*, dispôs sobre a geografia e condicionou-a às culturas que são variáveis e que determinaram o modo de agir e de pensar sobre o território: “para que os membros de uma sociedade disponham de conhecimentos geográficos satisfatórios em matéria de orientação, é preciso que haja uma comunicação sobre o que foi visto. Para consegui-la, os povos batizam o terreno”.

No mesmo sentido, o também geógrafo Raffestin (1993, p. 144) compreendeu o território como um produto da ação do homem dentro de determinado espaço, constituindo-se

a partir de direcionamentos sociais. Ele distinguiu o espaço do território como sendo algo dado, como um material natural, e também, como algo construído, formado e transformado. Este autor também construiu uma narrativa baseada na diferença entre os construtores do território, sendo que há os que fazem essa construção a partir do poder do Estado e do poder da sociedade, traçando assim a trajetória deste território. Ele entendeu o território como um espaço onde se projeta um trabalho, seja a partir de energia ou informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Assim, é no território e a partir dele que as ações humanas são materializadas e estas são direcionadas a partir das relações de poder, o que compreende de forma bastante inteligente o termo “prisão” utilizado pelo autor, pois a sociedade se limita, se prende aos mandos do poder e das exigências sociais na construção de sua história. Ideia que dialoga com os conceitos atribuídos pelo autor Claval (2011) citado anteriormente. Ambos trabalharam o entendimento de território baseado na construção de um espaço a partir da cultura de seu povo e das relações sociais e de poder.

O historiógrafo Corrêa (2006, p. 44) tratou o espaço geográfico como “morada do ser humano” e “multidimensional”. Ele ainda o destacou como um lugar em que são produzidas as relações sociais. O território passou a ser entendido como um local de conhecimento e de formação de sociedade, autonomia e poder. O espaço caracterizado por este autor demonstrou um território construído por “agentes sociais” em conflito com outros no dia a dia, através dos quais se envolvem as crenças e os valores que são engajados em cada sociedade. Conforme aponta Corrêa (1999, p.9) o território é:

É também o lugar onde as diversas classes sociais vivem e se reproduzem. Isto envolve o cotidiano e o futuro próximo, bem como as crenças, valores e mitos criados no bojo da sociedade de classes e, em parte, projetados nas formas espaciais: monumentos, lugares sagrados, uma rua especial, etc. Mas o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais [...]. Eis o que é o espaço urbano: fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais.

No mesmo direcionamento, o geógrafo Haesbaert (2004, p. 3) expôs que o território deveria ser visto a partir de suas dimensões jurídicas, políticas, econômicas, culturais e simbólicas. De acordo com ele, a dimensão jurídica é composta pelo controle do poder. Enquanto a dimensão econômica é vista como um produto da apropriação e valorização de um grupo com relação ao espaço vivido.

[...] a territorialidade reflete a multidimensionalidade do vivido territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral”. Desse modo: [...] a territorialidade, além de incorporar uma dimensão mais estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar.

O autor projetou seu entendimento sobre território sob o crivo das relações, indo ao encontro das ideias já citadas. Ele intensificou a compreensão de que os territórios são determinados pelos indivíduos ocupantes e expôs que todas as ações dependem da cultura e da sociedade em si. Assim, o geógrafo Haesbaert (2014, p. 59) aponta o seguinte:

a distinção dos territórios se dá de acordo com aqueles que o constroem, sejam eles indivíduos, grupos sociais/culturais, o Estado, empresas e instituições como a Igreja. Os objetivos de controle social que se dão em ações de territorializações variam conforme a sociedade e a cultura (renda, idade, geração, gênero).

O professor Souza (2008, p.81) explicou que o território não se refere aos limites político-administrativos estabelecidos por marcos divisórios, mas sua abrangência se torna múltipla a partir do momento que envolve diferentes espaços e agentes, desde a delimitação da fronteira física às organizações comunitárias dos bairros. Ele também elucidou sobre a transitoriedade do território, que se dá a partir do tempo: Territórios são construídos (e desconstruídos) dentro de escalas temporais as mais diferentes: séculos, décadas, anos, meses ou dias; territórios podem ter um caráter permanente, mas também podem ter uma existência periódica, cíclica.

Para Souza (2008, p. 86), os territórios podem ser construídos e desconstruídos a partir das relações sociais criadas ao longo do tempo:

Um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os insiders) e os “outros” (os de fora, os estranhos, os outsiders).

A autora Mesquita (1995, p.03) também procedeu neste mesmo direcionamento quando salientou:

O território é o que é próximo; é o mais próximo de nós. É o que nos liga ao mundo. Tem a ver com a proximidade tal como existe no espaço concreto, mas não se fixa as ordens de grandeza para estabelecer a sua dimensão ou o seu perímetro. É o espaço que tem significação individual e social. Por isso ele se estende até onde vai a territorialidade. Esta é aqui entendida como projeção de nossa identidade sobre o território. Assim me sinto diante do território.

Ela fez uma exposição do território como algo que se mistura às dimensões individuais das pessoas que preenchem determinados espaços e trazem a dinamicidade do dia a dia social, considerando-o como o local do sujeito pós-moderno, que empresta as suas particularidades e sua cultura ao ambiente.

Desta forma, compreendemos que os autores apresentados compartilharam de um posicionamento semelhante, tendo em vista que enxergaram o território como algo a ser criado pelos que nele habitam, desenvolvendo-o a partir das relações sociais cotidianas e das interações culturais desenvolvidas no tempo e espaço. O que se faz remeter-se ao território que interessa para esta pesquisa, no momento em que ele foi constituído e ainda o é, a partir de seu povo e das relações de poder, relações econômicas, sociais e jurídicas.

Assim, a partir do exposto sobre território, abordamos o território demarcado para a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri a partir do disposto em seu Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI, levando-se em consideração os conceitos apreendidos na construção do território. O PDI analisado no item a seguir foi o construído para os períodos de 2012 a 2016, pois este momento foi crucial para a expansão da Universidade em si.

2.2 O Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2012-2016

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016 (UFVJM, 2012) foi o primeiro PDI da UFVJM e foi o plano que mais se preocupou com a expansão da instituição, pois o momento político e econômico da época possibilitava uma visão expansionista para as universidades já consolidadas. Foi construído a partir de uma comissão de elaboração advinda da comunidade acadêmica, através das Portarias n.º 1530, de 25 de novembro de 2009 e n.º 1774, de 26 de outubro de 2010. Para a produção dele, foram levadas em consideração as premissas dispostas a seguir de forma sucinta: as decisões e linhas propostas deveriam ultrapassar os limites da Universidade, a missão e objetivos deveriam estar sincronizados com as políticas públicas nacionais e regionais de desenvolvimento, bem como melhorar o conhecimento interno da UFVJM e externo relacionado à mesma. Também como premissas, a formulação do PDI envolveu a participação da comunidade acadêmica e estabeleceu paralelos quanto ao planejamento e a visão de futuro da Instituição.

Interessante ressaltar, que a construção do PDI analisado procurou atender às expectativas que tenderam a orientar o futuro a partir do olhar sobre o passado, diagnosticando as situações reais, voltando-se para a melhoria das condições que envolvem a

instituição e as comunidades atendidas pela UFVJM. Sendo assim, o seu papel transformador constitui-se de maneira importante no que tange ao atendimento das regiões propostas pelo PDI em prol de uma Universidade mais sólida.

De acordo com o exposto no PDI 2012-2016, o Plano de Desenvolvimento Institucional previu o planejamento da Universidade de acordo com o cenário atual, observando-se as oportunidades e as condições em prol da construção de uma instituição reconhecida pela qualidade.

Assim, O PDI procurou traçar a identidade da UFVJM apresentando a sua missão e relacionando-a a sua organização e pretensões futuras. A partir da consideração “um olhar reflexivo sobre o passado e uma visão prospectiva sobre o futuro”, o PDI trouxe uma orientação tendo por base o diagnóstico situacional com ênfase na atuação da Universidade. Dentro desta identidade, priorizou-se o crescimento gradual observando-se o território de abrangência, o seu crescimento e desenvolvimento, conforme aponta o PDI (UFVJM, 2012).

Para tanto, a Universidade deverá ampliar o seu raio de ação e oferecer à sua comunidade uma educação integral de qualidade. Os seus cursos e programas devem projetar sua força para a formação de agentes transformadores da realidade social, econômica e ambiental.

Dentro deste direcionamento de expansão do território de atuação da UFVJM, o PDI apresentou objetivos que foram ao encontro dos anseios regionais de crescimento e desenvolvimento de uma população que se encontrava em situação menos favorável no cenário brasileiro. Dentre esses objetivos, foram apresentadas a intensificação da atuação da Universidade junto à comunidade e ampliação da atuação da mesma no desenvolvimento social e econômico das regiões abrangidas por ela.

De acordo com o PDI 2012-2016, a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM localiza-se no estado de Minas Gerais, na região Sudeste. Tal região é considerada como a mais populosa do país e suas áreas como o Vale do Jequitinhonha, Vale do Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais, transformaram-se em regiões foco para o plano, tendo em vista suas relações territoriais com a UFVJM.

O PDI expôs que no estado de Minas Gerais há, em média, 50 (cinquenta) instituições de ensino superior, sendo 12 delas federais, com acesso gratuito. Porém, far-se-á necessário verificar as principais instituições educacionais de ensino superior no território de análise do estudo, pois a localização das mesmas pode se demonstrar como um critério importante de definição para possíveis justificativas para a análise posterior.

Os dados constantes na tabela 2 não foram retirados do PDI, e sim, de fonte

estabelecida no site do Ministério da Educação, conforme referência. A seguir, demonstra-se quais são as instituições educacionais, públicas ou privadas, cadastradas no site do Ministério da Educação, nos municípios escolhidos para integrarem o presente estudo.

Tabela 2 - Instituições cadastradas no Sistema e-MEC dentro dos territórios analisados

Território de Atuação	Município Analisado	Instituições Educacionais
Vale do Jequitinhonha	Diamantina	- CEUCLAR - Centro Universitário Claretiano - UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados - UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - UNINTER - Centro Universitário Internacional - UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UNIP - Universidade Paulista - UNOPAR - Universidade Pitágoras Unopar
	Carbonita	UNICID - Universidade Cidade de São Paulo
Vale do Mucuri	Malacacheta	- UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados - UNESA - Universidade Estácio de Sá
	Setubinha	UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST
Norte	Montes Claros	- Centro Universitário Braz Cubas - UNIANDRADE – Centro Universitário Campos de Andrade - CAM - Centro Universitário das Américas - ENIAC - Centro Universitário de Excelência Eniac - UNIFAJ – Centro Universitário de Jaguariúna - UNICESUMAR – Centro Universitário de Maringá - UNIRP – Centro Universitário de Rio Preto - UNIFACVEST – Centro Universitário FACVEST - UNIFAVIP WYDEN - Centro Universitário Favip Wyden - Centro Universitário FIP - MOC - UNINTER – Centro Universitário Internacional - UNIASSELVI – Centro Universitário Leonardo Da Vinci - UNISL – Centro Universitário São Lucas - Centro Universitário UNIBTA - Centro Universitário - UniHorizontes - Faculdade AIEC - AIEC/ FAAB - FACIT – Faculdade de Ciência e Tecnologia de Montes Claros - Faculdade de Computação de Montes Claros - FAESF/UNEF - Faculdade de Ensino Superior da Cidade de Feira de Santana - FACIONORTE – Faculdade de Odontologia do Norte de Minas - FASI – Faculdade de Saúde e Humanidades Ibituruna - FATEC - CENTES – Faculdade de Tecnologia de Ensino Superior (em descredenciamento voluntário) - FATEFIG – Faculdade de Teologia Filosofia e Ciências Humanas Gamaliel - FINOM – Faculdade do Noroeste de Minas - FAEL – Faculdade Educacional da Lapa - FUNEC MONTES CLAROS - Faculdade Presidente

		Antônio Carlos de Montes Claros (em descredenciamento voluntário) - FAP–Faculdade Prisma - PROMINAS – Faculdade Prominas de Montes Claros - PROMOVE – Faculdade PROMOVE de Belo Horizonte - FASA – Faculdade Santo Agostinho - SENAC FLORIANOPOLIS - Faculdade SENAC Florianópolis - FUNORTE – Faculdades Integradas do Norte de Minas - FUNIP - Faculdade Única de Ipatinga - Faculdade Unyleya - ICS – Instituto de Ciências da Saúde - IFNMG – Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - Instituto Superior de Educação Ibituruna - PUC MINAS–Pontifícia Católica de Minas Gerais - UNIDERP– Universidade Anhanguera - UAM– Universidade Anhembi Morumbi - UCB–Universidade Católica de Brasília - UNIFRAN–Universidade de Franca - UNIUBE–Universidade de Uberaba - UNOESTE–Universidade do Oeste Paulista - UNESA–Universidade Estácio de Sá - UNIMONTES–Universidade de Montes Claros - UFMG–Universidade Federal de Minas Gerais - UNIMES–Universidade Metropolitana de Santos - UNIP–Universidade Paulista - UNOPAR – Universidade Pitágoras Unopar - UNP–Universidade Potiguar - UNISANTA–Universidade Santa Cecília - UNISA–Universidade Santo Amaro - SENACSP - Centro Universitário SENAC
	Francisco Dumont	-
Noroeste	João Pinheiro	- UNICNEC - CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO - ENIAC - Centro Universitário de Excelência Eniac - ESTÁCIO RIBEIRÃO PRE - CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO - FCJP - FACULDADE CIDADE DE JOSÉ PINHEIRO - IFNMG - INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO NORTE DE MINAS GERAIS - UNICSUL - UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL - UNIUBE - UNIVERSIDADE DE UBERABA - UNIVERSIDADE PITÁGORAS UNOPAR

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação (BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019).

Dentre os 4 territórios e os 7 municípios analisados, há em média 75 instituições educacionais cadastradas no site do Ministério da Educação. Apesar de este número parecer substancial, há a referência a 4 territórios, constituídos por 190 municípios, demonstrando que o número de instituições é pequeno para a demanda apresentada.

Assim, de forma bastante recortada, apresentamos uma breve impressão da importância da abrangência da UFVJM, principalmente a essas regiões, pois, aumentando o acesso de sua população aos cursos oferecidos pela instituição e auxiliando na permanência de seus alunos mais desfavorecidos, contribuir-se-á para a melhoria das condições socioeconômicas do território abrangido.

A UFVJM passou por um processo de modificações no campo acadêmico e, principalmente, no campo organizacional. A sua expansão territorial se deu a partir da criação de novos *campi* na cidade de Janaúba e Unaí, permanecendo então com os *campi* de Diamantina, Teófilo Otoni, Janaúba e Unaí, assumindo seu caráter *multicampi* e inserindo o acesso aos seus cursos em regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais.

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri assumiu uma grande responsabilidade ao alcançar regiões carentes de investimentos em diversos âmbitos, porém, trouxe para a si a possibilidade de oportunizar à população deste território o acesso a um dos maiores níveis de estudo, que é o ensino superior, sem mencionar os cursos de pós-graduação oferecidos pela instituição, mas que não serão citados com detalhes nesta pesquisa.

A expansão para qualquer instituição educacional demonstra ser uma quebra de paradigmas, tendo em vista que o Brasil não possui uma cultura de grandes investimentos na área da educação. A UFVJM enxergou a busca e acesso aos territórios descritos em seu PDI como uma estratégia norteadora voltada para a democratização do ensino superior, a partir de um ensino de qualidade, pautado na inclusão social, respeitando-se a cultura e o contexto de cada população abarcada.

Percebemos que a pesquisa está regulada no PDI 2012-2016, haja vista que este, pelo exposto anteriormente, foi o responsável pelas informações, propostas e medidas voltadas para a expansão da UFVJM. O PDI atual abordou questões relacionadas à estrutura e organização dos *campi*, sem intensificar a ideia de mais expansão territorial.

Como fator decisivo para a participação da UFVJM no desenvolvimento territorial, o PDI 2012-2016 (UFVJM, 2012) apresenta:

No plano regional, a UFVJM projeta a sua expansão com uma articulação junto à sociedade civil dos seus territórios, vislumbrando a indução ao desenvolvimento dos municípios e do próprio estado. Essa indução deve contemplar diferentes áreas do conhecimento, ou seja, melhoria da saúde coletiva; estruturação dos diferentes níveis de ensino com a formação de professores qualificados; consolidação política dos municípios através da disponibilização de massa crítica e da inserção da Universidade no diálogo com os poderes instituídos e com a sociedade; fortalecimento sócio-econômico-ambiental e, no âmbito da tecnologia inovação, através do estabelecimento de Parques Tecnológicos nas cidades-sede (devidamente munidos de incubadoras), que serão as sementes de micro, pequenas e médias empresas (MPEs), atendidos os arranjos produtivos locais.

Pelo exposto, percebemos a preocupação da expansão da UFVJM com a melhoria social dos territórios abrangidos pela Universidade. Frente a essa ideia, podemos vislumbrar o ganho incalculável para as regiões do Vale do Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais, pois no que se refere aos níveis de analfabetismo, essas regiões despontam com uma variação de 4,78% a 17,3% entre jovens com 15 anos ou mais (UFVJM, 2012). Neste contexto, pode-se considerar que a expansão da Universidade possibilitou a melhoria da educação e do acesso de uma população antes marginalizada e desprovida de oportunidades em todos os campos, ressaltando a função social e o caráter humanístico que torna a citada instituição um diferencial no cenário brasileiro.

Neste contexto, deparamos com a UFVJM formada por quatro *campi*, como sendo: campus de Diamantina, campus de Teófilo Otoni, campus de Unaí e campus de Janaúba. O território exposto mostra-se carente de investimentos e infraestruturas, porém com a instalação da instituição, houve também a possibilidade de oportunizar o ensino público gratuito e de qualidade às pessoas que não poderiam concorrer de maneira igual, tanto educacionalmente falando, quanto economicamente, com os estudantes que surgiam de instituições privadas.

A UFVJM oferece vários cursos distribuídos pelos 4 *campi*, conforme informações do site da instituição:

Tabela 3 - Cursos oferecidos pela UFVJM

Campus	Unidade acadêmica	Cursos
Diamantina	Faculdades de Ciências Agrárias	Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia.
	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde	Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Ciências Biológicas (Licenciatura), Educação Física (Licenciatura), Educação Física (Bacharelado), Nutrição e Odontologia.
	Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas	Química (Licenciatura) e Sistemas de Informação.
	Faculdade Interdisciplinar em Humanidades	Humanidades, Geografia (Licenciatura), História (Licenciatura), Letras (Licenciatura), Pedagogia (Licenciatura), Turismo, Licenciatura em Educação do Campo - LEC e Ciências Humanas: Ênfase em Políticas Públicas.
	Faculdade de Medicina	Medicina.
Mucuri	Instituto de Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Engenharia Geológica.
	Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia	Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Hídrica e Engenharia de Produção.
Janaúba	Faculdade de Medicina	Medicina
	Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia	Ciência e Tecnologia, Engenharia Física, Engenharia de Materiais e Engenharia de Minas;
Unaí	Instituto de Ciências Agrárias	Ciências Agrárias, Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Medicina Veterinária e Zootecnia.

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base nas informações do Portal da UFVJM. (UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Portal da UFVJM. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br>>. Acesso em: jun. 2019).

A Tabela 3 apresenta todos os cursos oferecidos pela UFVJM, divididos em 4 *campi*, compreendendo a maioria dos cursos, o campus de Diamantina. Importante salientar que o curso de Bacharelado em Humanidades deixou de ter entrada de alunos a partir do semestre de 2019/1.

2.3 Curso de Bacharelado em Humanidades: uma nova proposta de entrada ao ensino superior

O curso de Bacharelado em Humanidades¹ foi criado, de acordo com o Projeto Político Pedagógico – PPP, (UFVJM, 2011), como uma alternativa diferente da formação

¹ O curso de Bacharelado em Humanidades - BHU da UFVJM foi escolhido como objeto de análise desta pesquisa por possuir grande relação com a minha vida profissional, a qual possui formação nos cursos de Letras e Direito, e que acredita que a educação, através da formação de professores, pode tornar-se um instrumento substancial em relação à formação do ser humano, de sua dignidade e do pensamento crítico.

acadêmica tradicional, apresentando condições de ensino e aprendizado por um caminho mais livre que permitia que o próprio aluno conduzisse sua trajetória acadêmica. Esta ação foi possível, pois a estrutura acadêmica não mais fixava a escolha de disciplina já pré-estabelecida, permitindo um diálogo maior entre os discentes, mestres e o currículo. Este curso insere-se na tabela 3, no campus de Diamantina, na Faculdade Interdisciplinar em Humanidades/Humanidades.

Não há como adentrar ao Projeto Político Pedagógico para falar sobre o curso escolhido sem antes citar o primeiro PPP construído em 2008 (UFVJM, 2008), que foi o iniciador da proposta do curso. Com o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais, a UFVJM sentiu-se na obrigação de repensar a interdisciplinaridade, pois o momento exigia uma nova realidade. O REUNI, criado a partir do Decreto n.º 6.096, de 24 de abril de 2007, sendo uma ação do Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE, teve como objetivo elevar o número de conclusão dos cursos de graduação presenciais, bem como ampliar também a quantidade de discentes nos referidos cursos (UFVJM, 2008, p.10).

Em 24 de abril de 2007, pelo Decreto n.º 6.096, foi instituído o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) cujo principal objetivo é a elevação gradual da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para noventa por cento e da relação de alunos de graduação em cursos presenciais por professor para dezoito alunos para um professor, ao final de cinco anos, a contar do início de cada plano.

O site do Ministério da Educação - MEC, apresentou o REUNI como um programa que possuiu enquanto objetivo, o de ampliar o acesso e a permanência na educação superior. A partir dele, o Governo Federal adotou várias medidas que viabilizaram a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de ensino, ampliando os efeitos do REUNI de 2.003 a 2.012. Necessário citar, que este programa não se preocupou apenas com a expansão e a criação de novas vagas, de acordo com o site do MEC, mas priorizou a manutenção dos alunos, tendendo ao combate à evasão escolar e, conseqüentemente, às desigualdades sociais no país.

Neste direcionamento, o Conselho Universitário - CONSU da UFVJM, com base nos termos do Decreto 6.096/2007 e na Chamada Pública MEC/ SESU N.º 08/2007 instituiu uma comissão - o PDI não especificou os componentes desta comissão em especial - para apresentar uma proposta de execução do REUNI na instituição. O trabalho desta comissão seguiu a avaliação de propostas no que tange à escolha de novos cursos (UFVJM, 2008, p. 10), levando-se em consideração os critérios apresentados, como sendo:

A seleção dos novos cursos foi feita com base nos seguintes critérios: contribuição dos cursos para que seja atingida a relação de 18 alunos por professor, considerando todos os cursos existentes na UFVJM e os cursos a serem criados; diversificação de áreas do conhecimento; criação de cursos com núcleo básico comum; e orçamento de custeio suficiente para contratação de docentes e de técnicos administrativos para os cursos a serem criados.

Em 07 de dezembro de 2007 foi aprovada a proposta encaminhada ao CONSU pela comissão, selecionando os cursos especificados na Tabela 4:

Tabela 4 - A UFVJM e o REUNI

Cursos	Faculdade	Duração (anos)	N.º de vagas		Mat*
			Anuais	Totais	
Núcleo de humanas para o Campus de Diamantina (Geografia, História, Letras/espanhol, Letras/inglês, Pedagogia e turismo)	A ser criada	4,5	480	2.160	2.419
Núcleo de Engenharias para o Campus de Diamantina (Eng. Química, Eng. de Alimentos e Eng. Mecânica)	FACESA	5	240	1.200	1.298
Núcleo de Engenharias para o Campus Teófilo Otoni (Eng. Civil, Eng. produção e Eng. Hídrica)	A ser criada	5	240	1.200	1.298
Total			960	4.560	5.016

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. Projeto Pedagógico - Bacharelado em Humanidades. Diamantina: UFVJM, 2008.

* MAT: matrícula projetada em cursos de graduação presenciais (inclui a taxa média nacional de retenção por curso)

A criação do curso de Bacharelado em Humanidades foi feita por uma comissão de docentes do curso de Turismo, auxiliada por um professor visitante à época, da área de Pedagogia e de docentes convidados da Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina - FAFIDIA². Interessante citar que os membros da comissão foram unânimes quanto a apresentação da proposta de criação de cursos de licenciatura, pois eles entenderam à época que a formação docente seria uma demanda dos Vales, questão que vem ao encontro do que é citado nesta pesquisa quanto à escolha do curso de análise (UFVJM, 2008, p.4):

²Elaboração do Documento: Carlos Eduardo Silveira, Danielle Piuzana Mucida, Fernando Afonso Ferreira Jr, José Damiro de Moraes, Juliana Medaglia Silveira, Marcelino Santos de Moraes, Maria Cláudia Almeida Orlando Magnani, Maria de Lourdes Santos Ferreira. Professores Colaboradores: Dayse Lúcida Silva – FAFIDIA/UEMG, José Arnaldo Fernandes Filho – FAFIDIA/UEMG, Mara Lúcia Ramalho – FAFIDIA/UEMG, Maria Luiza de Marilac Ávila – UFVJM, Mitsi Pinheiro de Lacerda Leite Benedito - UFVJM, Neusa Araújo Fernandes – FAFIDIA/UEMG, Remi Aparecida Santos – FAFIDIA/UEMG.

Assim, feitas as devidas contextualizações, cabe, ainda, um esclarecimento. Quando da construção do documento inicial de adesão ao REUNI, o grupo foi unânime em apresentar uma proposta de criação de cursos de licenciatura, por entender que a carência de formação docente seria a maior demanda dos Vales.

Como toda nova proposta surgiu-se críticas com relação a essa estrutura menos rígida de construção curricular, mas, mais uma vez, este não será objeto de discussão, pois abarcaremos apenas a análise dos dados de entrada no curso de Bacharelado em Humanidades, a partir da visualização da origem e o modo de entrada dos discentes. A proposta do curso surgiu com o intuito de expandir a UFVJM, levando-se em consideração toda transformação sofrida pela sociedade ao longo dos anos e as necessidades advindas dos processos de crescimento. De acordo com o Projeto Político Pedagógico (UFVJM, 2011) do curso escolhido:

A proposta do Bacharelado Interdisciplinar surge como perspectiva a uma demanda de expansão da universidade pública no contexto de uma visão ampliada do processo de aquisição do conhecimento, fruto da expressão de uma sociedade em profunda transformação nas estruturas de produção, de articulação dos processos sociais, científicos, tecnológicos e, sobretudo, cognitivos. Neste sentido, as análises, estudos e reflexões acerca do modo como a sociedade produz conhecimento e seus mecanismos de ensino e aprendizagem, atingem a universidade.

O curso de Bacharelado em Humanidades poderia ter sido adaptado para suprir as demandas específicas da instituição e de seu público, o que provavelmente faria diferença no atendimento dos discentes e melhoraria também o acesso e manutenção dos mesmos, porém, a sua organização maior ainda é a que foi estabelecida pelo MEC.

A Secretaria Superior de Educação do Ministério da Educação, responsável pelos referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares considerou que as mudanças no contexto brasileiro e no perfil dos estudantes que ingressam na academia, bem como as novas formas de aprendizagem e práticas pedagógicas, sem falar no universo de possibilidades tecnológicas (BRASIL, 2010). Para esta Secretaria, a experiência formativa trata-se de um contexto multideterminado, em que a diversidade implica em novas fontes de elaboração do poder, não mais sendo exclusividade das escolas, da família e das igrejas.

A partir da nova engrenagem, a criação do curso de Bacharelado em Humanidades surgiu como uma mola propulsora que encaminhou às descobertas com mais dinamicidade, atendendo às necessidades atuais, de acordo com a quebra de paradigmas escolares impostos desde sempre. O organograma³ exposto na Figura 2 está na página do curso de Bacharelado em Humanidades e demonstrou a lógica deste curso.

³ Este organograma é o mesmo apresentado à página 27 do PPP do ano de 2008.

Figura 2 - Organograma do Curso de Bacharelado em Humanidades



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Bacharelado em Humanidades. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu.html>>. Acesso em 10 set. 2019.

De acordo com o organograma, o discente que se matriculou no curso de BHU, pode ampliar as suas possibilidades nos seguimentos de licenciaturas ou bacharelados profissionalizantes, podendo optar por seguir o caminho acadêmico, realizando pós-graduações em níveis de mestrado acadêmico ou profissionalizante ou doutorado, ou seguindo para o mercado de trabalho. Escolhendo a última opção apresentada, o discente obteve a possibilidade em atuar junto ao serviço público, privado ou em ONGs, de acordo como site do curso de BHU. Finalizando este capítulo, considera-se importante dizer que o curso de Bacharelado em Humanidades deixou de ter entrada de alunos a partir do semestre 2019/01.

Importante acrescentar que a presente pesquisa não tem a função de aprofundar ou problematizar as questões relacionadas à implementação e desafios do curso Bacharelado em Humanidades, focando-se apenas nos números apresentados nas matrículas dos discentes do período especificado de 2012 a 2016.

CAPÍTULO III - METODOLOGIA

Foram eleitos os seguintes pressupostos metodológicos para essa pesquisa: pesquisa documental, abordagem qualitativa e análise de conteúdo. Assim, far-se-á necessária a compreensão teórica da metodologia, com o objetivo de direcionar mais adequadamente os procedimentos relativos ao desenvolvimento da pesquisa.

A pesquisa documental, segundo Lopes (2006), pressupõe a parte inicial da pesquisa, que aborda o primeiro contato do pesquisador com o material que será analisado. Importante ressaltar que, para ele, esse material ainda não passou por um filtro, pois a sua escolha sempre será realizada ainda de forma geral, o que faz com que o mesmo ainda passe por reestruturações e modificações de acordo com o objetivo da pesquisa.

Mesmo apresentando-se como algo inicial, a primeira etapa de uma pesquisa documental possui grande importância para todo o processo, pois é a partir dela que o pesquisador consegue direcionar seu estudo e ampliar seu entendimento sobre o objeto. O autor Cellard (2008, p. 295) fala sobre a importância do documento escrito:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito freqüentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

O mesmo autor dá sequência ao seu entendimento sobre a pesquisa documental justificando o uso de documentos como algo que permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão social, favorecendo assim, a observação do processo e evolução dos indivíduos, dos grupos, conceitos, comportamentos, mentalidades e práticas. Percebe-se assim, a importância da pesquisa documental, pois ela oferece suporte a todo o estudo e entendimento a partir da escolha do material que dará vazão à escrita e construção do texto.

Para se conceituar a abordagem norteadora da presente pesquisa, como sendo a análise qualitativa, far-se-á importante definir antes o conceito do ato de pesquisar. As autoras Marconi e Lakatos (2002, p. 15) definem que "pesquisar não é apenas procurar a verdade; é encontrar respostas para as questões propostas, utilizando métodos científicos". A partir de tal ótica é possível notar que a pesquisa é algo mais amplo do que se imagina em um primeiro momento e que a partir dela, será criado um método que demonstrará respostas para os problemas apresentados e /ou a construção de novas indagações.

Tal ação, tendo em vista o caráter científico, não se identifica apenas como um processo de investigação, ou um modelo simplório de inquirição, pois sua finalidade aborda uma compreensão mais profunda sobre o tema levantado e sobre a questão que direciona a pesquisa.

Ainda de acordo com as autoras, um estudo que pressupõe a utilização de um método necessita de um planejamento organizado e detalhado, que contemple as etapas que se pretende cumprir e observar durante seu desenvolvimento, tal como a seleção do tema, a definição do problema, o processo que será adotado para a coleta e como serão feitas as análises e tratamentos de dados, bem como a apresentação dos resultados. A partir do entendimento exposto, pretendeu-se, nesta metodologia, traçar os caminhos que foram seguidos para o desenvolvimento da pesquisa.

Ainda sobre a pesquisa, Fioreze (2002) explica que “o método (metodologia) é o conjunto de processos pelos quais se torna possível desenvolverem procedimentos que permitam alcançar um determinado objetivo”. Segundo Santos e Candeloro (2006, p. 71) existem duas naturezas diferentes para uma pesquisa metodológica, são elas, qualitativa e quantitativa. Sendo assim:

A pesquisa de natureza qualitativa é aquela que permite que o acadêmico levante dados subjetivos, bem como outros níveis de consciência da população estudada, a partir de depoimentos dos entrevistados, ou seja, informações pertinentes ao universo a ser investigado, que leve em conta a ideia de processo, de visão sistêmica, de significações e de contexto cultural. [...] A pesquisa quantitativa é a que tem o objetivo de mensurar algumas variáveis, transformando os dados alcançados em ilustrações como tabelas, quadros, gráficos ou figuras. [...] Em geral, o instrumento de levantamento de dados mais adequado a este tipo de pesquisa é o questionário, em que questões fechadas correspondem a respostas codificadas.

O entendimento acima apresentou o conceito da análise qualitativa e da análise quantitativa, mas para este trabalho, foi escolhida a análise qualitativa, que se encaixou com maestria no estudo, pois pretendeu-se entender o problema a partir da lógica proposta no objetivo geral da pesquisa e assim procurou identificar o território previsto no PDI 2012-2016 e o território de origem da população de fato atendida, e seu acesso à Universidade. O autor Lüdke (1986, p. 38) expôs sobre a pesquisa qualitativa como algo que busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses interessantes. Esta posição conferiu ao estudo um caráter mais científico, pois tendeu a priorizar as informações enquanto fatos comprovados e analisados.

Em sequência à metodologia, citamos também a análise de conteúdo para o desenvolvimento da pesquisa, que compreendeu técnicas que buscavam desvelar os sentidos

abstraídos dos documentos analisados. Segundo Bravo (1991), a análise de conteúdo é uma das técnicas mais elaboradas e de maior prestígio no campo do trabalho documental e constitui-se como meio de estudar as comunicações entre os homens. Assim, o pesquisador, ao utilizar-se da análise de conteúdo procurou interpretar as mensagens em busca da resolução do problema apresentado. A autora Franco (2005, p. 14) expôs sobre a análise de conteúdo:

é um procedimento de pesquisa que se situa em um delineamento mais amplo da comunicação e tem como ponto de partida a mensagem” que pode ser verbal, gestual, silenciosa, figurativa ou documental - que expressa um significado e um sentido que deverá ser interpretado, considerando-se as condições textuais, sob uma concepção crítica e dinâmica da linguagem com seus componentes cognitivos, afetivos, valorativos e ideológicos que dão significado ao objeto, conforme a perspectiva teórica do pesquisador em relação à proposta do estudo.

Interessante citar que o autor Bardin (2004) citou os objetivos da análise de conteúdo, como se segue:

Por tal motivo, os objetivos básicos da Análise do Conteúdo são a superação da incerteza sobre a leitura feita do objeto de estudo, tornando-a válida e generalizável, assim como buscar o enriquecimento da leitura ao aprofundar a compreensão do significado do assunto que é tratado e, com isso, aumentar a produtividade e a pertinência das inferências que serão originadas (BARDIN, 2004).

A análise de conteúdo foi escolhida por permitir a exploração dos dados advindos da pesquisa documental e a organização dos mesmos em busca da identificação e da resolução do problema. Sendo assim, para se obter uma efetividade nesta análise, importou o conhecimento do contexto social conjuntamente à compreensão mais analítica da documentação escolhida.

Os autores Ispizúa e Olabuenaga (1989) classificaram a análise de conteúdo como uma técnica para ler e interpretar todos os documentos escolhidos. Eles afirmaram ainda, que a análise adequada destes, abre portas para o conhecimento de aspectos e fenômenos da vida social de outro modo inacessíveis. Ainda seguindo o posicionamento dos autores acima, pelo fato de um texto possuir muitos significados, eles colocaram a importância da observância dos seguintes pressupostos: o sentido que o autor pretendeu expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor do mesmo; o sentido do texto pode ser diferente, de acordo com cada leitor; um mesmo autor pode emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores podem captá-la com sentidos diferentes; um texto pode expressar um sentido do qual o próprio autor não esteja consciente.

A partir dos conceitos expostos acerca dos métodos escolhidos para o desenvolvimento da presente pesquisa, pretendeu-se traçar os momentos e fases já

evidenciados e os que dependem do desenvolvimento ainda de todo o processo.

3.1 1ª Etapa: Seleção dos documentos e delimitação espacial do universo da pesquisa

A primeira etapa da pesquisa foi marcada pela seleção dos documentos, momento em que foram escolhidas as bibliografias, os livros e artigos para o desenvolvimento das ideias. De uma maneira mais geral, os documentos relativos à base científica da pesquisa foram encontrados na Biblioteca Central da UFVJM, em materiais pessoais, materiais indicados pela orientadora e pela banca e na internet. Houve uma escolha inicial a partir dos temas dos livros, artigos e demais textos e, posteriormente, outra escolha mais aprofundada, levando-se em consideração os resumos dos materiais e a leitura da parte inicial dos mesmos, com o objetivo de averiguar se mantinham ligação direta com a proposta. Como já exposto, este momento passou por mudanças que acompanharam o desenrolar do projeto inicial e as modificações no que tangem ao progresso do estudo.

Na presente pesquisa analisamos as matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades da UFVJM por ser um curso que permitiu a entrada para outras licenciaturas. A estrutura do curso escolhido mostrou-se, de acordo com o Projeto Político Pedagógico do mesmo, como uma proposta que ofereceu ao aluno uma compreensão do percurso em sua trajetória acadêmica, tendo em vista a flexibilidade e mobilidade permitida ao longo do processo. O curso de Bacharelado em Humanidades propôs uma estrutura acadêmica que permitiu que a formação do discente respeitasse suas escolhas, dentro de uma organização interna do curso, e respeitasse também, o prosseguimento nas licenciaturas, caso desejasse.

O Projeto Político Pedagógico - PPP do curso em questão foi encontrado no site da UFVJM, na página da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades, no curso de Bacharelado em Humanidades. Houve uma leitura atenta do documento vigente, e, posteriormente, verificou-se a necessidade em se entender um pouco mais sobre a história do curso, realizando-se a leitura do Projeto Político Pedagógico anterior, encontrado neste mesmo ambiente.

De acordo com o PPP, a formação de professores mostra-se como um elemento importante desta estrutura, pois congrega várias áreas, com variados docentes e experiências que vêm para se complementarem. Assim, o chamado BHU, surgiu como uma forma ampliada na construção do conhecimento e nas formações dos discentes.

O curso em questão foi escolhido pela proximidade com a vida da pesquisadora,

que, além de possuir a formação em Letras e Direito, possui grande familiaridade com a questão de formação de professores, uma vez que cresceu no meio de educadores e lecionou durante muito tempo com as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura. Toda essa experiência serviu de incentivo para a pesquisa e intensificou a ideia de que o seguimento baseado na formação de professores decorria de uma escolha, do desejo de ser um educador, mas também das oportunidades que foram postas à frente.

Para se entender melhor a escolha do curso, observemos as informações abaixo:

Critérios de escolha do curso de Bacharelado em Humanidades para a análise dos dados da presente pesquisa

- A pesquisadora possui uma das formações oferecidas pelo BHU: Letras
 - A pesquisadora entende que a formação de professores é uma opção regional, por ser um curso noturno e/ou por ser menos concorrido do que os cursos da área da saúde.
 - O curso possui uma dinâmica diferenciada de criação curricular, através da qual os alunos podem escolher as disciplinas cursadas, dentro de opções determinadas, e criarem sua própria trajetória.
-

A especificidade mais interessante deste curso acompanhou a mudança no perfil dos estudantes que optavam pelo mesmo, juntamente às novas formas de aprendizagem e práticas também diferenciadas que permitiam ao aluno a continuidade de sua formação (BRASIL, 2010, p.3).

Nesta conceptualização, o primeiro ciclo ou Bacharelado Interdisciplinar é o espaço de formação universitária onde um conjunto importante de competências, habilidades e atitudes, transversais às competências técnicas, aliada a uma formação geral com fortes bases conceituais, éticas e culturais assumiriam a centralidade nas preocupações acadêmicas dos programas. Por seu turno, o segundo ciclo de estudos, de caráter opcional, estará dedicado à formação profissional em áreas específicas do conhecimento.

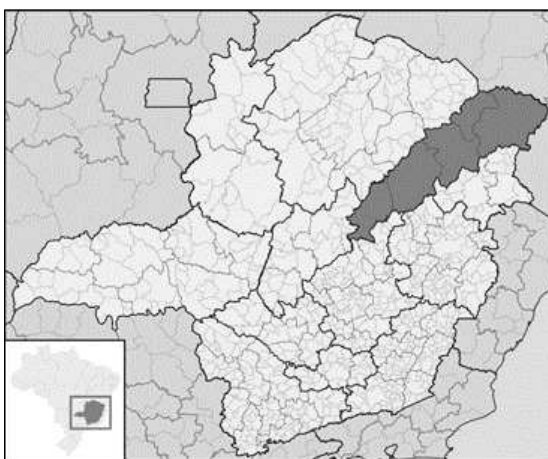
Esta análise se deu no âmbito territorial do universo de atuação do PDI da UFVJM, período 2012 a 2016, como sendo os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Norte e Noroeste de Minas Gerais. Estas regiões são reconhecidas devido aos baixos indicadores sociais, principalmente a região do Vale do Jequitinhonha, apesar da riqueza cultural lá existente. O Vale do Jequitinhonha é bastante extenso e ocupa 14,5 % do estado de Minas

Gerais, utilizando uma área de aproximadamente 85.000 km². O povoamento iniciou-se nesta região a partir do ciclo do ouro no século XVII (CODEVALE, 1986):

A extração do ouro e do diamante acelerou o processo de povoamento e urbanização, acarretando dificuldades no abastecimento de gêneros alimentícios para a região. Surgiu-se e ampliou-se nessa época, uma débil agricultura de subsistência, associada, quase sempre, à pecuária de corte.

O Vale do Jequitinhonha é dividido em microterritórios que possuem especificidades criadas a partir da própria configuração do surgimento do território. Em dados mais atualizados, este Vale conta com 59 municípios, de acordo com o site do Governo Estadual.

Figura 3 - Vale do Jequitinhonha

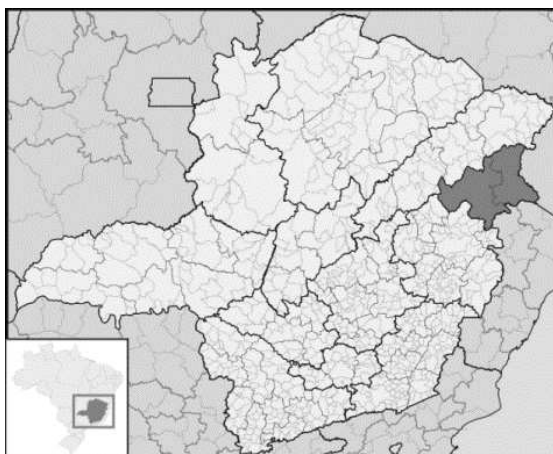


Fonte: ABREU, Raphael Lorenzeto de. Minas Gerais - Mesoregião do Jequitinhonha. 2006a. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_Jequitinhonha.svg>. Acesso em: jul. 2019.

A denominação do Vale do Jequitinhonha fez referência ao rio que nasce na serra do Espinhaço, no município do Serro/MG. Ele percorre 1.086 quilômetros, 888 km em Minas e 198 km na Bahia. O processo de colonização do Vale do Jequitinhonha iniciou-se no século XVI, com expedições que saíram da Bahia e adentraram Minas Gerais em busca de riquezas e pedras preciosas, a partir da ação de colonizadores que não obtiveram inicialmente muito sucesso, porém, deixaram marcas culturais nos lugares por onde passaram (RAMALHO, 2010, p. 15).

O próximo território analisado, chamado de Vale do Mucuri foi um dos primeiros territórios a serem explorados no estado de Minas Gerais. O autor Capistrano de Abreu, em seu livro "Caminhos Antigos e Povoamento do Brasil", citou que no ano de 1532 houve uma expedição que percorreu o Vale do Mucuri à procura de metais e pedras preciosas.

Figura 4 - Vale do Mucuri

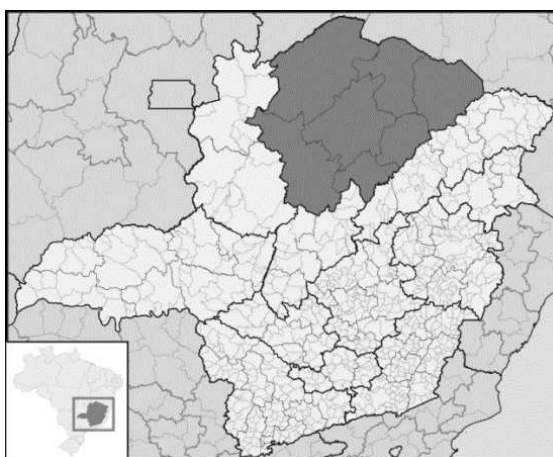


Fonte: ABREU, Raphael Lorenzeto de. Minas Gerais - Mesoregião do Vale do Mucuri. 2006d. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_ValedoMucuri.svg>. Acesso em: jul. 2019.

O Vale do Mucuri é composto por 23 municípios, de acordo com dados do estado de Minas Gerais. Importante lembrar que há um *campus* da UFVJM neste território, mais específico, no município de Teófilo Otoni, portando cursos distintos ao analisado.

Dando sequencia à delimitação do território de análise, observa-se o Norte de Minas Gerais, que também está disposto no círculo de análise desta pesquisa e caracteriza-se por conter atividades na indústria e agropecuária, de acordo com o PDI da UFVJM, 2012 a 2016.

Figura 5 - Norte de Minas Gerais

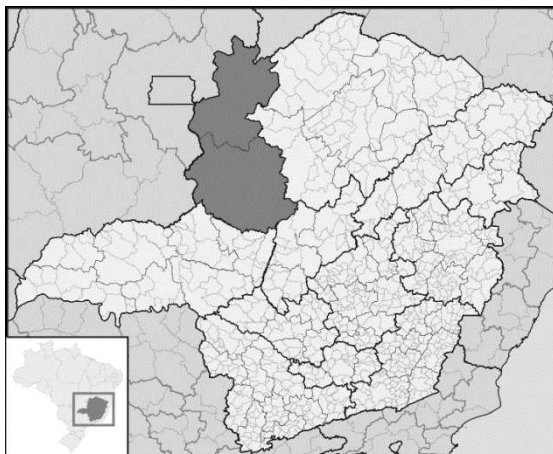


Fonte: ABREU, Raphael Lorenzeto de. Minas Gerais - Mesoregião do Norte de Minas. 2006c. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_NortedeMinas.svg>. Acesso em: jul. 2019.

A mesoregião do Norte de Minas está dividida em sete microrregiões e em 89 municípios. De acordo com Costa (1997), as primeiras populações desta região foram as nações indígenas que desenvolveram atividades de caça, pesca e cultivo.

O último território de análise é o Noroeste de Minas Gerais, dividido em 19 municípios, revelou ter o melhor IDH-M entre os já citados. Ele está inserido na Bacia do Rio São Francisco e contém atividades agropecuárias, de acordo com o PDI da UFVJM (2012).

Figura 6 - Noroeste de Minas



Fonte: ABREU, Raphael Lorenzeto de. Minas Gerais - Mesoregião do Noroeste de Minas. 2006b. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_NoroestedeMinas.svg>. Acesso em: jul. 2019.

A origem desta região remete-se também à exploração do ouro, ocorrida no século XVII. Atualmente, há forte presença da agricultura empresarial, e nos solos são encontrados diversos recursos minerais, como ouro, zinco e gás natural (JESUS, 2011).

Frente ao exposto, delimitou-se o universo desta pesquisa, sob a análise da entrada de discentes ao curso de Bacharelado em Humanidade, pelo fato deste permitir uma formação atípica de alunos, com a possibilidade de uma maior liberdade em escolhas curriculares e no aprendizado cotidiano, bem como delimitou-se este universo a partir de um pequeno conhecimento sobre os territórios de análise da pesquisa.

3.2 2ª Etapa: Acesso aos documentos e sua análise

A segunda etapa, após o afinamento da escolha do material, perpassou pelo acesso aos documentos oficiais da instituição no que tange às matrículas do curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016 para a verificação da origem dos estudantes à formação da UFVJM.

Esta busca foi possível a partir da análise dos documentos dispostos na Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, responsável pela política do ensino de graduação e gerenciamento acadêmico da instituição. Não houve dificuldades quanto ao acesso dos

documentos analisados, todas as solicitações foram atendidas em tempo hábil e de forma profissional pelos servidores da respectiva Pró-Reitoria.

Para tanto, prezando-se pelas questões éticas, adotou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, em atendimento ao Conselho Nacional de Saúde, Resolução 196/96, em anexo.

No que se refere à análise dos Planos Municipais de Educação dos municípios do Alto do Jequitinhonha, o amparo se deu pela Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, responsável pela regulamentação do acesso a informações previsto nos incisos XXXIII do Art. 5º, inciso II do §3º, do Art. 37, e no §2º do Art. 216 da Constituição Federal.

3.3 3ª Etapa: Análise dos documentos

Nesta fase, foram analisadas as matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016, dispostas no arquivo da PROGRAD. O acesso aos documentos se deu a partir do envio de um ofício à Pró-Reitora de Graduação, através do qual foi apresentado o tema da pesquisa e a solicitação dos dados referentes à origem dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades, compostos nas matrículas que são preenchidas pelos estudantes no momento do ingresso. Por sua vez, a PROGRAD solicitou à Diretoria de Tecnologia da Informação da UFVJM uma tabela com os dados, discriminados em forma de excel.

A partir das informações encontradas nestas análises, a pesquisa voltou-se para a observação das informações constantes nos PMEs dos municípios selecionados, seguindo-se os critérios abaixo:

- a) Municípios com maior quantidade de matrículas no curso de BHU, no período de 2012 a 2016.
- b) Municípios com menor quantidade de matrículas no curso de BHU, no período de 2012 a 2016.
- c) No caso de empate entre números de matrículas, foi escolhido o município que se localizou mais próximo do Campus JK, que é o responsável pelo oferecimento do curso analisado.

O acesso aos Planos Municipais de Educação se deu a partir do acesso ao site PNE EM Movimento, do Ministério da Educação (<http://pne.mec.gov.br/>), que apresentou a elaboração e adequação dos planos subnacionais de educação dos municípios brasileiros. O acesso foi realizado durante todo o momento da análise, dentre os períodos de maio a

setembro de 2019.

As análises dos documentos serviram para se obter respostas para as seguintes questões norteadoras:

Questões Norteadoras	Documentos Utilizados	Categorias
- Quais são os territórios discriminados como de atuação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri?	- Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM – 2012 a 2016	1 Categoria: Um início de conversa sobre o acesso ao ensino superior na UFVJM: matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades.
- Qual é a origem dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades, período 2012 a 2016?	- Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Humanidades – Ano de 2008.	
- A origem dos discentes encontrada nos documentos contempla os territórios de atuação da UFVJM?	- Projeto Político Pedagógico do curso de Bacharelado em Humanidades – Ano de 2011.	
	- Ficha cadastral relativa à matrícula dos discentes.	
	- Tabela Excel fornecida pela PROGRAD com informações sobre a origem e a modalidade de entrada dos alunos do curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016.	
- Os PMEs dos municípios que demonstraram mais discentes puderam ajudar na construção de hipóteses, que auxiliaram na compreensão das causas destes números?	- Plano Municipal de Educação do Município de Diamantina.	2 Categoria: Plano Municipal de Educação: registros sobre o acesso ao Ensino Superior.
	- Plano Municipal de Educação do Município de Carbonita.	
	- Plano Municipal de Educação do Município de Malacacheta.	
- Os PMEs dos municípios que demonstraram menos discentes puderam servir de identificador das causas destes números?	- Plano Municipal de Educação do Município de Setubinha.	
	- Plano Municipal de Educação do Município de Montes Claros.	
	- Plano Municipal de Educação do Município de Francisco Dumont.	
	- Plano Municipal de Educação do Município de João Pinheiro.	

Para responder às questões propostas, foram utilizadas as documentações referenciadas no esquema anteriormente apresentado, de acordo com as duas categorias propostas na pesquisa. A autora Franco (2008, p. 59) conceitua a categorização como sendo uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação seguida de um reagrupamento baseado em analogias, a partir de critérios definidos.

A divisão em categorias expostas proporcionou uma melhor construção das ideias encontradas no Capítulo IV, com o fim de averiguar os dados e criar suposições que fossem capazes de apresentar uma maior compreensão da questão.

CAPÍTULO IV - UMA UNIVERSIDADE PARA QUEM?

O presente capítulo apresentou as análises realizadas durante o desenvolvimento da pesquisa. Para tanto, tomou-se como referencial pressupostos preconizados por Franco (2005) para nortear a análise de conteúdos, propondo-se a organização do texto por meio de duas categorias, a saber: Categoria I - Um início de conversa sobre o acesso ao ensino superior na UFVJM: matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades e Categoria II - Plano Municipal de Educação: registros sobre o acesso ao ensino superior

4.1 Categoria 1: Um início de conversa sobre o acesso ao ensino superior na UFVJM: matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades

Para se começar a discussão, fez-se necessário analisar alguns pontos referentes à forma de ingresso na UFVJM, no entanto, é importante ressaltar que tal possibilidade é utilizada em território nacional por meio da legislação vigente. Para tal, é preciso esclarecer que a documentação em análise possibilitou a percepção de que a entrada ao curso superior ocorreu mediante a inscrição do candidato em grupos, conforme tabela a seguir:

Tabela 5 - Classificação de grupos para o ingresso na UFVJM - Curso Bacharelado em Humanidades - 2012 a 2016

Grupo	Quantidade de matrículas	Estados
Ampla Concorrência	1129	AL, AM, BA, DF, ES, GO, MA, MG, PA, PR, RJ, RS, SP.
Egressos de escola pública	40	MG, MT, RN, SP.
L1 - Egressos de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1.5 sal. mínimo per capita (Anterior a 2017/2)	84	MG, PR, RJ, RS, SP, FB.
L2 - Egressos de escola pública PPI com renda familiar bruta igual ou inferior a 1.5 sal. mínimo per capita (Anterior a 2017/2)	150	AP, BA, MG, RJ SP.
L3 - Egressos de escola pública demais estudantes independentemente de renda (Anterior a 2017/2)	83	ES, GO, MG,PA, SP.
L4 - Egressos de escola pública PPI independentemente de renda (Anterior a 2017/2)	137	AL, BA, CE, ES, MG, SP.
Professor Rede Pública	3	MG

Fonte: Organizado pela pesquisadora.¹

¹ Informações advindas da Pró-Reitoria de Graduação/UFVJM a partir das matrículas dos discentes do curso de BHU, período 2012 a 2016.

A partir da organização das informações foi possível perceber que as formas de entrada oferecidas pela UFVJM abarcaram a ampla concorrência, os egressos de escola pública, os professores da rede pública de ensino, L1 - Egresso de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* anterior a 2017/2; L2 - Egresso de escola pública PPI com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* anterior a 2017/2; L3 - Egresso de escola pública demais estudantes independentemente da renda, anterior a 2017/2 e L4 - Egresso de escola pública PPI independente da renda, anterior a 2017/2.

Estes grupos surgiram em virtude da Lei n.º 12.711/2012 que garantiu a reserva de 50% das matrículas por curso em todas as instituições federais a alunos de origem do ensino médio público em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o caput deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservados aos estudantes oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) *per capita*. (BRASIL, 2012).

Tendo sido realizada a análise das formas de entrada durante o estudo, foi possível perceber que a configuração da tela utilizada na matrícula se apresentou de forma complexa, pois, com relação à escolha dos grupos citados anteriormente, a modalidade de ingresso *ampla concorrência* demonstrou-se de forma geral, não detalhando se os discentes que escolheram essa opção tiveram origem em escolas públicas ou particulares.

A seguir, a fim de exemplificação, foi exposto um modelo de formulário de matrícula utilizado no momento da entrada dos discentes.

Figura 7 - Modelo de Formulário de Matrícula

	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI - UFVJM PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO - PROGRAD	
	FICHA CADASTRAL Processo Seletivo SISU 2019/2	
Curso: BCT - CIÊNCIA E TECNOLOGIA Chamada: 1a Chamada Número de controle: 123456789		
<hr/> Nome: JOÃO DA SILVA CPF: 12345678901		
Sexo: Masculino Data de nascimento: 01/01/2000 Estado Civil: Solteiro Natural de DIAMANTINA, UF MG , País BRASIL		
Identidade: 111111111 UF: MG Órgão emissor: PC Data de emissão: 01/01/2001 Mãe: JOANA DAS SILVA Pai: JOÃO DA SILVA		
<hr/> Endereço: Avenida JK, 001 Apartamento Bairro: Centro Cidade: DIAMANTINA UF: MG CEP: 39100000 Telefone: 3899999999 Celular: 3899999999 E-mail: joaodasilva@gmail.com		
<hr/> Modalidade: A0 - Ampla concorrência Etnia declarada: Branca Pessoa com necessidades educacionais especiais: Não		
<hr/> OBS: Para mais detalhes sobre a documentação conferir os Editais.		
<hr/> _____, 01/01/2001 Cidade, data		
<hr/> JOÃO DA SILVA CPF 01234567891		

Fonte: Formulário fornecido pela Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM.

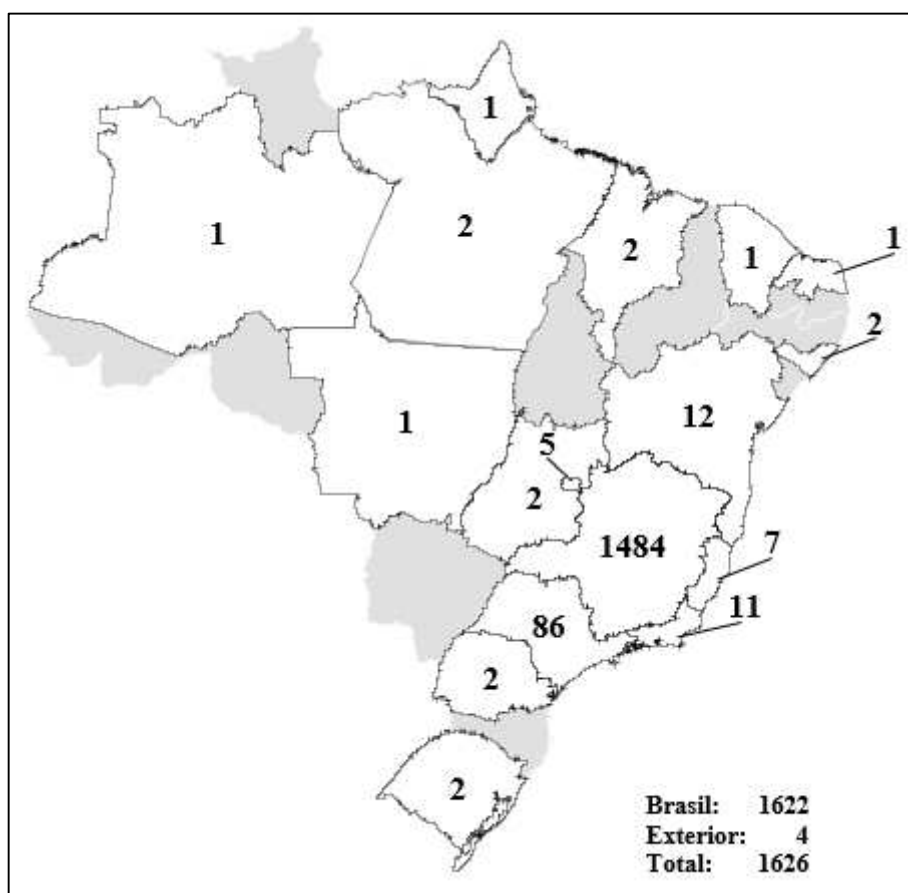
O formulário demonstrou os dados que são solicitados no momento da matrícula aos discentes dos cursos da UFVJM. Comparando-se com a tabela 5 que apresenta a quantidade de 1.129 matrículas na modalidade *ampla concorrência*, possivelmente há um problema na formulação do requerimento preenchido ou até mesmo no entendimento de quem o preenche. Na questão *modalidade*, não há uma informação mais clara se as pessoas são oriundas de escolas públicas ou privadas, enfraquecendo assim os dados sobre a modalidade de entrada. Desta forma, percebeu-se que, por tal perspectiva, a informação pode possibilitar uma interpretação equivocada, como por exemplo, a quantidade de discentes advindos de escolas públicas, representando apenas 40 matrículas e a ampla concorrência, com 1.129 matrículas.

Dando sequência, a documentação analisada para a pesquisa levou em consideração as informações apresentadas pela Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, cujos dados têm como fonte o sistema *e-campus*, que é um sistema de uso interno da universidade. Os dados foram gerados a partir do formulário demonstrado acima, preenchido

pelos discentes no momento da matrícula. As informações encontraram-se organizadas em tabelas com uma lógica de divisão semestral, referente aos anos de 2012 a 2016, contemplando os seguintes descritores: período de ingresso, número da matrícula, município de nascimento e modalidade de ingresso.

A figura a seguir demonstra a distribuição dos discentes matriculados no território nacional e fora do Brasil.

Figura 8 - Discentes por Unidade da Federação



Fonte: Organizado pela pesquisadora. ¹ Informações advindas da Pró-Reitoria de Graduação/UFVJM a partir das matrículas dos discentes do curso de BHU, período 2012 a 2016.

Ao iniciarmos a leitura dos números, esperou-se encontrar discentes advindos de todo o território brasileiro, tendo em vista se tratar de uma universidade federal, mas com forte expectativa de que também encontraríamos um grande quantitativo de matrículas advindas de regiões localizadas no território de atuação da UFVJM. Conforme o mapeamento acima, os discentes oriundos de todo território nacional contam com 1.622. Só no estado de Minas Gerais foram encontrados 1.484, e advindos do exterior, 4 discentes. Ao todo, foi observado o número de 1.626 matrículas no período e curso especificados.

As informações surpreenderam, pois demonstraram alunos de origem bem distante da região prevista como de atuação da UFVJM, como por exemplo, do estado do Amapá, como também alunos advindos de fora do país, intensificando a ideia de que a Universidade, mesmo sendo jovem, possui uma amplitude interessante em seu nome.

Para se dar sequência à análise, far-se-á necessário lembrar que o Plano de Desenvolvimento Institucional, período de 2012 a 2016 (UFVJM, 2012, p. 96), abordou em seu texto, a atuação da Universidade nos territórios do Norte e Noroeste de Minas Gerais, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

A UFVJM passa, no momento, por uma expansão significativa, pois acolheu os dois novos *campi* destinados ao Estado de Minas Gerais, ou seja, os *campi* das cidades de Janaúba e Unaí. Desta feita, a UFVJM assume, de vez, seu caráter *multicampi* e sua inserção em 4 mesorregiões do Estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Norte e Noroeste. Esse novo compromisso qualifica a UFVJM a assumir todos os territórios da metade setentrional do Estado e o desafio de estabelecer uma gestão *multicampi* orgânica eficiente, valorizando a autonomia no contexto de um sistema universitário integrado, tendo a disseminação do conhecimento com a capilaridade ao alcance do conjunto.

Desta forma, analisamos os números relativos aos municípios que apresentaram mais discentes e menos discentes nos territórios citados acima e, conseqüentemente, analisamos também os seus Planos Municipais de Educação. Importante informar que, foram descartadas as cidades com percentagem zero de discentes e levadas em consideração à contagem, o mínimo de 1 discente.

Registra-se também que os números apresentados são apenas uma pequena mostra, o que aponta ser interessante a criação de outras análises dos demais cursos da UFVJM, que poderiam ser realizadas a partir da manifestação dos diretores de curso em solicitação à Pró-Reitoria de Graduação da UFVJM, no que consta o fornecimento dos dados relativos à origem dos discentes de cada curso desta instituição. Conhecer estas informações pode auxiliar no entendimento de seu público e no fortalecimento dos territórios que se encontram em defasagem. Frente ao exposto, iniciou-se a análise pelo Vale do Jequitinhonha.

4.1.1 Vale do Jequitinhonha

O Vale do Jequitinhonha é composto por cinquenta e nove municípios, de acordo com dados do IBGE (1990). A Tabela 6 demonstra os números de discentes do curso de BHU, 2012 a 2016, oriundos dos territórios que compõem o Vale do Jequitinhonha:

Tabela 6 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Vale do Jequitinhonha

Cidades	Ampla Concorrência	Cotas				Total cotas	Total		
		Egressos de escola pública	Professor de escola pública	L1	L2			L3	L4
Diamantina	594	16	2	28	83	29	65	158	817
Gouveia	40	4		1	12	8	11	36	76
Itamarandiba	35			6	6	1	3	16	51
Datas	19				2		1	3	22
Turmalina	6	1		2	2	1	1	7	13
Capelinha	8			1	1	2		4	12
Minas Novas	8			1	1	2		4	12
Araçuaí	9			1			1	2	11
São Gonçalo do Rio Preto	9					1		1	10
Felício dos Santos	5				2		1	3	8
Virgem da Lapa	3				1		3	4	7
Senador Modestino Gonçalves	4						1	1	5
Couto de Magalhães de Minas	1		1	1		1		3	4
Presidente Kubitschek	4								4
Berilo	1						1	1	2
Chapada do Norte	2								2
Coronel Murta	2								2
Novo Cruzeiro	2								2
Itaobim				1			1	2	2
Carbonita				1				1	1
Francisco Badaró					1			1	1
Jenipapo de Minas	1								1
Leme do Prado	1								1
Itinga							1	1	1
Cachoeira do Pajeú						1		1	1
Medina	1								1
Pedra Azul				1				1	1
Almenara	1								1
Jacinto						1		1	1
Jequitinhonha	1								1
Rubim	1								1
Aricanduva							1	1	1
Total								252	1075

Fonte: Organizado pela pesquisadora. Informações advindas da Pró-Reitoria de Graduação/UFVJM a partir das matrículas dos discentes do curso de BHU, período 2012 a 2016.

Importante constar, mais uma vez, que o quesito ampla concorrência referiu-se aos alunos de forma geral, não especificando se vieram da escola pública ou privada. A tabela desvelou o número de discentes ingressos pela ampla concorrência e pelas cotas, que foram divididas em: egressos de escola pública, professores da rede pública de ensino, L1 - egresso de escola pública com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* anterior a 2017/2; L2 - egresso de escola pública PPI com renda familiar bruta igual ou inferior a 1,5 salário mínimo *per capita* anterior a 2017/2; L3 - egresso de escola pública demais estudantes independentemente da renda, anterior a 2017/2 e L4 - egresso de escola pública PPI independente da renda, anterior a 2017/2.

Por meio dos dados informados pela Diretoria de Tecnologia da Informação da UFVJM, a partir do sistema *e-campus*, verificamos os números e origens dos discentes do curso de BHU, como sendo: a cidade de Diamantina despontou com o maior índice de discentes frequentando o curso de BHU da UFVJM, nos períodos de 2012 a 2016, com o total de 817 alunos, considerando o total de 1.075 matrículas.

Com menor índice, apresentando apenas 1 discente matriculado, verificamos as cidades de Carbonita, Francisco Badaró, Jenipapo de Minas, Leme do Prado, Itinga, Cachoeira do Pajeú, Medina, Pedra Azul, Almenara, Jacinto, Jequitinhonha e Rubim. Assim, a partir do filtro realizado na pesquisa, optou-se pela análise do Plano Municipal de Educação da cidade de Carbonita, por ser a região mais próxima do campus que oferece o curso analisado, localizando-se a aproximadamente 155 km, em detrimento à distância territorial, das cidades de Francisco Badaró - 278 km, Jenipapo de Minas - 299 km, Leme do Prado - 204 km, Itinga - 350 km, Cachoeira do Pajeú - 459 km, Medina - 445 km, Pedra Azul - 492 km, Almenara - 514 km, Jacinto - 564 km, Jequitinhonha - 464 km e Rubim - 550 km. A filtragem se deu a partir do entendimento de que estando mais próximo, maiores são as possibilidades de acesso.

Ressalta-se ainda, que a tabela 6 evidencia a importância das cotas para o atendimento da população carente desta área. Citamos como exemplo, a cidade de Turmalina, a qual demonstrou número de candidatos aprovados pelas cotas superior ao número de ampla concorrência.

4.1.2 Vale do Mucuri

O Vale do Mucuri é composto por 23 municípios, de acordo com dados do IBGE (1990), mas apenas 4 participaram do estudo, pois os demais não possuíam discentes

matriculados.

A Tabela 7 demonstra os municípios que apresentaram matrículas no curso de BHU, no período de 2012 a 2016.

Tabela 7 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Vale do Mucuri

Cidades	Ampla Concorrência	Cotas				Total Cotas	Total	
		Egressos de escola pública	Professor de escola pública	L1	L2			L3
Malacacheta		2			2	1	5	5
Setubinha				1			1	1
Teófilo Otoni	3			1		1	2	5
Águas Formosas						1	1	1
Total							9	12

Fonte: Organizado pela pesquisadora. ¹ Informações advindas da Pró-Reitoria de Graduação/UFVJM a partir das matrículas dos discentes do curso de BHU, período 2012 a 2016

Foram encontradas as cidades de Malacacheta e Teófilo Otoni com a maioria dos discentes, expondo o número de 5 matrículas e, levando-se em consideração o filtro, analisou-se o PME da cidade de Malacacheta por ser mais próxima do campus que oferece o curso em questão, compreendendo a distância territorial de 369 km, em detrimento à distância de 433 km da cidade de Teófilo Otoni.

Ressaltamos que a cidade de Teófilo Otoni possui um campus da UFVJM, com cursos diferenciados do analisado². A cidade de Malacacheta apresentou o número de 5 discentes matriculados no curso de BHU, no período de 2012 a 2016, no total de 12 discentes, número considerado ínfimo. Da mesma forma, foram encontradas as cidades de Setubinha e Águas Formosas com menor índice de discentes no curso analisado, apresentando o número de 1 matrícula. Assim, optou-se pela cidade de Setubinha por encontrar-se situada à distância territorial menor, de aproximadamente 313 km, em comparação a 531 km da cidade de Águas Formosas. Importante salientar que as cidades que não demonstraram nenhuma matrícula, não entraram na presente análise.

Ressaltamos também que a Tabela 7 demonstra a importância das cotas para o atendimento desta população. Citamos como exemplo, a cidade de Malacacheta, que demonstrou número de candidatos aprovados pelas cotas superior ao número de ampla concorrência.

² No período de 2012 a 2016 eram ofertados no campus de Teófilo Otoni, os seguintes cursos: Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Matemática, Serviço Social e Bacharelado em Ciência e Tecnologia.

4.1.3 Norte de Minas Gerais

Seguindo-se a análise das matrículas constantes nos documentos apresentados pela PROGRAD, volta-se para o Norte de Minas Gerais, que é mais uma região constante no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFVJM, 2012 a 2016. A Região Norte é composta por 89 cidades, de acordo com dados de acordo com dados do IBGE (1990).

Tabela 8 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Norte de Minas

Cidades	Ampla Concorrência	Cotas				Total Cotas	Total		
		Egressos de escola pública	Professor de escola pública	L1	L2			L3	L4
Pirapora	8				1		1	2	10
Montes Claros	10								10
Bocaiúva	3				1		1	2	5
Janaúba	2				2			2	4
Várzea da Palma	3						1	1	4
Coração de Jesus	2		1					1	3
Mato Verde	2								2
Buritizeiro	1				1			1	2
Januária	1								1
Riachinho	1								1
Santa Fé de Minas	1								1
Brasília de Minas	1								1
Botumirim	1								1
Francisco Dumont							1	1	1
Total								12	46

Fonte: Organizado pela pesquisadora³.

Dentro da análise, verificamos as cidades de Pirapora e Montes Claros como as que mais possuíram discentes matriculados no curso analisado, apresentando o número de 10 discentes, no total de 46. Desta forma, levando-se em conta o filtro escolhido para a pesquisa, optou-se pela cidade de Montes Claros para análise, por situar-se mais próxima do campus que oferece o curso analisado, com a distância territorial de aproximadamente 248 km, em

³ Informações advindas da Pró-Reitoria de Graduação/UFVJM a partir das matrículas dos discentes do curso de BHU, período 2012 a 2016

comparação a 310 km da cidade de Pirapora.

Com menor índice de discentes, verificamos 1 matrícula, dentro do total de 46 discentes, nas cidades de Januária, Riachinho, Santa Fé de Minas, Brasília de Minas, Botumirim e Francisco Dumont. Tendo em vista o filtro de proximidade, foi escolhida a cidade de Francisco Dumont para a análise, apresentando à distância territorial de 263 km, em detrimento à distância dos municípios de Januária - 481 km, Riachinho - 588 km, Santa Fé de Minas - 447 km, Brasília de Minas - 354 km, Botumirim - 287 km.

4.1.4 Noroeste de Minas Gerais

Finalizando-se a análise com a região Noroeste, composta por 19 municípios, de acordo com dados do IBGE (1990). Esta região também se encontra localizada no território considerado como de baixo perfil socioeconômico, mas comparando-a com as demais, é considerada como a que possui o melhor IDH, de acordo com o PDI 2012-2016. De acordo com a análise dos municípios, excluindo-se os que apresentaram o número zero de matrículas, observa-se a tabela a seguir:

Tabela 9 - Discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades oriundos dos territórios que compõem o Noroeste de Minas

Cidades	Ampla Concorrência	Cotas				Total Cotas	Total
		Egressos de escola pública	Professor de escola pública	L1	L2		
João Pinheiro				1		1	1
Paracatu	1						1
Unaí	1						1
Total						1	3

Fonte: Organizado pela pesquisadora. ¹ Informações advindas da Pró-Reitoria de Graduação/UFVJM a partir das matrículas dos discentes do curso de BHU, período 2012 a 2016

A região Noroeste possui 19 municípios, no entanto, foram encontrados na análise apenas as cidades de João Pinheiro, Unaí e Paracatu, que apresentaram o número 1 de discente no curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016. Retirando-se estes três municípios, deparou-se com 16 municípios que apresentaram o número zero de participação de suas populações às atividades do curso de BHU, na UFVJM. Assim, pela análise, como não houve um município com maior número de discentes, analisamos apenas o PME do município de João Pinheiro por estar mais próximo do campus que oferece o curso de BHU, a aproximadamente 395 km, em detrimento da distância territorial dos municípios de Unaí - 594 km e Paracatu - 496 km. Vale à pena destacar que a cidade de Unaí possui um

campus da UFVJM, porém ele compreende outros cursos diferentes do analisado nesta pesquisa.

Importante salientar que todas as informações referentes à distância e quilometragem foram retiradas do site Google Maps (2019) observando-se o trajeto mais rápido, levando-se em consideração a existência de trânsito normal.

4.2 Categoria 2: Planos Municipais de Educação: registros sobre o acesso ao ensino superior

Dando sequência à pesquisa, adentramos à Categoria 2 no que constam os registros sobre o acesso ao ensino superior, a partir dos Planos Municipais de Educação dos municípios em análise. Estes planos tenderam a prever ações que auxiliassem na melhoria da educação, pensando em um âmbito mais regional, levando-se em consideração a população e a realidade do território.

O próximo passo, dentro desta categoria, compreendeu a análise dos Planos Municipais de Educação dos municípios que apresentaram um número maior de discentes e um número menor, frequentando o curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016. Iniciou-se a análise pelo município de Diamantina, constante no Vale do Jequitinhonha, que apresentou o maior número de discentes no curso e período em questão.

Importante lembrar que os Planos Municipais de Educação se embasaram nas metas constantes no Plano Nacional de Educação do ano de 2014 a 2024 e têm como fim estabelecer qual educação o município pretende ter daqui a 10 anos e como alcançá-la a partir de estratégias e objetivos.

4.2.1 Plano Municipal de Educação do município de Diamantina

O município de Diamantina está situado no nordeste do estado de Minas Gerais, no Vale do Jequitinhonha, e em 1999, teve aceita a sua inscrição na lista de Patrimônio Mundial da Unesco. A cidade foi criada em função da exploração do ouro, em 1970 e possui atualmente, de acordo com dados do IBGE, aproximadamente 47.723 habitantes.

O Plano Municipal de Educação foi criado por uma equipe técnica multidisciplinar e por representantes da sociedade, como professores da UFVJM e de instituições particulares, designados por meio do Decreto Municipal n.º 296, de 21 de agosto de 2014, e do Decreto Municipal n.º 317, de 9 de setembro de 2014. O PME, aprovado através da Lei Municipal n.º 3.880, de 22 de junho de 2015, apresentou metas e estratégias a

serem seguidas, de acordo com o Plano Nacional de Educação, e demonstrou um criterioso estudo sobre o município, sua história, características socioculturais e ambientais, capacidade de investimentos e perspectivas de futuro da educação para o próximo decênio.

Como o ensino superior é o foco desta pesquisa, apresenta-se diretamente a Meta 12 (DIAMANTINA, 2015, p. 34), como se segue:

META 12: contribuir ativamente para elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

O PME apresentou durante todo o texto a priorização da educação em todos os âmbitos. Ele expôs a necessidade em se planejar e investir na educação como forma de diminuir as desigualdades existentes no país e, principalmente, nos Vales. Por este motivo, observamos a preocupação em se estender as taxas de matrículas na educação superior da população abrangida pelo município de Diamantina (DIAMANTINA, 2015, p. 134).

Uma das metas do Plano Nacional de Educação é corrigir as desigualdades históricas, entre ricos e pobres, entre brancos e negros, entre a cidade e o campo. Entretanto, a conquista dessa meta não pode se restringir ao atingimento do número. Para reduzir, de fato, a desigualdade, é preciso que a educação oferecida a toda população adquira os mesmos e melhores padrões de qualidade.

No setor das estratégias elencadas como forma de se cumprir a meta 12, as informações se mostraram substanciais e bem explicativas quanto ao entendimento dos números analisados no capítulo anterior. Antes de se confrontar tais números, foram expostas as estratégias que mais envolveram o foco do trabalho.

Como primeiro item, dispuseram a questão de melhoria da estrutura física e de recursos humanos dos polos da educação a distância, bem como a necessidade em se fomentar e divulgar a oferta de vagas da educação superior. Em dado momento, deram preferência para a formação de professores para a educação básica, como dispõe o item 12.4: fomentar a oferta de educação superior laica, pública e gratuita prioritariamente para a formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas do conhecimento em que o município detectou carência de profissionais (DIAMANTINA, 2015, p. 35).

Dando sequência à análise do PME da cidade de Diamantina, observamos nas estratégias o incentivo às políticas de inclusão e de assistência estudantil, com ênfase ao Financiamento ao Estudante do Ensino Superior - FIES, corroborando mais uma vez com a ideia da priorização do acesso ao ensino superior da sua população, mesmo que seja voltado

para o ensino privado, como também ao Programa Universidade para Todos - ProUni. Como forma de incentivo, houve a proposta de criação de políticas públicas que buscam o ingresso ao ensino superior de sua população através de cursos preparatórios para a prova do ENEM.

O Plano Municipal de Educação da cidade de Diamantina mostrou-se bastante aberto às questões do ensino superior e assim, apresentou, em suas estratégias, a importância do apoio e ações que incentivassem a mobilidade estudantil e até mesmo docente em cursos de graduação e pós-graduação dentro do citado município, com o fim de aprimorar e melhorar o nível superior de sua população.

Isso pode ser visto no item 12.9 (DIAMANTINA, 2015, p. 35) das estratégias, no que diz respeito:

12.9 viabilizar o intercâmbio entre as Instituições de Ensino Superior e escolas públicas, para a organização de programas que visem à promoção, interação e estímulo dos alunos, modificando as suas perspectivas, fazendo com que estes familiarizem-se com o ambiente acadêmico.

Este item demonstrou que houve grande preocupação em se realizar um contato maior entre o setor acadêmico e as escolas públicas através de programas, com o objetivo de destacar a visão da comunidade, ampliando as perspectivas e mostrando a possibilidade em se cursar o ensino superior. Interessante observar que o PME analisado foi além da aspiração à graduação. Em sequência, o item 13 (DIAMANTINA, 2015, p. 36) apresentou o aumento da participação no ensino de pós-graduação, como sendo:

META 13: contribuir para a elevação da qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no sistema de educação superior do município para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores, até 2020.

No setor das estratégias, para se alcançar a meta descrita acima, mesmo não sendo foco do trabalho, mas acredita-se ser importante demonstrar de forma resumida tais informações, houve a proposta de parceria para a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas direcionando estes cursos para a educação básica, permitindo a aquisição de qualificações em prol do processo educacional. Esta proposta veio ao encontro do tema desta pesquisa, pois fortaleceu a ideia de que a busca pela formação de professores é uma prática habitual da região, o que nos levou a observar que o PME pode possuir grande influência nesta questão (DIAMANTINA, 2015, p. 36).

13.1 propor parcerias para a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir sua práxis pedagógica no processo educacional de seus futuros alunos, combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com necessidades educacionais especiais.

Durante a análise dos oito itens relacionados à Meta 13, verificou-se que, em quase sua plenitude, o aspecto mais abordado referiu-se ao aumento das matrículas em cursos de pós-graduação e, mais especificamente, no item 13.5, houve a citação da UFVJM no que diz respeito à contribuição do município na ampliação da oferta dos programas de pós-graduação: contribuir para a ampliação da oferta de programas de pós-graduação *stricto sensu*, especialmente os de doutorado, pela UFVJM.

Dando continuidade à análise do PME da cidade de Diamantina, deparamo-nos com a Meta 14 (DIAMANTINA, 2015, p. 37), que ainda insistiu no apoio aos cursos de pós-graduação:

META 14: contribuir para elevar gradualmente em 10% o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de professores e demais profissionais da educação básica do município de Diamantina, de modo a aumentar o número de titulação anual de mestres e doutores.

Para dar suporte a esta meta, foram disponibilizados 11 itens direcionados ao aumento das matrículas na pós-graduação *stricto sensu* de professores e demais profissionais da educação básica em Diamantina. Dentre eles, a abordagem tendeu a manter o olhar para a pós-graduação, auxiliando através de divulgação de estímulos à integração entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e as agências estaduais que lidam com pesquisa. O item 14.2 (DIAMANTINA, 2015, p. 38) demonstra o citado: estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de aperfeiçoamento de Pessoal de Nível - CAPES e as agências estaduais de fomento à pesquisa, por meio da formatura de convênio de cooperação mútua.

Observamos na análise dos itens que há uma citação continuada sobre o aumento da demanda de vagas ao público municipal com a facilitação do acesso aos profissionais da educação básica, principalmente ao doutorado, levando-se em consideração a redução das desigualdades étnico-raciais e locais, favorecendo também o acesso das comunidades quilombolas, como expõe o item 14.4 (DIAMANTINA, 2015, p. 38): “implementar ações para reduzir as desigualdades étnico-raciais e locais para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades quilombolas a programas de mestrado e

doutorado”.

Interessante que, nesta Meta 14, os criadores do PME preocuparam-se em registrar o apoio aos grupos minoritários como os quilombolas e também às pessoas com necessidades especiais, neste último caso, através da divulgação de acervo digital de referências bibliográficas: “14.6) divulgar os programas de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação às pessoas com necessidades educacionais especiais” (DIAMANTINA, 2015).

Observou-se a criação de um item especial estimulando a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* ligados à área de Engenharias, Matemática, Física e Informática, talvez por serem cursos majoritariamente masculinos (DIAMANTINA, 2015, p 38).

14.7) estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em particular aqueles ligados às áreas de Engenharia, Matemática, Física, Química, Informática e outros no campo das ciências, e, especialmente, naquelas em que há carência de profissionais capacitados e baixa procura.

Finalizamos neste momento a análise da Meta 14, pois ela ainda demonstrou, em vários itens, estratégias para a pós-graduação. Mesmo não sendo seguimento específico do estudo, a pós-graduação foi citada, por manter uma ligação direta com o tema e sua importância para este PME.

A Meta 15 (DIAMANTINA, 2015, p. 39) apresentou o seguinte:

META 15: garantir, em regime de colaboração com a União e com o Estado, que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam, até 2015, aderindo à política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Esta meta procurou abranger o papel importante do Município em participar ativamente da educação a partir da colaboração com os demais entes, com o fito de garantir a formação superior aos professores da educação básica. Salienta-se que, o PME expôs claramente a formação em cursos de licenciatura, o que vai também ao encontro do foco da pesquisa que é a análise do curso de Bacharelado em Humanidades, que culmina em outras licenciaturas.

As estratégias abrangeram 12 itens que pretenderam alcançar o objetivo traçado na meta citada, e iniciou-se falando sobre a necessidade da realização de um diagnóstico quanto à formação dos profissionais da educação básica, com o atendimento das instituições

superiores existentes no Município e região, como consta o item 15.1 (DIAMANTINA, 2015, p. 39): “realizar diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação básica e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas de educação superior existentes no Município e região”.

Como o item 15.1 trata de instituições públicas da região, permeamos os preâmbulos da UFVJM, o que demonstra mais uma vez que o PME se mostrou disposto a realizar trabalhos diretos com a Universidade.

Como exemplo à participação direta, o item 15.2 (DIAMANTINA, 2015, p. 39) apresenta-se disposto à disponibilização das escolas municipais para programas de iniciação à docência aos discentes dos cursos de licenciatura, o que pode direcionar também o desenvolvimento do PIBID, que é um Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, instituído pelo Governo Federal, o qual oferece bolsas aos alunos que se dedicarem ao estágio nas escolas públicas e que se comprometam, após a finalização do curso, com o exercício do magistério na rede pública. O item 15.2 (DIAMANTINA, 2015, p. 39) confirma a afirmação: “disponibilizar as unidades escolares para ampliar programa permanente de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, a fim de aprimorar a formação de profissionais para atuar no magistério da educação básica”.

Este item assemelhou-se muito ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e tendeu a contribuir com a formação dos discentes do ensino superior, bem como contribuiu também com a visibilidade e crescimento das escolas municipais, pois as mesmas passaram a ter o contato direto com a instituição de ensino superior.

Para finalizar a análise desta meta, o ponto 15.5 (DIAMANTINA, 2015, p. 39) apresentou uma proposta mais ousada, porém bastante válida, como se segue: “propor às instituições de educação superior a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do aluno”. Acreditamos ser uma proposta audaciosa, pois a mesma adentra as competências da instituição de educação superior, o que seria um entrave para a proposta do município, porém, entende-se válida, pois tudo que vem a agregar à educação deve ser recebido com boas intenções.

Finalizamos, no momento, a análise do Plano Municipal de Educação do município de Diamantina. Foi vislumbrado um PME extenso, mas com ênfase aos assuntos que têm relação direta com o tema proposto nessa pesquisa. O restante foi distribuído no plano de carreira dos profissionais do município, na efetivação da gestão democrática da educação municipal, ampliação dos investimentos da educação municipal, ampliação das escolas do campo e desenvolvimento de políticas e programas que visem a implementação do

PNE.

Retornando aos números constatados nas análises das matrículas dos discentes do curso de Bacharelado em Humanidades, quanto à origem dos mesmos, verificamos que na tabela de análise dos números das matrículas do território do Vale do Jequitinhonha apresentou-se o município de Diamantina como o que mais possuiu discentes no curso de BHU, no período de 2012 a 2016. Foram analisadas 1.075 matrículas no citado território e, dentre este número, Diamantina mostrou-se na tabela com a quantidade substancial de 817 discentes.

Entendemos este número como um reflexo de três pontos: o primeiro envolveu a situação territorial da Universidade, pois o campus sede localiza-se no município em questão. Como já falado, o campus inicial foi criado em 1953 com o nome de FAFEOD, até então com a Faculdade de Odontologia apenas. O seu começo apresentou grande impacto regional, pois todos os locais abrangidos por esta faculdade sofreram transformações benéficas, tanto sociais quanto econômicas. Posteriormente, surgiu a UFVJM, com diversos cursos, em um território estigmatizado e sem grandes pretensões educacionais futuras. Esta história de crescimento da UFVJM fez com que a própria sociedade tomasse conhecimento da instituição e criasse com ela a visão de um futuro acadêmico mais possível e promissor.

O primeiro ponto explicou o grande número de discentes, pois procurou demonstrar uma maior facilitação territorial, por se tratar de um campus localizado no município de origem dos graduandos, o que evitou, por exemplo, gastos com estadia, alimentação, pois se acredita que a maioria desses discentes já tenha residência e uma manutenção de vida.

O segundo ponto mostrou-se a partir da análise do Plano Municipal de Educação. Este demonstrou a sua preocupação com o desenvolvimento da educação superior, citando inclusive em algum ponto, a participação da UFVJM. Este trabalho realizado a partir do PME direcionou todas as atividades, por exemplo, da Secretaria de Educação, que é o primeiro contato dos alunos com a educação formal e é o grande contato dos docentes da rede municipal.

Entendemos que as citações recorrentes sobre o ensino superior deram abertura e conhecimento da importância da educação à população local e, incorreram em suas propostas de vida, a possibilidade de frequentarem uma instituição pública voltada ao ensino superior, em especial a UFVJM. Esta análise considerou muito sobre o substancial número de 817 discentes no curso de formação de professores comparando-se com o número encontrado de apenas 1 discente no mesmo curso e mesmo período.

O terceiro ponto abrangeu a questão econômica, pois a UFVJM, sendo uma instituição pública, não requer o pagamento de mensalidades de seus alunos, o que pode se transformar em mais uma justificativa do alto número de discentes matriculados.

No direcionamento da questão do oferecimento de outras instituições educacionais no mesmo âmbito territorial, analisando-se no site do Ministério da Educação todas as instituições cadastradas nos territórios de atuação da UFVJM, observou-se as instituições pertencentes às cidades circunvizinhas de Diamantina, mostrando-as através da tabela abaixo, com objetivo de perceber o quantitativo de instituições públicas e privadas que oferecem o acesso ao ensino superior em territórios mais próximos. Tais informações foram retiradas do Sistema e-MEC. Considerável mencionar que a tabela abaixo apresentou apenas as instituições das cidades circunvizinhas, pois as instituições relativas ao município de Diamantina foram apresentadas na Tabela 2 desta pesquisa.

Importante citar que a quilometragem que apareceu à frente de cada município circunvizinho estava relacionada à distância da própria cidade com a cidade de Diamantina, localizada no Vale do Jequitinhonha, pois esta possui o curso analisado nesta pesquisa. Importante também intensificar que não se fez distinção quanto a instituições educacionais presenciais ou a distância, por se entender que ambas modalidades podem atrair discentes e modificar os números de matrículas constantes no curso de Bacharelado em Humanidades.

Tabela 10 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Diamantina

Regiões circundantes e distância de Diamantina	Instituições Educacionais das regiões circundantes
Olhos d'Água - 135 km	-
Bocaiúva - 157 km	- UNILINS - Centro Universitário de Lins - UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - FAEL - Faculdade Educacional da Lapa - Faculdade Presidente Antônio Carlos de Bocaiúva - FASA - Faculdade Santos Agostinho - IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNIMONTES Universidade Estadual de Montes Claros - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Universidade Pitágoras UNOPAR
Carbonita - 133 km	- UNICID - Universidade Cidade de São Paulo
Senador Modestino Gonçalves - 77,4 km	-
Couto de Magalhães de Minas - 35,7 km	-
Serro - 90,3 km	- UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - PUC MINAS - Pontifícia Católica de Minas Gerais - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais
Datas - 34,2 km	-
Gouveia - 36,3 km	- UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais
Monjolos - 73,3 km	-
Augusto de Lima - 208 km	-
Buenópolis - 237 km	- UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - FASA - Faculdade Santo Agostinho
São Gonçalo do Rio Preto - 54,1	-

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação. ¹ BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

Os dados da Tabela 10 demonstraram todas as instituições cadastradas nos territórios circunvizinhos da cidade de Diamantina; apresentando-se 16 instituições educacionais, sendo 5 públicas e 11 privadas. Observamos pelos dados que, de 12 municípios, 7 não apresentaram nenhuma instituição e a maioria apresentou instituições privadas; lembrando que há instituições apenas cadastradas no site do MEC, porém, sem atividades de polos.

Levando-se em consideração que o município de Diamantina apresentou, conforme Tabela 2, 9 instituições educacionais de ensino superior, sendo 2 públicas e 7 privadas, pode-se depreender que há um número de oferecimento do acesso ao ensino superior substancial, porém as instituições privadas ainda lideram a quantidade, podendo fazer com que as públicas sejam mais procuradas. A Tabela 11 resume as informações da Tabela 2 e da Tabela 10 no que se refere aos números que abarcam a quantidade de instituições públicas, privadas e os municípios que não apresentaram nenhum cadastro de instituições

educacionais.

Tabela 11 - Instituições Educacionais do Município de Diamantina e cidades circunvizinhas

Quantidade de Instituições Públicas	07
Quantidade de Instituições Particulares	18
Municípios que não apresentaram instituições cadastradas	07

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados estabelecidos nas Tabelas 2 e 10.

Em sequência, far-se-á a análise do Plano Municipal de Educação do município de Carbonita, também constante no Vale do Jequitinhonha e que fica a aproximadamente 134,4 km do campus sede da UFVJM, e que contrapõe os números acima, pois a mesma apresentou 1 discente no período de 2012 a 2016, no curso de BHU.

4.2.2 Plano Municipal de Educação do município de Carbonita

O Município de Carbonita situa-se no Vale do Jequitinhonha, no nordeste de Minas Gerais. De acordo com informações constantes no PME (CARBONITA, 2015, s/p), no ano de 1943, o mesmo recebeu esta denominação pela grande quantidade de carvão de pedra existente em seu território. Atualmente, a cidade possui a população estimada de 9405 habitantes.

O Plano Municipal de Educação foi aprovado através da Lei Municipal n.º 789, de 28 de agosto de 2015, e possui vigência de 10 anos. Ele trouxe metas, estratégias, indicadores para monitoramento e avaliação da evolução das metas do PME e diagnóstico. Ainda nesta Lei, houve a apresentação de diretrizes que trouxeram a educação de uma forma geral sem citar especificamente, o ensino superior. Ele falou um pouco sobre as metas, informando sobre a necessidade destas obterem como referência o censo demográfico, o censo da Educação Básica e Superior.

O PME da cidade teve em sua elaboração a participação dos representantes da sociedade e de uma equipe técnica relacionada à educação. Ele foi composto por 20 metas, como sendo: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Educação Inclusiva, Educação em tempo integral, Educação Básica, alfabetização da população, Educação de jovens e adultos e Educação Profissional Técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Dentre todas as metas citadas, percebeu-se apenas na Meta 12 (CARBONITA,

2015, s/p) o assunto ensino superior, iniciando o objetivo com a ideia de elevar a taxa de matrícula na educação superior para 50%, para a população com idade de 18 a 24 anos.

META 12: elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Para se alcançar esta respectiva meta, o PME apresentou o assessoramento no deslocamento de estudantes para as instituições, através de auxílio transporte, o que se mostrou como ótimo incentivador, tendo em vista a dificuldade da maioria dos discentes que residem fora do campus analisado, em cidades circunvizinhas ou mais distantes (CARBONITA, 2015, s/p).

12.2- assessorar o deslocamento dos estudantes para as instituições de ensino superior fora do município elaborando projeto de lei em parceria com assistência social para execução de despesas com auxílio transporte a estudantes do Ensino Superior beneficiários do Programa Bolsa Família, por meio de recurso IGD.

Dando sequência às estratégias, houve a proposta de criação de cursos pré-vestibulares gratuitos que visavam à prova do Enem, com o objetivo de auxiliarem os alunos do município de Carbonita a terem uma chance maior de entrada ao ensino superior, bem como a criação de parcerias com as instituições competentes. Em específico à entrada ao ensino superior, observou-se apenas a Meta 12 e suas estratégias, pois a partir da Meta 13, já há maior interesse aos cursos de pós-graduação.

A Meta 13 (CARBONITA, 2015, s/p) apresentou em seu texto a necessidade em se melhorar a qualidade da educação superior, ampliando a proporção de mestres e doutores no município.

META 13: Elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Essa meta trouxe como estratégias a ampliação do ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes para que houvesse um aumento de estudantes e de áreas avaliadas no que tange aos resultados da graduação. Bem como, no mesmo direcionamento, a indução de um processo de autoavaliação das instituições de educação superior, a partir de uma maior participação das Comissões Próprias de Avaliação (CARBONITA, 2015, s/p):

13.2 - induzir processo contínuo de autoavaliação das instituições de educação superior, fortalecendo a participação das comissões próprias de avaliação, bem como a aplicação de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a qualificação e a dedicação do corpo docente.

Interessante demonstrar que o item 13.3 apresentou a mesma ideia de melhoria na qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas trazidas pelo PME da cidade de Diamantina, o que comprovou a ideia da pesquisa em se analisar os números das entradas e origens dos discentes do curso de BHU, ou seja, de formação de professores. Há uma razão em se especificar determinados cursos em um plano municipal e, no caso em tela, entendemos que essa razão adveio tanto pela necessidade dos municípios em focarem nos profissionais da Educação Básica, como da preferência/opção das populações locais em escolherem os cursos de formação de professores (CARBONITA, 2015, s/p).

13.3 - promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade e as necessidades das pessoas com deficiência.

Dando continuidade à análise, como estratégias, observou-se também a preocupação em se garantir a totalidade dos professores com formação superior e a valorização dos cargos e salários dos mesmos.

A Meta 14 (CARBONITA, 2015, s/p) apresentou, bem como o PME da cidade de Diamantina, o acesso aos cursos de pós-graduação, como sendo: “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 mestres e 25.000 doutores”.

Salienta-se que, houve uma grande preocupação com o acesso aos cursos de pós-graduação, dando uma sensação de enfraquecimento às ideias e determinações voltadas à graduação, o que pode ser considerado contraditório, pois a graduação é o ponto inicial e mais palpável para as atividades além da formação.

Nesta Meta 14 houve a preocupação quanto a expansão de financiamentos para a pós-graduação e o estímulo à integração e atuação entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES e agências estaduais. Houve a proposta em se expandir o FIES para os cursos de pós-graduação, bem como a expansão de programas de acervo digital

de referências bibliográficas para esses cursos, respeitando-se a acessibilidade às pessoas com deficiência.

A Meta 15 (CARBONITA, 2015, s/p) retornou com o ensino superior, como se segue:

META 15:garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

A seguinte meta apresentou uma colaboração entre o município e demais Entes da Federação, com o objetivo de garantir em um prazo determinado, a formação plena dos professores da educação básica em cursos de licenciatura nas áreas que atuam. Como estratégias para se alcançar a meta, o PME apresentou a atuação conjunta com base em planos estratégicos e diagnósticos das necessidades de formação de profissionais da educação, por parte de instituições públicas e dos Entes Federativos (CARBONITA, 2015, s/p):

15.1 - atuar, conjuntamente, com base em plano estratégico que apresente diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação e da capacidade de atendimento, por parte de instituições públicas e comunitárias de educação superior existentes nos Estados, Distrito Federal e Municípios, e defina obrigações recíprocas entre os partícipes.

Mais uma vez, o PME especificou os cursos de licenciatura, com a proposta de ampliação de programas de iniciação à docência a fim de aprimorarem a formação de profissionais que atuem no magistério da educação básica.

A Meta 16 (CARBONITA, 2015, s/p) apresentou novamente a formação em nível de pós-graduação, como segue:

META 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento) dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Para cumprimento desta meta, houve a proposta de regime de colaboração para o planejamento do dimensionamento da demanda por formação continuada e fomento das ofertas de vagas por parte das instituições públicas de educação superior.

O item 16.3 (CARBONITA, 2015, s/p) trouxe em específico o olhar para o acervo de obras didáticas produzidas em libras e em Braille para os professores da rede pública de

educação básica, demonstrando uma preocupação com a acessibilidade e o atendimento a todos:

16.3 - expandir programa de composição de acervo de obras didáticas, paradidáticas e de literatura e de dicionários, e programa específico de acesso a bens culturais, incluindo obras e materiais produzidos em Libras e em Braille, sem prejuízo de outros, a serem disponibilizados para os professores e as professoras da rede pública de educação básica, favorecendo a construção do conhecimento e a valorização da cultura da investigação.

Salientamos que, apenas no item 16.5 (CARBONITA, 2015, s/p), de todo PME, houve a menção em se realizar uma parceria com universidades públicas para a implantação de cursos de pós-graduação. Porém, não se percebe ao longo do texto essa parceria com o foco do trabalho, ou seja, a graduação, nem tampouco a menção da UFVJM durante toda a exposição, como se segue: “implantar cursos de pós-graduação em sua área de atuação em parceria com Universidades pública ou conveniadas com o poder público”.

Enfim, finalizamos a análise do PME da cidade de Carbonita, localizada no Vale do Jequitinhonha, apesar do número ínfimo de apenas 1 aluno no ensino superior, no curso de BHU da UFVJM, no período de 2012 a 2016. Verificamos semelhanças entre os PMEs do município de Diamantina e o PME do município de Carbonita, porém, entendemos que o PME de Diamantina apresentou de forma mais detalhada a questão do ensino superior, demonstrando uma maior preocupação com o acesso de sua população em determinados momentos, mas o que chamou mais a atenção foi a citação da UFVJM enquanto uma opção para sua comunidade. Talvez isso tenha sido o ápice para o aumento de sua população ao curso analisado.

Não se pode afirmar que houve claramente uma justificativa para o pequeno número de participação da comunidade carbonitense, pois o PME não se apresentou fora dos padrões ou fora totalmente dos assuntos em voga. Acreditamos que a distância territorial já seja um fator que dificulte essa participação, no entanto, o entendimento vai um pouco além, abarcando desde o nível da divulgação desse PME nos ambientes educacionais até as questões sociais e econômicas mais complexas pelas quais passam a comunidade em si. De qualquer forma, essas suposições podem ser assunto para outra dissertação.

Outro ponto a ser mencionado e que deve ser levado em consideração para a baixa procura de discentes ao curso de BHU, 2012 e 2016 discorre sobre o oferecimento de instituições em territórios mais próximos ao de Carbonita. Considerável mencionar que a tabela abaixo apresentou apenas as instituições das cidades circunvizinhas, pois as instituições relativas ao município de análise foram apresentadas na Tabela 2 desta pesquisa.

Tabela 12 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Carbonita

Regiões circundantes e distância de Carbonita	Instituições Educacionais das regiões circundantes
Diamantina - 155 km	<ul style="list-style-type: none"> - CEUCLAR - Centro Universitário Claretiano - UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados - UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - UNINTER - Centro Universitário Internacional - UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais - UFVJM - Universidade FEderal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UNIP - Universidade Paulista - UNOPAR - Universidade Pitágoras Unopar
Itamarandiba - 47,2 km	<ul style="list-style-type: none"> - IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais - UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros - UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UNIMES - Universidade Metropolitana de Santos - UNIP - Universidade Paulista - Universidade Pitágoras – UNOPAR
Senador Modestino Gonçalves - 109 km	-
Bocaiúva - 157 km	<ul style="list-style-type: none"> - UNILINS - Centro Universitário de Lins - UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - FAEL - Faculdade Educacional da Lapa - Faculdade Presidente Antônio Carlos de Bocaiúva - FASA - Faculdade Santos Agostinho - IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNIMONTES Universidade Estadual de Montes Claros - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Universidade Pitágoras UNOPAR
Botumirim - 150 km	-
Turmalina - 78,3 km	<ul style="list-style-type: none"> - IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNIFRAN - Universidade de Franca - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Veredinha - 97,8 km	-

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação. ¹ BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

Os dados da Tabela 12, retirados do sistema e-MEC (BRASIL, 2019a), demonstraram todas as instituições cadastradas nos municípios que rodeiam a cidade de Carbonita. Objetivamos com essas informações encontrar respostas para o baixo número de discentes apresentados, advindos do município, porque se entende que a facilidade em se ter uma instituição educacional dentro do território de residência ou até mais próximo, seja um

grande indicador que justificaria o ínfimo número.

Observando-se os dados, dentre as 7 cidades demonstradas na tabela, com exceção das cidades de Bocaiúva e Diamantina, que são as mais distantes com aproximadamente 157 km e 155 km, todas as demais localizam-se em territórios mais próximos do município em análise, o que pode ser contado como um fator que agregou uma maior população em busca do ensino superior.

Levando-se em consideração que o município de Carbonita possui apenas o cadastro de 1 instituição privada de ensino superior, conforme Tabela 2, poder-se-ia esperar um número maior de acessos às atividades da UFVJM, porém em contraposição a este dado, observamos, por exemplo, a cidade de Itamarandiba que possui cadastradas 9 instituições educacionais, sendo 5 públicas e 4 privadas, sem falar que este município localiza-se a apenas 47,2 km no município de Carbonita, o que pode ser uma justificativa para os números .

A cidade de Bocaiúva, apesar de se localizar a poucos quilômetros a mais do que a cidade de Diamantina, apresenta no cadastro do MEC, 9 instituições educacionais, sendo 3 delas, públicas. A cidade de Turmalina, mais próxima da cidade de Carbonita, apresenta 4 instituições educacionais, sendo 3 públicas e uma privada. Mesmo entendendo que essas instituições apresentam polos nas cidades mencionadas ou que algumas nem mantenham suas atividades funcionando, pode-se levar em consideração que apenas o mínimo em atividade já se torna um chamativo para a população mais próxima para o ensino superior.

Lembrando que a quilometragem que aparece à frente de cada município circunvizinho está relacionada à distância territorial da própria cidade com a cidade de Carbonita. Importante também citar que, não se fez distinção quanto a instituições educacionais que oferecem curso presenciais ou a distância, por se entender que ambas modalidades podem atrair discentes e modificar os números de matrículas constantes no curso de Bacharelado em Humanidades. A tabela abaixo resume as informações da Tabela 2 e da Tabela 12 no que se refere aos números que abarcam a quantidade de instituições públicas, privadas e os municípios que não apresentaram nenhum cadastro de instituições educacionais.

Tabela 13 - Instituições Educacionais do Município de Carbonita e cidades circunvizinhas

Quantidade de Instituições Públicas	13
Quantidade de Instituições Particulares	19
Municípios que não apresentaram instituições cadastradas	03

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados estabelecidos nas Tabelas 2 e 12.

Voltando-se para o Vale do Mucuri, iniciamos a análise pelo Plano Municipal de Educação do município de Malacacheta, que fica a aproximadamente 369, 5 km do campus que oferece o curso de BHU. Pelas análises dos documentos oficiais da PROGRAD, foram observados apenas 5 discentes, no total de 12 matrículas. Verificamos que este número foi o identificado como de maior incidência de matrículas no curso e períodos analisados. Porém, foram observados apenas quatro municípios, tendo em vista que foram descartados os que demonstraram o número zero de matrículas.

4.2.3 Plano Municipal de Educação do município de Malacacheta

O Município de Malacacheta situa-se no Vale do Mucuri e surgiu a partir dos primeiros contatos com o índios malacaxis, que habitavam a região, à época, de acordo com informações do PME (MALACACHETA, 2015, p. 9). Atualmente, a cidade é composta por uma estimativa de 18.650 habitantes.

O Plano Municipal de Educação foi aprovado através da Lei Municipal n.º 2.129, de 19 de junho de 2019, com vigência de 10 anos. Ele foi criado, em pouco mais de 140 páginas, a partir da apresentação de metas, estratégias, indicadores para monitoramento e avaliação da evolução das metas do PME e diagnóstico. De acordo com a introdução do PME, este foi elaborado de forma democrática e com participação popular. Foi um dos PMEs mais bem escritos e dinâmicos, apresentando gráficos coloridos e detalhando assuntos relacionados ao município, apresentando a história da cidade de Malacacheta, localizada no Vale do Mucuri, bem como apresentando características geográficas, aspectos sociais, culturais e econômicos, fazendo uma análise do contexto nacional, estadual e municipal.

O PME em questão traçou objetivos e metas referentes à Educação Infantil; ao Ensino Fundamental; Ensino Médio; Educação Superior; Educação de Jovens e Adultos; Oferta de Atendimento Escolar aos estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino; Ensino Profissionalizante; Formação e Valorização do Magistério da Educação Básica; Financiamento e Gestão.

As metas relacionadas ao ensino superior foram previstas a partir o item 15 (MALACACHETA, 2015, p. 105):

Meta 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que

todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Percebemos que as propostas de metas possuem um texto padronizado, porém, no caso em análise, o PME trouxe uma explicação sobre a importância da formação dos profissionais com relação a uma atuação mais plena. Apresentamos também dados do INEP que expuseram a proporção de professores com formação superior concluída ou em andamento, atuando nos anos iniciais do ensino fundamental, mas sem formação específica (MALACACHETA, 2015, p. 106):

Estudo do INEP mostra que a proporção de professores com formação de nível superior concluída ou em andamento atuando nos anos iniciais do ensino fundamental regular, em 2013, era de 77,2%; e, nos anos finais do ensino fundamental regular, de 88,7%. Não é raro encontrar professores atuando em sala de aula sem a formação específica, como nas áreas de Matemática, Física, Química e Biologia, entre outras.

O PME apresentou uma fundamentação teórica bastante sólida, no entanto, não demonstrou de forma clara estratégias que foram utilizadas no processo de melhoria da educação do Município. Percebeu-se que os envolvidos na criação do PME foram parte da configuração educacional e compreenderam as dificuldades e entraves, mas criaram um plano singular e diferente dos já analisados.

Dando continuidade, foi citada no PME a necessidade do estabelecimento de estratégias que garantissem a formação específica dos profissionais da área, bem como sobre a dificuldade do cumprimento das metas estabelecidas no PNE, caso falte colaboração entre os entes federativos. Mas novamente, não foram apresentadas saídas, de responsabilidade e competência do município, para o cumprimento das metas.

Dando sequência, houve novamente a previsão do ensino superior na Meta 16 (MALACACHETA, 2015, p. 108), como se segue:

Meta 16: Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica, até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

E, da mesma forma, não houve a apresentação de estratégias que serviriam de modelo a se seguir para o cumprimento da citada meta. Sendo assim, foram apresentadas questões históricas sobre a escolaridade básica no Brasil, bem como dados do censo escolar do ano de 2013, que demonstraram o longo caminho que deveria ser percorrido para se

garantir a todos os professores da educação básica uma formação compatível com sua área de atuação (MALACACHETA, 2015, p. 109):

No tocante à formação de nível superior, 69,8% do total de dois milhões de professores a possuem. Esse número é bem inferior, apenas 30,2%, quando se trata dos professores de educação básica que cursaram alguma pós-graduação. Para alterar esse panorama, os entes federativos (União, estados, municípios e Distrito Federal) têm desenvolvido várias ações no âmbito da Educação. Contudo, a constatação da necessidade de concentrar esforços nessa direção levou a um intenso debate na CONAE 2010, o que concorreu para o estabelecimento da presente meta no PNE e a definição de várias estratégias para alcançá-la.

Da mesma forma, não foram encontradas propostas de estratégias que auxiliassem no desenvolvimento e cumprimento da Meta em questão. Dando sequência à análise, porém, retornando à numeração das Metas para a de número 12 (MALACACHETA, 2015) (acreditamos que o PME seguiu uma titulação específica para os temas e incluiu as metas de acordo com temas afins), dispõe-se o seguinte: “elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”.

Esta meta, como já explicado anteriormente, apresentou a elevação da taxa de matrículas na educação superior, assegurando-se a qualidade e a expansão. A explicação desta meta novamente não apresentou estratégias consolidadas e claras, porém justificou o aumento das matrículas como um compromisso do Estado Brasileiro, previsto no PNE. O texto apresentou registros da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD de 2011, (MALACACHETA, 2015, p.120):

[...] a taxa bruta atingiu o percentual de 27,8%, enquanto a taxa líquida chegou a 14,6%. O PNE (2001-2010) estabelecia, para o fim da década, o provimento da oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da população de 18 a 24 anos. Apesar do avanço observado, o salto projetado pela Meta 12 do novo PNE, que define a elevação da taxa bruta para 50% e da líquida para 33%, revela-se extremamente desafiador.

O PME apresentou, como forma de cumprimento desta meta, a criação de um planejamento entre os entes federativos. No âmbito municipal, a cidade de Malacacheta procurou cumprir a citada meta através do oferecimento deste nível de ensino por meio de um polo da UNIGRAM - Centro Universitário da Grande Dourado, instituição privada, com cursos integralmente a distância.

A Meta 13 (MALACACHETA, 2015, p. 122) traçou planos para a elevação da

proporção de mestres e doutores do corpo docente efetivo e ativo do município, conforme consta a seguir: “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% de doutores”.

Porém, após a explicação sobre a necessidade do cumprimento desta meta, o PME apresentou a explicação sobre a competência dos governos federal e estadual nesta esfera e, novamente, não apresentou soluções claras sobre o assunto (MALACACHETA, 2015, p. 124):

Metas relacionadas a esse nível de ensino são da competência dos governos federal e estadual, sem tirar o compromisso dos municípios, pois é através do ensino superior que nossos professores se tornam habilitados e demais profissionais do nosso município, contribuindo para o crescimento do mesmo na geração de renda e no desenvolvimento socioeconômico.

Por fim, apresentamos a Meta 14 (MALACACHETA, 2015, p. 123), que também demonstrou a necessidade em se elevar o número de matrículas na pós-graduação. Como não é o foco desta pesquisa, não haverá maiores detalhes sobre o tema. Mas, novamente, não houve propostas que auxiliassem no cumprimento da meta, apresentando ideias sobre o crescimento do sistema de pós-graduação, sobre o crescimento da produção científica e publicações de artigos, bem como demonstrou que a grande dificuldade do cumprimento dela “é a manutenção de bolsas de estudo, da qualidade da avaliação e da indução de doutorado em áreas estratégicas para o desenvolvimento do país”.

Finalizando a análise do Plano Municipal de Educação do município de Malacacheta, vislumbrou-se um PME um pouco confuso, sem propostas claras de melhoria das condições de educação e, principalmente, que contribuíssem para o acesso ao ensino superior. Não se observou menção com relação às atividades da UFVJM à sua comunidade, o que pode se transformar em um índice de constatação do baixo número de discentes no curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016.

Importante ressaltar que a cidade de Malacacheta recebeu o *status* para análise, porque configurou como a cidade mais próxima do campus que oferece o curso de BHU, e obteve o número maior de discentes, no Vale do Mucuri. Os números são muito baixos e verificou-se que o PME não apresentou à sua comunidade a UFVJM enquanto instituição que pode ser uma opção de escolha de seu povo, por estar mais próxima, por se inserir nos Vales e por apresentar em seu PDI, dentre outros territórios, o Vale do Mucuri enquanto território de atendimento preferencial.

Assim, para se tentar compreender ainda o número de matrículas, apresentou-se, na tabela abaixo, as instituições educacionais cadastradas no Sistema e-MEC das cidades circunvizinhas ao município analisado. Considerável mencionar que a tabela apresentou apenas as instituições das cidades circunvizinhas, pois as instituições relativas ao município de Malacacheta foram apresentadas na Tabela 2 desta pesquisa.

Tabela 14 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Malacacheta

Regiões circundantes e distância de Malacacheta	Instituições Educacionais das regiões circundantes
Setubinha - 38,7 km	- UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST
Ladainha - 75,1 km	-
Poté - 42,6 km	-
Franciscópolis - 20,0 km	-
Água Boa - 50,4 km	-
Angelândia - 38,1 km	- UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação. ¹ BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

A instituição educacional apresentada na Tabela 14 é privada e depende do pagamento de mensalidades para participação em seus cursos. Mesmo a cidade analisada apresentando maior número de discentes no curso de BHU, dentro do Vale do Mucuri, a quantidade de 5 discentes é muito pequena. Observando-se que a cidade é interiorana e pequena, pode-se depreender que a existência destas instituições pode favorecer à manutenção de sua população no próprio território, mas a questão econômica tem um peso grande, o que leva a beneficiar as atividades da UFVJM e o acesso aos seu cursos, sem falar na quantidade de 4 municípios dentre 6 que não possuíram nenhum cadastro relativo a instituições educacionais.

Levando-se em consideração os dados apresentados na Tabela 2 desta pesquisa, o município de Malacacheta apresentou o cadastro de 2 instituições privadas, no total de 4 instituições que oferecem o ensino superior na própria cidade de análise e no seu entorno. A Tabela 15 resume as informações da Tabela 2 e da Tabela 14 no que se refere aos números que abarcam a quantidade de instituições públicas, privadas e os municípios que não apresentaram nenhum cadastro de instituições educacionais.

Tabela 15 - Instituições Educacionais do Município de Malacacheta e cidades circunvizinhas

Quantidade de Instituições Públicas	0
Quantidade de Instituições Particulares	04
Municípios que não apresentaram instituições cadastradas	04

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados estabelecidos nas Tabelas 2 e 14.

Importante salientar que a quilometragem que aparece, na Tabela 14, à frente de cada município circunvizinho está relacionada à distância da própria cidade com a cidade de Malacacheta. Não houve distinção nesta análise quanto a instituições educacionais que oferecem cursos presenciais ou a distância, por se entender que ambas modalidades podem atrair discentes e modificar os números de matrículas constantes no curso de Bacharelado em Humanidades.

4.2.4 Plano Municipal de Educação do município de Setubinha

Esta cidade está localizada no Vale do Mucuri, a aproximadamente 290 km de distância do campus que oferece o curso analisado, e atualmente, possui por estimativa, 12.258 habitantes. De acordo com dados expostos no PME analisado (SETUBINHA, 2015, p. 18), há parte da população em situação de extrema pobreza, com renda domiciliar abaixo de R\$ 70,00. Este município foi escolhido para adentrar as análises desta pesquisa, pois apresentou o menor número de discentes no curso de Bacharelado em Humanidades da UFVJM, no período de 2012 a 2016, considerando o número de apenas 1 discente e considerando a sua proximidade com o campus que possui o curso em questão.

O Plano Municipal de Educação da cidade de Setubinha foi aprovado a partir da Lei Municipal n.º 277, de 23 de junho de 2015, e foi criado por uma equipe técnica e por componentes da comunidade. Ele apresentou a história do município, as condições geográficas, aspectos sociais e demográficos e a história da educação, dentre outros pontos.

O PME mostrou-se claro e objetivo, selecionando temas e expondo todas as metas do PNE em blocos específicos. No caso do assunto da pesquisa, como sendo o acesso ao ensino superior, apresentou-se o item 4.2.4 (SETUBINHA, 2015, p. 71), que previu três metas importantes sobre o tema:

- a) meta 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público;
- b) meta 13: Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores;
- c) meta 14: Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

A partir da exposição destas metas, o PME esclareceu no seu texto que houve investimentos na formação dos seus cidadãos, através de incentivo às instalações de nível

superior, através de aperfeiçoamentos presenciais, semipresenciais e a distância com o intuito de melhorar o acesso ao ensino superior. Salientou-se também que os próprios profissionais buscavam universidades próximas para suas qualificações.

Da mesma forma que o PME do município anterior, não houve o registro de ações mais concretas que pudessem contribuir para a melhoria da educação e, conseqüentemente, do acesso ao ensino superior. Não se observou alguma citação sobre a UFVJM como forma de elevar o acesso de sua população aos cursos de graduação desta instituição. Não se sabe se os municípios preferem criar um PME mais geral ou se eles não têm conhecimento de que seus territórios estão previstos no PDI da Universidade como locais de atuação da mesma. Talvez, se essas informações fossem mais procuradas e divulgadas, a população tivesse maior incentivo quanto à procura dos cursos oferecidos pela UFVJM.

Outro ponto importante e que pode ser considerado como justificador para a baixa procura de discentes ao curso de BHU, 2012 e 2016, envolveu a questão do oferecimento de atividades de instituições educacionais de ensino superior também nas cidades circunvizinhas. Considerável mencionar que a tabela abaixo apresentou apenas as instituições das cidades circunvizinhas, pois as instituições relativas ao município de Setubinha foram apresentadas na Tabela 2 desta pesquisa.

Tabela 16 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Setubinha

Regiões circundantes e distância de Setubinha	Instituições Educacionais das regiões circundantes
Malacacheta - 38,7 km	- UNIGRAN - Centro Universitário da Grande Dourados - UNESA - Universidade Estácio de Sá
Angelândia - 23,4 km	- UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST
Minas Novas - 112 km	- UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo da Vinci - FDA - Faculdade Dom Alberto - UNIFRAN - Universidade de Franca - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Universidade Pitágoras UNOPAR
Novo Cruzeiro - 46,2 km	- UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá - FAEL - Faculdade Educacional da Lapa
Ladainha - 69,7 km	-
Capelinha - 53 km	- ALFA - Faculdade de Almenara - UNINTER - Centro Universitário Internacional - ALFA - Faculdade Alfa de Capelinha - UNICSUL - Universidade Cruzeiro do Sul - UEMG - Universidade do Estado de Minas Gerais - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UNOPAR - Universidade Pitágoras Unopar

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação. ¹ BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

Os dados da Tabela 16, retirados do Sistema e-MEC (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2019), demonstraram todas as instituições cadastradas nos municípios que rodeiam a cidade de Setubinha. Os dados foram analisados, mas não se pode deixar de levar em consideração a ocorrência de não haver atividade de algumas dessas instituições do município em questão, havendo apenas o cadastro no site do MEC, de forma ativa. Objetivamos, a partir daí, encontrar respostas para o baixo número de discentes apresentados advindos do município de Setubinha, porque entendemos que, para a população, é mais viável frequentar uma instituição dentro do mesmo território, ou em territórios mais próximos.

Observando-se 5 cidades, retirando-se a cidade de Ladainha que não possui nenhuma instituição, encontramos o número de 18 instituições ou polos institucionais que circundam o município de Setubinha. Pode-se verificar que, todas as cidades estão localizadas, em questão de quilômetros, mais próximas do foco de análise neste momento, do que do campus que oferece o curso de BHU. Essa distância pode interferir no baixo número de matrículas, no período de 2012 a 2016, bem como a distribuição destas instituições mais próximas da cidade de Setubinha.

Desta forma, de acordo com a análise, observamos 2 instituições privadas na cidade de Malacacheta e 1 instituição privada na cidade de Angelândia, territórios bem próximos a Setubinha. Já na cidade de Minas Novas, encontramos cadastradas 2 instituições públicas e 4 privadas. Apesar de a distância ser um pouco mais demarcada do que as citadas anteriormente, a cidade de Minas Novas se localiza muito mais próxima do que o campus que possui o curso de BHU. Ainda dentro do limite territorial, bem próximo ao município analisado, apresentou-se a cidade de Novo Cruzeiro disposta com 2 instituições privadas e a cidade de Capelinha, com 7 instituições educacionais, sendo 2 públicas e 5 privadas.

Tendo em vista que o município de Setubinha apresentou, na Tabela 2, o cadastro de 1 instituição privada, os números mostraram-se consideráveis para o território, contando com o cadastro de 19 instituições que oferecem o ensino superior. A Tabela 17 resume as informações da Tabela 2 e da Tabela 16 no que se refere aos números que abarcam a quantidade de instituições públicas, privadas e os municípios que não apresentaram nenhum cadastro de instituições educacionais.

Tabela 17 - Instituições Educacionais do Município de Setubinha e cidades circunvizinhas

Quantidade de Instituições Públicas	04
Quantidade de Instituições Particulares	15
Municípios que não apresentaram instituições cadastradas	01

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados estabelecidos nas Tabelas 2 e 16.

Todos estes números e instituições podem ser um demonstrativo que justificam a baixa adesão às atividades do curso de BHU da UFVJM, no período de 2012 a 2016, tendo em vista que, como já exposto anteriormente, o conforto, as condições sociais e as facilidades em se ter o oferecimento de cursos de ensino superior na cidade de própria residência ou mais próximo, tendem a diminuir a busca pela UFVJM.

Salientamos que a quilometragem composta à frente de cada município circunvizinho está relacionada à distância territorial da própria cidade com a cidade de Setubinha. Não houve distinção nesta análise quanto a instituições educacionais que oferecem cursos presenciais ou a distância, por entender que ambas modalidades podem atrair discentes e modificar os números de matrículas constantes no curso de Bacharelado em Humanidades.

A próxima análise se concentra nos territórios do Norte de Minas Gerais, composto por 89 municípios. Excluindo-se as cidades que apresentaram o número zero de discentes, foram analisadas 46 matrículas, dentre elas, verificamos o número máximo de 10 discentes matriculados das cidades de Montes Claros e Pirapora e o número mínimo de 1 discente matriculado nas cidade de Januária, Riachinho, Santa Fé de Minas, Brasília de Minas, Botumirim e Francisco Dumont. Foram escolhidos os municípios de Montes Claros para a primeira análise e o município de Francisco Dumont para a segunda análise, por se localizarem mais próximos do campus sede da UFVJM.

4.2.5 Plano Municipal de Educação do município de Montes Claros

A cidade de Montes Claros, localizada no Norte de MG, na bacia do Alto Médio São Francisco, se encontra a aproximadamente 224,5 km do campus que oferece o curso de BHU. Ela possui o melhor IDHM do Brasil (MONTES CLAROS, 2015, p. 16) e teve seu surgimento a partir das incursões de bandeirantes paulistas pelo interior do Brasil. Atualmente, de forma estimada, de acordo com dados do IBGE, o município é composto por 409.341 habitantes.

O seu Plano Municipal de Educação foi criado a partir da participação de uma equipe técnica juntamente à Comissão de Acompanhamento e Avaliação do PME. Ele abordou em sua introdução, a caracterização do município, aspectos gerais, finanças e a história da educação municipal, dentre outros pontos.

O PME iniciou a sua exposição sobre o ensino superior no item 3.2.3.1, intitulado de Formação de Professores, abarcando a Meta 15 (MONTES CLAROS, 2015, p. 105), proposta no Plano Nacional de Educação.

Meta 15. Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação e valorização dos profissionais da educação, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Neste item, houve a exposição sobre o que o município de Montes Claros priorizou no quesito formação profissional, assim, iniciou-se expondo sobre a necessidade em se valorizar os profissionais de educação e sobre a prática do município em exigir, como critério para contratações ou composição de vagas de concursos públicos, a formação específica em nível superior. Como forma de tentar auxiliar na melhoria educacional do município, foram implementadas ações que visavam o alcance de até 100% de profissionais da educação básica com formação superior, porém, não foram especificadas tais ações.

Em sequência à análise, o PME apresentou a Meta 16 (MONTES CLAROS, 2015, p. 107) que tratou mais especificamente do acesso aos cursos de pós-graduação. Mesmo não sendo o tema principal desta pesquisa, entendeu-se ser importante constar neste trabalho, mesmo que de forma abreviada, pois de certa forma, esse acesso formaliza um contato da sociedade com as instituições de ensino superior.

Meta 16. Formar, em nível de pós-graduação, 50% dos professores da educação básica até o último ano de vigência deste PNE, e garantir a todos os profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando, as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Iniciou-se a exposição da Meta 16 a partir de dados do Censo Escolar do ano de 2.010, no qual constaram números sobre o corpo docente do município de Montes Claros, porém estes dados não foram demonstrados na pesquisa, pois não se identificou como fundamentais para a análise. Como forma de tentar cumprir tal meta, o município promoveu ações como a priorização da capacitação dos profissionais, o estudo sobre o Projeto Político Pedagógico, planejamento coletivo, projetos de intervenção pedagógica e construção da proposta curricular.

Também foi apresentado o item 3.2.4, intitulado de ensino superior, demonstrando as Metas 12, 13 e 14 do PNE, como se segue: elevar a taxa de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público. (MONTES CLAROS, 2015, p. 113).

Para se atender a esta meta, o PME apresentou diversos gráficos que expuseram a situação educacional da cidade de Montes Claros, falando sobre as ações relativas ao assunto,

declarando que a cidade contava com diversas instituições (serão apresentadas mais à frente) que oferecem educação superior e que atendem não só o município de Montes Claros, como o restante do país. Mais uma vez, não há menção sobre a atuação e acesso à UFVJM e isso pode ser explicado pela alta demanda de oferecimento de cursos de ensino superior dentro da própria cidade.

A Meta 13 cita sobre a elevação da qualidade da educação superior, a partir da ampliação de mestres e doutores do corpo docente efetivo, como sendo: elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores. (MONTES CLAROS, 2015, p. 120).

O PME anuncia, enquanto um passo importante para se garantir a qualidade do ensino superior, um quadro de docentes em atuação. Este plano acredita que a qualificação dos professores em titulações de mestrado e doutorado pode garantir o melhor aprendizado para os alunos.

Neste mesmo ponto, o município de Montes Claros citou várias instituições, inclusive se auto intitulado como cidade polo universitário do Norte de Minas Gerais. E, mais uma vez, não há menção das atividades da UFVJM neste território. Interessante salientar que o PME é claro quanto a não obrigação direta do município na oferta do ensino superior, esclarecendo que, desta forma, as iniciativas estavam vinculadas à União, Estados e às instituições (MONTES CLAROS, 2015, p. 122):

Não há responsabilidade direta do município com a oferta do ensino superior. Assim as ações do município deverão estar vinculadas às iniciativas da união, estado e instituições de ensino superior para elevar a qualidade da educação superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício. Embora não tenha obrigação direta, é de interesse do município que as universidades estejam altamente preparadas para uma atuação competente no serviço prestado à comunidade estudantil, pois os profissionais que atuam no mercado de trabalho são oriundos dessas instituições.

Por fim, a Meta 14 (MONTES CLAROS, 2015, p. 123) veio para finalizar o assunto ensino superior, mesmo possuindo um viés da pós-graduação:

Meta 14. Elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de cinquenta e cinco mil mestres e vinte mil doutores até o quinto ano de vigência desta lei e setenta mil mestres e trinta mil doutores até o último ano.

Para se cumprir esta meta, o município propôs o aumento da oferta e qualidade dos cursos presenciais e a distância de pós-graduação. O PME acreditou que essa meta

contribuiu para uma melhor qualidade de vida dos cidadãos, para uma população mais educada e com níveis de qualificação mais altos.

O PME do município de Montes Claros mostrou que a cidade mereceu o título de maior número de discentes no curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016, no território do Norte de Minas Gerais, pelo fato de seu plano demonstrar grande preocupação em melhorar a educação de sua população. Ele priorizou em demasia todas as instituições, públicas e privadas, situadas em seu território específico e demonstrou bastante interesse em se perpetuar dentro de sua comunidade a preocupação com a educação.

Porém, entendemos que a apresentação de 10 matrículas no espaço de tempo de quatro anos ou oito semestres é pouco relevante, comparando-se principalmente aos números da cidade de Diamantina. E, a partir dessa análise, verificamos que este município pode não ter reconhecido a UFVJM enquanto uma instituição pertencente ao seu campo de atuação, sendo uma das justificativas para o número baixo de matrículas. Em vários momentos, o PME citou a Universidade Estadual de Montes Claros, o Instituto Federal de Educação do Norte de Minas - IFNMG e até mesmo a Universidade Federal de Minas Gerais, por possuir um campus em seu território.

A seguir, apresentamos uma tabela que demonstrou todas as instituições educacionais de ensino superior cadastradas no Sistema e-MEC relativas aos municípios circunvizinhos ao município de Montes Claros. O objetivo foi verificar se a oferta do ensino superior nesses territórios pode ser entendida como um demonstrativo que justificou os números encontrados nas matrículas. Considerável mencionar também que a Tabela 18 apresentou apenas as instituições das cidades circunvizinhas, pois as instituições relativas ao município de análise foram apresentadas na Tabela 2 desta pesquisa.

Tabela 18 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Montes Claros

Regiões circundantes e distância de Montes Claros	Instituições Educacionais das regiões circundantes
São João da Ponte - 109 km	- ENIAC - Centro Universitário de Excelência Eniac - UNILINS - Centro Universitário de Lins - FASA - Faculdade Santo Agostinho - UNIFRAN - Universidade de Franca - UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros - UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei
Capitão Enéas - 63,8 km	- FASA - Faculdade Santos Agostinho
Francisco Sá - 52,2 km	- ENIAC - Centro Universitário de Excelência Eniac - FASA - Faculdade Santo Agostinho - IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros - UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei - UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Juramento - 38,5 km	-
Glaucilândia - 29,7 km	-
Bocaiúva - 47,2 km	- UNILINS - Centro Universitário de Lins - UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - FAEL - Faculdade Educacional da Lapa - Faculdade Presidente Antônio Carlos de Bocaiúva - FASA - Faculdade Santos Agostinho - IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNIMONTES Universidade Estadual de Montes Claros -UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - Universidade Pitágoras UNOPAR
Engenheiro Navarro - 74,7 km	-
Claro dos Poções - 79,8 km	- UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - UNIFRAN - Universidade de Franca
São João da Lagoa - 73,7 km	-
Coração de Jesus - 81,8 km	- FASA - Faculdade Santos Agostinho - FUNIP - Faculdade Única de Ipatinga - UNIP - Universidade Paulista - UNISA - Universidade Santos Amaro
Mirabela - 68,6 km	
Patis - 105 km	

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação. ¹ BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

A Tabela 18 demonstrou todas as instituições educacionais cadastradas no Sistema e-MEC localizadas nas cidades do entorno do município de Montes Claros. Em média, 28 instituições compõem o quadro educacional, levando-se em consideração a questão já exposta sobre a possibilidade da não manutenção ou atividade de algumas dessas instituições. Foram analisados os dados que o MEC disponibilizou em site específico para consulta; nele constam que todas estão ativas, porém, não se pode afirmar que todas estejam em funcionamento.

De qualquer maneira, verificaram-se 54 instituições cadastradas em Montes Claros, de acordo com a Tabela 2, sendo cerca de 51 privadas e 3 públicas. Pela quantidade de instituições, observamos que o município de Montes Claros tem preocupação em oferecer à sua população opções que levam ao acesso ao ensino superior, fazendo com que não haja necessidade de os interessados procurarem estes serviços em municípios diversos.

Por mais que se apresente um número elevado de instituições privadas, provavelmente pela grande concorrência, pode haver uma facilitação ao acesso e manutenção de seus discentes nos cursos. Podemos também depreender que a existência de 3 instituições públicas dentro do mesmo município mostrou-se um número razoável que diminui em demasiado a emigração de sua população, para este fim.

Com relação às cidades circunvizinhas, as mesmas apresentaram 9 instituições públicas e 19 privadas, números que também justificam a opção pela manutenção dos estudos na região de origem. Interessante citar o município de Francisco Sá que possui, dentre instituições particulares, o cadastro de 4 instituições públicas, localizando-se também à pouca distância do município de Montes Claros, a aproximadamente 52,2 km, o que pode ser um grande chamativo para a população interessada em cursar o ensino superior gratuito.

Salientamos que a quilometragem composta à frente de cada município circunvizinho está relacionada à distância da própria cidade com a cidade em análise. Não houve distinção quanto às instituições educacionais que oferecem curso presenciais ou a distância, por se entender que ambas modalidades podem atrair discentes e modificar os números de matrículas constantes no curso de Bacharelado em Humanidades. A Tabela 19 resume as informações da Tabela 2 e da Tabela 18, no que se refere aos números que abarcam a quantidade de instituições públicas, privadas e os municípios que não apresentaram nenhum cadastro de instituições educacionais.

Tabela 19 - Instituições Educacionais do Município de Montes Claros e cidades circunvizinhas

Quantidade de Instituições Públicas	12
Quantidade de Instituições Particulares	70
Municípios que não apresentaram instituições cadastradas	06

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados estabelecidos nas Tabelas 2 e 18.

Assim, entendemos que, mesmo o município de Montes Claros compondo a análise como a cidade que mais demonstrou discentes no Norte de Minas, o número ainda é pequeno, comparando-se, por exemplo, com a cidade de Diamantina. E esse movimento pode

ser justificado pelo oferecimento à sua população de várias instituições voltadas ao ensino superior. Acredita-se que se o seu PME citasse a UFVJM como uma opção, este número aumentaria, porém, talvez não fosse tão efetivo, já que a oferta educacional no território se mostrou substancial.

Em sequência, considera-se a análise que diz respeito ao Plano Municipal de Educação do município de Francisco Dumont. Esta cidade localiza-se a aproximadamente 287,2 km do campus sede e surgiu na análise a partir da apresentação de 1 discente matriculado no curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016, na UFVJM.

4.3.6 Plano Municipal de Educação do município de Francisco Dumont

O município de Francisco Dumont está situado na mesorregião Norte de Minas, na microrregião Bocaiúva. Caracterizado como um município de pequeno porte, possui atualmente, por estimativa, 5.215 habitantes.

O Plano Municipal de Educação da cidade de Francisco Dumont, cidade constante no Norte de MG, foi aprovado a partir da Lei Municipal N.º 1028, de 23 de junho de 2015, como vigência de dez anos. Ele apresentou metas, estratégias, diagnósticos e diretrizes relacionadas à educação voltada para o município em questão. Iniciou-se apresentando as metas e estratégias, porém, foram identificadas algumas com textos diferentes dos demonstrados no Plano Nacional de Educação, mas com o mesmo seguimento educacional, como por exemplo:

A Meta 12 (FRANCISCO DUMONT, 2015, p. 20) deste plano apresenta o seguinte:

Meta 12: Fomentar a implantação e fortalecimento das IES (Instituição de Ensino Superior), mediante realização de parcerias com instituições Federais, Estaduais e Privadas que possam reverter simultaneamente para a formação de profissionais de nível superior no município.

Diferentemente da Meta 12 (MONTES CLAROS, 2015, p. 113) do município de Montes Claros, que expõe sobre a “elevação da taxa de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público”.

Interessante que, o texto da Meta 12 do Plano Nacional de Educação não coincide com o texto apresentado pelo PME da cidade de Montes Claros e demais cidades

anteriormente analisadas. Entretanto, a análise terá seguimento, conforme encontrado no documento específico.

Seguindo a Meta 12, o plano apresentou as estratégias que foram utilizadas para o cumprimento do objetivo disposto, como o fortalecimento das instituições federais de ensino superior a partir de parcerias. As estratégias abarcaram o incentivo e apoio à oferta da educação superior, prioritariamente à formação de professores para a educação básica, como também fomentou a estrutura física e os recursos humanos.

O PME também traçou, enquanto estratégias, o estímulo à implantação de polos de educação superior gratuitos, por meio de apoio do Governo Federal. Interessante salientar a estratégia voltada para dar oportunidade aos estudantes advindos do ensino médio e ao público no geral, com o ingresso ao ensino superior no próprio município, objetivando-se evitar a emigração de sua comunidade para outras cidades, conforme desponta o texto: oportunizar os estudantes após conclusão do Ensino Médio e demais público ao ingresso no Ensino Superior, no próprio Município, evitando assim a migração para outras cidades. (FRANCISCO DUMONT, 2015).

Esta meta pode ser entendida como um indicador importante que justifica o baixo número de matrículas no curso analisado. A Meta 13 (FRANCISCO DUMONT, 2015, p. 21) se posiciona com relação à formação específica de todos os professores da educação básica:

Meta 13: participar, em regime de colaboração entre a União, o estado e o município, de política nacional de formação de profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, garantindo que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Para cumprimento desta meta, foram criadas as estratégias relacionadas à atuação dos entes em prol da contribuição de suas obrigações; a consolidação do financiamento estudantil aos discentes dos cursos de licenciatura e a ampliação do programa permanente de iniciação à docência aos estudantes matriculados em cursos de licenciaturas.

Também, com o objetivo de cumprimento da meta proposta, o PME dispôs, no item 13.5 (FRANCISCO DUMONT, 2015, p. 21) sobre a implementação de programas específicos para a formação de profissionais para as escolas do campo e educação especial: “implementar programas específicos para formação de profissionais da educação para as escolas do campo e para a educação especial”.

Dando sequência à análise, verificou-se a Meta 14 (FRANCISCO DUMONT, 2015, p. 22), que está relacionada aos cursos de pós-graduação:

Meta 14: formar, em nível de pós-graduação lato sensu, 40% (quarenta por cento) dos professores da educação básica, até o ano de 2025, e garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Para se garantir o cumprimento da citada meta, o PME apresentou como prioridade a realização de um planejamento estratégico para a formação continuada, através do fomento da oferta por parte de instituições públicas de educação superior, em consonância com as políticas do Estado e da União. Como forma de se chegar ao objetivo proposto, também foi exposto o fortalecimento da formação de professores, a partir da implementação de ações do Plano Nacional do Livro e Leitura, como consta o item 14.3 (FRANCISCO DUMONT, 2015, p. 22):

14.3) fortalecer a formação dos professores e das professoras das escolas públicas de educação básica, por meio da implementação das ações do Plano Nacional do Livro e Leitura e da instituição de programa nacional de disponibilização de recursos para acesso a bens culturais pelo magistério público.

Com relação às metas relacionadas ao ensino superior, direta ou indiretamente, foram apresentadas apenas as citadas, no entanto, no decorrer do Plano Municipal de Educação, vislumbrou-se o item 4.1.3, intitulado de ensino superior, no qual é apresentado, além do resumo das metas, dados do município sobre o ensino superior e a pós-graduação.

Neste item, ainda incide a ideia de se evitar a emigração da população para outras cidades em busca de uma continuidade dos estudos. Esse direcionamento é buscado a partir de parcerias com polos universitários públicos ou privados para se atender à demanda dos cidadãos francodumontenses.

Para se tentar cumprir a meta de evitar a saída de sua população, o município procurou oferecer os serviços faltosos em seu território, com o objetivo de se evitar que os interessados buscassem em outros lugares. A partir da tabela abaixo, verificou-se a oferta de instituições educacionais de ensino superior dentro das cidades circunvizinhas de Francisco Dumont para se verificar se estes dados podem ser considerados como um justificador do baixo número de discentes no curso de BHU da UFVJM. Considerável mencionar que a Tabela 20 apresentou apenas as instituições das cidades circunvizinhas, pois as instituições relativas ao município de análise foram apresentadas na Tabela 2 desta pesquisa.

Tabela 20 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de Francisco Dumont

Regiões circundantes e distância de Francisco Dumont	Instituições Educacionais das regiões circundantes
Joaquim Felício - 90,4 km	-
Lassance - 231,0 km	- FENIP - Faculdade Única de Ipatinga
Várzea da Palma - 136,0 km	- UNICNEC - Centro Universitário Cenecista de Osório - UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá - FAEL - faculdade Educacional da Lapa - FUNIP - Faculdade Única de Ipatinga - UNIDERP - Universidade Anhanguera - UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros - UNIP - Universidade Paulista - Universidade Salgado Filho – Universo
Jequitaiá - 30,9 km	-
Claro dos Poções - 30,4 km	- UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - - UNIFRAN - Universidade de Franca
Engenheiro Navarro - 43,2 km	-
Bocaiúva - 67,5 km	- UNILINS - Centro Universitário de Lins - UNIFACVEST - Centro Universitário FACVEST - FAEL - Faculdade da Lapa - Faculdade Presidente Antônio Carlos de Bocaiúva (em descredenciamento voluntário) - FASA - Faculdade Santo Agostinho - IFNMG - Instituto Federal de Educação, ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros - UFVJM - Universidade Federal dos vales do Jequitinhonha e Mucuri - UNOPAR - Universidade Pitágoras Unopar

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação. ¹ BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

A Tabela 20 demonstrou as instituições educacionais cadastradas no Sistema e-MEC relativas às cidades circunvizinhas do município de Francisco Dumont. Estes dados procuraram demonstrar que em 7 (sete) municípios, foram encontradas 20 (vinte) instituições, sendo que apenas 4 (quatro) delas são instituições públicas de ensino. Apesar da maioria se estender a instituições privadas, pode-se justificar o baixo número de discentes no curso de BHU, período de 2012 a 2016, advindos do município de Francisco Dumont, o fato de a distância territorial ser um ponto decisivo para muitos, e o fato de haver o oferecimento de variadas instituições de ensino superior, o que diminuiu substancialmente a emigração de sua população para municípios mais distantes.

Tendo em vista que o município de Francisco Dumont não apresentou, na Tabela 2 desta pesquisa, nenhuma instituição de ensino superior cadastrada no site do MEC, podemos entender que umas das justificativas para o baixo número de discentes na UFVJM, no período e curso já especificados, pode se dar pelo oferecimento de outras instituições,

mesmo que privadas em territórios mais próximos da cidade em análise. A Tabela 21 resume as informações da Tabela 2 e da Tabela 20 no que constam os números que abarcam a quantidade de instituições públicas, privadas e os municípios que não apresentaram nenhum cadastro de instituições educacionais.

Tabela 21 - Instituições Educacionais do Município de Francisco Dumont e cidades circunvizinhas

Quantidade de Instituições Públicas	04
Quantidade de Instituições Particulares	16
Municípios que não apresentaram instituições cadastradas	04

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados estabelecidos nas Tabelas 2 e 20.

Importante lembrar que o cadastro dessas instituições no site oficial do Ministério da Educação não garante que as mesmas estejam em pleno funcionamento, porém, os dados foram analisados a partir de fonte oficial, depreendendo assim o entendimento de acordo com as informações coletadas. Importante informar novamente que, a citação sobre a quilometragem composta à frente de cada município circunvizinho foi relacionada à distância territorial da própria cidade com a cidade em análise. Não houve distinção quanto a instituições educacionais que oferecem cursos presenciais ou a distância, por se entender que ambas modalidades podem atrair discentes e modificar os números de matrículas constantes no curso de Bacharelado em Humanidades.

Finalizando a análise do PME da cidade de Francisco Dumont, observamos que o plano tendeu a valorizar a educação através de ações que incentivaram a participação de sua população às atividades do ensino superior, no entanto, em um âmbito interno do município. Não há menção sobre as atividades da UFVJM e tampouco sobre quaisquer outras instituições, pois a tendência do município é evitar a saída de sua população.

4.3.7 Plano Municipal de Educação do município de João Pinheiro

Iniciamos a análise do último PME, como sendo do município de João Pinheiro, constante no Noroeste de Minas Gerais e que se localiza a aproximadamente 391 km do campus responsável pelo oferecimento do curso de BHU. Atualmente, a cidade de João Pinheiro possui, por estimativa, de acordo com dados do IBGE, 47.452 habitantes e seu surgimento se deu a partir da exploração do garimpo às margens do rio Santo Antônio.

O Plano Municipal de Educação foi criado a através da Lei Municipal n.º 1.887, de 19 de junho de 2015, através de uma comissão formada por representantes da Secretaria

Municipal de Educação, Secretaria Regional de Ensino, por representantes do Poder Legislativo e Instituições Educacionais públicas e privadas, dentre outros seguimentos.

Este plano iniciou-se citando a legislação que aborda a educação como direito fundamental e essencial a todos (JOÃO PINHEIRO, 2015, p.11):

A educação se constitui como direito fundamental e essencial ao ser humano e diversos são os documentos que corroboram com tal afirmação. A Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, afirma que “[...] é direito de todo ser humano o acesso à educação básica”, assim como a Declaração Universal dos Direitos Humanos que estabelece que “toda pessoa tem direito à educação”.

Dando seguimento, o PME traçou algumas metas baseadas no Plano Nacional de Educação, que expôs a necessidade dos municípios em elaborar planos decenais voltados à melhoria da educação. Sendo assim, o PME apresentou quadros com os temas referentes a este assunto e criou comissões responsáveis pelo cumprimento de cada meta apresentada, compostas por: Conselho Municipal, representante da Inspeção de Ensino, representante da Secretaria Municipal de Educação, representante do poder Legislativo, representantes das Instituições Públicas e Privadas e Sociedade.

Em sequência, houve a caracterização do município com a história de sua colonização, caracterização topográfica, clima e vegetação, dentre outros. Também dispuseram quadros sobre os locais das escolas municipais e gráficos que apresentaram números sobre matrículas no geral, dentro do âmbito nacional. Percebemos uma maior preocupação com os anos iniciais e com as escolas que são e que estão situadas sob a competência direta dos municípios.

Em dado momento, percebeu-se um PME distinto dos demais, fato verificado na criação das metas, elaboradas de acordo com o PNE, que surgiram acompanhadas de estratégias, ações e previsões para o cumprimento.

Nesta perspectiva, o PME iniciou-se a proposta falando sobre a questão da formação do professor. Dentro da meta a seguir, foram traçadas estratégias que perpassaram o apoio e incentivo para que os seus professores frequentassem o ensino superior, a partir do oferecimento de transporte gratuito e ajuda financeira (JOÃO PINHEIRO, 2015, p.112):

Garantir, em regime de colaboração entre a União, Estado, o Distrito Federal, no prazo de 1 ano de vigência deste Plano Municipal, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurado que todos os professores e as professoras da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

No âmbito das ações propostas, o município se dispôs a informar e esclarecer aos professores que não possuíam o ensino superior sobre as vantagens em se ter essa formação. Como também pretendeu disponibilizar transportes e realizar parcerias e convênios para a ampliação de bolsas integrais para os alunos da rede pública.

Na meta relativa diretamente à educação superior, o PME expôs o seguinte: elevar a taxa bruta de matrícula da Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 à 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no seguimento público. (JOÃO PINHEIRO, 2015, p. 116).

Como estratégias para se alcançar a meta anterior, o PME apresentou sobre a possibilidade em se abrir campos acadêmicos, adequando as estruturas e recursos humanos e ampliando as políticas de inclusão e assistência estudantil, como também organizando a ampliação de estágios e de projetos de extensão e pesquisa.

Através de ações planejadas junto às necessidades da instituição. 2-Adaptando a estrutura física, de matérias pedagógicas, adequação de currículos, tecnologias assistivas promovendo assim a acessibilidade, estímulo a pesquisa voltada para a educação inclusiva, projetos de extensão em parceria com o município e região. Fortalecer relações com os quilombolas e população rural. 3-Ampliar e priorizar as áreas de grande pertinência social por meio de parcerias com instituições dos municípios públicas e não governamentais. 4 -Fortalecendo o núcleo de pesquisa buscando parcerias com empresas locais. 5-Atualização constante dos equipamentos laboratoriais e tecnológicos. (JOÃO PINHEIRO, 2015).

Com relação ao tema ensino superior, o PME se restringiu aos pontos citados, demonstrando o cumprimento do disposto no PNE. Porém, dando sequência ainda à análise, apesar de não se tratar do ensino superior em si, mas mostrando-se importante, pois de uma certa forma, levou discentes a uma instituição de ensino superior, o aspecto pós-graduação foi bem visível nos PMEs analisados. E neste assunto, este também não agiu diferentemente.

Abarcando-se a Meta relativa à pós-graduação observou-se o seguinte: “elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de 60 mil mestres e 25 mil doutores” (JOÃO PINHEIRO, 2015, p. 117). Neste ponto, demonstrou-se como estratégias, o fomento ao estudo e à pesquisa de forma geral, sem detalhamento e propuseram para o cumprimento, o fortalecimento das estruturas físicas de laboratórios das IFES. No mesmo direcionamento, houve a exposição da meta (JOÃO PINHEIRO, 2015, p.18):

Formar, em nível de pós-graduação, no mínimo 50% dos professores da Educação Básica, até o último ano de vigência deste Plano Municipal; e garantir a todos os (as) profissionais da Educação Básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas e contextualizações do sistema de ensino.

Para se conseguir alcançar esta meta, foram traçadas as estratégias de disponibilização de cursos e capacitação, apoio e incentivo para que uma maioria de professores frequentasse um curso de pós-graduação; e o oferecimento de convênios com instituições superiores para abarcarem os profissionais da educação da cidade de João Pinheiro.

Apesar de a análise ter vislumbrado um PME estratégico e dinâmico, não houve a menção da UFVJM em suas ações, o que pode justificar o baixo número de discentes no curso analisado. Também, verificou-se uma maior preocupação com os anos iniciais e o ensino superior foi tratado um pouco de forma geral.

A Tabela 22 demonstrou as instituições educacionais cadastradas no Sistema e-MEC referentes aos municípios que circundam a cidade de João Pinheiro, com o objetivo de se analisar se houve o oferecimento do ensino superior em territórios mais próximos, o que tendeu a sinalizar a uma justificativa para o baixo número de discentes no curso de BHU, na UFVJM. Considerável mencionar que a tabela apresentou apenas as instituições das cidades circunvizinhas, pois as instituições relativas ao município de análise foram apresentadas na Tabela 2 desta pesquisa.

Tabela 22 - Instituições Educacionais cadastradas no Sistema e-MEC constantes nas cidades circunvizinhas de João Pinheiro

Regiões circundantes e distância de João Pinheiro	Instituições Educacionais das regiões circundantes
Presidente Olegário - 124 km	-
Lagoa Grande - 59,8 km	- UNIFRAN - Universidade de Franca
	- UNIATENAS - Centro Universitário Atenas
	- UNIANDRADE - Centro Universitário Campos de Andrade
	- UNICESUMAR - Centro Universitário de Maringá
	- UNINTER - Centro Universitário Internacional
	- UNIASSELVI - Centro Universitário Leonardo Da Vinci
	- UNISANT'ANNA - Centro Universitário Sant'Anna
	- CAM - Centro Universitário das Américas
	- FINOM - Faculdade do Noroeste de Minas
	- FATEC - Faculdade Tecsoma
Paracatu - 103 km	- IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas gerais
	- IFTM - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro
	- UNIUBE - Universidade de Uberaba
	- UNIMONTES - Universidade Estadual de Montes Claros
	- UNIP - Universidade Paulista
	- UNOPAR - Universidade Pitágoras Unopar
	- UNISA - Universidade Santo Amaro

Unai - 202 km	<ul style="list-style-type: none"> - UNICNEC - Centro Universitário Cenecista de Osório - UNIS-MG - Centro Universitário do Sul de Minas - UNIFAVIP WYDEN Centro Universitário Favip Wyden - - Faculdade CNEC UNAÍ - FACISA - Faculdade de Ciências da Saúde de Unai - FACTU - Faculdade de Ciências e Tecnologia de UNAÍ - Faculdade IBMEC São Paulo - FASA - Faculdade Santos Agostinho - UCB Universidade Católica de Brasília - UNIMONTES Universidade Estadual de Montes Claros - UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UNIMES – Universidade Metropolitana de Santos - UNIP – Universidade Paulista - UNOPAR – Universidade Pitágoras Unopar - UNISANTA- Universidade Santa Cecília - UNISA – Universidade Santo Amaro
Dom Bosco - 155 km	-
Brasilândia de Minas - 92,2 km	<ul style="list-style-type: none"> - ENIAC - Centro Universitário de Excelência Eniac - UNICID- Universidade Cidade de São Paulo
Buritizeiro - 194 km	<ul style="list-style-type: none"> - IFNMG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais - UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros - UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora
São Gonçalo do Abaeté - 141 km	-
Varjão de Minas - 149 km	-

Fonte: Organizado pela pesquisadora com base no sistema e-MEC do Ministério da Educação. ¹ BRASIL, Ministério da Educação. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

A Tabela 22 demonstrou 9 municípios circunvizinhos ao território de João Pinheiro. Dentre estes números, apresentaram-se 38 instituições educacionais cadastradas no Sistema e-MEC, dentro de 6 municípios, pois 4 não apresentaram nenhuma instituição.

Tendo em vista que a Tabela 2 desta pesquisa apresentou para o município de João Pinheiro, o número de 8 instituições, sendo uma pública, de um modo geral, os números foram consideráveis, pois houve o cadastro de 46 instituições educacionais de ensino superior em todo território e circunvizinhos, tornando-se uma informação importante para a análise.

Significativo citar que o município de Buritizeiro, localizado a aproximadamente 194 km de João Pinheiro, apresentou o cadastro de 3 instituições públicas, o que pode ser considerado uma justificativa importante para o número baixo encontrado de discentes na UFVJM, no período de 2012 a 2016, para o curso de BHU.

Em análise, o município de Unai também apresentou o cadastro de 16 instituições, sendo 2 públicas, inclusive com um campus da UFVJM, porém oferecendo cursos distintos ao curso de BHU, e 14 privadas.

Importante salientar que algumas instituições podem não ter pleno funcionamento, porém analisaram-se os dados oficiais do Sistema e-MEC, os quais constaram todas as

instituições como ativas. A Tabela 23 resume as informações da Tabela 2 e da Tabela 22 no que constam os números que abarcam a quantidade de instituições públicas, privadas e os municípios que não apresentaram nenhum cadastro de instituições educacionais.

Tabela 23 - Instituições Educacionais do Município de João Pinheiro e cidades circunvizinhas

Quantidade de Instituições Públicas	09
Quantidade de Instituições Particulares	37
Municípios que não apresentaram instituições cadastradas	04

Fonte: Organizado pela pesquisadora a partir dos dados estabelecidos nas Tabelas 2 e 22.

Com relação à quilometragem evidente à frente de cada município circunvizinho, ela demonstra a distância territorial de cada município em relação ao município de João Pinheiro, pois se acredita que esta informação seja importante no momento em que a distância se torna um fator decisivo para as escolhas das instituições. Não houve distinção quanto a instituições educacionais que oferecem cursos presenciais ou a distância, por se entender que este quesito não trará diferenças para o foco da pesquisa.

Finalizamos, neste momento, as análises relativas aos PMEs dos municípios que obtiveram maior e menor número de discentes no curso de BHU, no período de 2012 a 2016. As informações apresentadas e os números encontrados auxiliaram no entendimento relativo à proposta da pesquisa, porém, far-se-á necessário um estudo mais aprofundado para se tentar reverter, caso seja de interesse dos gestores, a situação referente aos baixos números apresentados pela maioria dos municípios analisados.

As tabelas apresentadas demonstraram que há uma variedade de oferecimento de instituições de ensino superior nos territórios analisados nesta pesquisa e nos territórios que circundam os mesmos, despontando suposições relativas ao público que se mantêm nas próprias regiões e relativas ao público que emigra em busca das atividades de ensino da UFVJM. Percebemos que a distância territorial entre os municípios analisados em relação ao campus que oferece o curso de BHU é grande, podendo também dificultar a procura da universidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao exposto nesta pesquisa, intitulada de Políticas Públicas Educacionais para o território de atuação da UFVJM: o acesso ao Ensino Superior no Curso de Bacharelado em Humanidades (2012 a 2016), foram visualizados números relacionados às matrículas do curso e período em análise, no que se refere à origem dos discentes. Todos os dados surpreenderam de maneira positiva, verificando-se uma visibilidade da UFVJM enquanto uma instituição em crescimento, mas não se pode deixar de salientar que os números apresentados, com exceção do município de Diamantina, foram muito baixos.

Entendemos que houve multiplicidade de variantes que contribuíram para a procura ou não do presente curso, porém, interessou estabelecer uma questão de atuação territorial, principalmente pelo fato destas informações apresentarem-se explícitas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2012 a 2016. Acreditamos que esta pesquisa pode ser considerada como um ato inicial para maiores análises sobre o público que a UFVJM pode atender, enquanto uma instituição jovem, ainda em crescimento, mas que é muito rica em variedade pessoal, cultural e social.

Constatamos que o município de Diamantina, dentro da análise do Vale do Jequitinhonha, apresentou o número de 817 matrículas, possivelmente pelo fato de possuir o *campus* sede em seu território. Essa situação mais confortável facilitou o acesso da população que, de um modo geral, não necessitou sair de seus lares e de suas vidas já organizadas para enfrentarem uma nova realidade com gastos e preocupações extras, sendo possível até mesmo a conciliação entre o estudo e o trabalho. Esta possibilidade de conciliação fala muito sobre o público do curso de BHU que pode ser composto por trabalhadores que conseguem ajustar a suas vidas ao trabalho diurno e a esse curso superior, que é noturno, facilitando assim a jornada pretendida.

Outra constatação importante foi a verificação do Plano Municipal de Educação que apresentou uma preocupação evidente no trato relacionado ao ensino superior. Em várias metas do texto, houve a citação da UFVJM e propostas de parcerias com a Prefeitura Municipal e outras instituições, todas voltadas ao acesso de melhoria de seu povo ao sistema educacional. Outra observação permeia a história da Universidade frente ao crescimento e desenvolvimento do Município em questão, o que fez com que a instituição ganhasse visibilidade frente à população diamantinense.

Com relação às demais cidades analisadas, comparando-se os números, eles se mostraram muito pequenos e intensificaram a necessidade em se criar políticas públicas que

auxiliem na divulgação das atividades da UFVJM e do aumento da participação dessas comunidades.

Acreditamos que a falta da citação da UFVJM nos Planos Municipais de Educação pode ser um indicativo de que as populações não conhecem as atividades da instituição de uma forma mais específica. Assim sendo, seria possível que a alteração desse cenário resultasse no aumento dos números apresentados. Essa mudança, entretanto, não ocorreria de forma substancial, porque houve outros motivos que foram levados em conta com relação ao baixo número de matrículas, como, por exemplo, a distância territorial e o oferecimento de outras atividades do ensino superior no próprio município ou nos municípios vizinhos.

Em suma, ainda há um longo caminho pela frente que desponta como uma engrenagem a ser trabalhada por todos em busca do objetivo de se aumentar o acesso das populações advindas dos territórios de abrangência da UFVJM. Importante discutir sobre o tema em tela, pois o mesmo deve ser mais recorrente e eficaz, tendo em vista que se deve fazer cumprir as propostas e metas estabelecidas no PDI da Universidade, sem falar que, com o aumento do acesso ao ensino superior, há grande probabilidade futura em se melhorar as condições socioeconômicas dos que frequentam e finalizam um curso de graduação.

Com relação aos PMEs, propõe-se que os municípios em questão criem um PME menos geral e que observem outras oportunidades que podem ser vislumbradas a partir das atividades de uma instituição como a UFVJM, bem como se espera maior movimentação da própria Universidade, no que tange à publicidade de suas atividades. Também, como forma de se pensar uma instituição mais participativa, propõe-se como intervenção, a criação de um instrumento de gestão que analise a origem do público atendido pela UFVJM, ampliando-se a pesquisa a todos os cursos da instituição. Esta ação poderia partir dos Diretores de curso, com solicitações à Pró-Reitoria de Graduação, que enviaria aos mesmos, planilhas contendo a origem de seus alunos, anualmente.

Entendemos que esta ação possibilitará compreender se o território de atuação da UFVJM é atendido de maneira mais completa, bem como, em caso negativo, quais políticas públicas poderiam ser implementadas com o objetivo de melhorar o cenário e efetivar as propostas do PDI.

Assim, a partir das informações analisadas, a presente pesquisa apontou enquanto direcionamentos, o seguinte:

1 - Não há menção sobre as atividades da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri nos Planos Municipais de Educação dos municípios analisados, com

exceção do município de Diamantina;

2 - A distância territorial dos municípios analisados em relação ao *campus* que oferece o curso de BHU mostra-se substancialmente grande, o que pode dificultar a procura de suas populações;

3 - Há uma grande oferta de outras instituições educacionais de ensino superior dentro dos próprios municípios ou nas cidades vizinhas, públicas ou privadas, à distância ou presenciais, contribuindo para a manutenção de sua população no próprio território ou nos territórios mais próximos.

Desta forma, importante voltar à indagação inicial, como: no contexto escolhido, como sendo os anos de 2012 a 2016, data do Plano de Desenvolvimento Institucional analisado da UFVJM, as políticas adotadas contribuíram para a ampliação da oferta do ensino superior no território de atuação da instituição, tomando-se como referencial a entrada via bacharelado?

Respondendo à questão, entendemos, a partir dos dados analisados, que os números apresentados foram muito baixos de forma geral, comparados ao município de Diamantina, existindo vários fatores que influenciaram nas escolhas das populações e que há, a partir disso, a necessidade em se pensar em ações que possam servir de amparo para a melhoria destes números. Como exemplo, o desenvolvimento, melhor estruturação e investimentos na educação a distância poderiam ser considerados como uma oportunidade que faria com que as populações mais distantes tivessem maior interesse e conhecimento sobre a UFVJM, aumentando assim o sentimento de acolhimento e pertencimento com relação a instituição.

Outro exemplo de proposta seria a criação de uma ferramenta de gestão institucional que auxiliasse no conhecimento da origem do público dos cursos da UFVJM, a partir do oferecimento de informações da PROGRAD aos diretores de cursos, com o objetivo de mapearem os territórios de atuação da UFVJM e verificarem, anualmente, os municípios mais atendidos e os menos atendidos, com o fito de criarem políticas públicas que pudessem fazer com que o acesso das populações em defasagem fosse mais eficaz.

Em suma, acreditamos que houve o atendimento ao objetivo desta pesquisa através do mapeamento dos territórios previstos pelo PDI 2012 a 2016 como de atuação da UFVJM, com uma vertente científica, atendendo à proposta do Mestrado Profissional. Resta importante salientar que este trabalho foi apresentado parcialmente na Semana da Integração da UFVJM - SINTEGRA, nos anos de 2018 e 2019 e integralmente, no Congresso Nacional em Educação - Coned do ano de 2019, obtendo uma publicação de um capítulo no livro

Reflexões sobre as Políticas Educacionais em Tempos de Neoconservadorismo, pela Edufba, cumprindo seu papel de circulação e se fazendo conhecer pelo público acadêmico.

Para finalizar, far-se-á relevante registrar que, embora esta pesquisa se encerre neste momento, percebe-se a necessidade da formulação de novos estudos que busquem esgotar o tema, o qual se demonstra muito amplo, podendo, inclusive, se tornar uma nova demanda para um futuro estudo em nível de Pós-Graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Minas Gerais - Mesoregião do Jequitinhonha**. 2006a. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_Jequitinhonha.svg>. Acesso em: jul. 2019.
- ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Minas Gerais - Mesoregião do Noroeste de Minas**. 2006b. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_NoroestedeMinas.svg>. Acesso em: jul. 2019.
- ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Minas Gerais - Mesoregião do Norte de Minas**. 2006c. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_NortedeMinas.svg>. Acesso em: jul. 2019.
- ABREU, Raphael Lorenzeto de. **Minas Gerais - Mesoregião do Vale do Mucuri**. 2006d. In: Wikimedia. Disponível em: <https://commons.wikimedia.org/wiki/File:MinasGerais_Meso_ValedoMucuri.svg>. Acesso em: jul. 2019.
- AMABILE, Antônio de Noronha. “Políticas Públicas”. In: CASTRO, Carmem L. F. de; GONTIJO, Cynthia R. B; AMABILE, Antônio Noronha (Orgs.). **Dicionário de Políticas Públicas**. Barbacena: EdUEMG, 2012, p. 390-391.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **IV Pesquisa do Perfil Sócioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras**. Uberlândia: Andifes, 2016. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Pesquisa-de-Perfil-dos-Graduanso-das-IFES_2014.pdf>. Acesso em: jul. 2019.
- ANDIFES. Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das universidades federais brasileiras: relatório**. Brasília: Andifes, 2011. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wpcontent/files_flutter/1377182836Relatorio_do_perfil_dos_estudantes_nas_universidades_federais.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2018.
- BALL, Stephen John. **Grandes políticas, un mundo pequeno. Introducción a una perspectiva internacional en las políticas educativas**. In: NARODOWSKI, Mariano (Org.). *Nuevas tendencias en políticas educativas: Estado, mercado y escuela*. Buenos Aires: Granica, 2002, p. 103-128.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. Tradução Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: EdUnesp, 1995.

BRASIL, Ministério da Educação. **Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior - Sistema e-MEC**. 2019a. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. Portal do MEC. **Dilma sanciona nesta quarta a lei de acesso ao ensino tecnológico**. 2011a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/209-564834057/17177-dilma-sanciona-nesta-quarta-a-lei-de-acesso-ao-ensino-tecnologico>>. Acesso em: 20 set. 2019.

BRASIL. Governo Federal. Ministério da Educação. **Ações 85/90**. 1990. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002550.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundeb**. 2019b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/fundeb-sp-1090794249>>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Prouni Portal**. Disponível em: <<http://portalprouni.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: out. 2018.

BRAVO, Restituto Sierra. **Técnicas de investigação social: teoria e exercícios**. 7. ed. Ver. Madrid: Paraninfo, 1991.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O longo caminho**. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

CASTRO, Jorge Abrahão de; DUARTE, Bruno de Carvalho. **Descentralização da educação pública no Brasil: trajetória dos gastos e das matrículas**. IPEA. 2008.

CASTRO, Jorge Abrahão de; MENEZES, Raul Miranda. A gestão das políticas federais para o ensino fundamental nos anos 90. **Em Aberto**, v. 19, n. 75, 2008.

CATANI, Afrânio Mendes; HEY, Ana Paula; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. PROUNI: democratização do acesso às Instituições de Ensino Superior?. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, dez. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602006000200009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2019.

CELLARD, André. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CLAVAL, Paul. **Epistemologia da Geografia**. Trad. Margareth de Castro Afeche Pimenta e Joana Afeche Pimenta; Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.

CLAVAL, Paul. **O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana**. In:

CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.). Matrizes da geografia cultural. Rio de Janeiro, EDUERJ: 2001. p. 35-88.

CODEVALE. **Vale do Jequitinhonha: informações básicas**. Belo Horizonte: CODEVALE, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço: um conceito-chave da geografia. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1999.

CUNHA, Luiz Antônio. **Nova reforma do ensino superior: a lógica reconstruída**. Cadernos de Pesquisa. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, n. 101, p. 20-49, 1997.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Ásperos Tempos - Catolicismo Direitos Humanos e Direitos Sociais: Brasil anos sessenta e setenta. In: CABRERA, Olga (org). **Experiências e Memórias**. Goiânia: UFG/ECAB Editorial/Editora Vieira, 2001.

FERREIRA, S. **Reformas na educação superior: novas regulações e a reconfiguração da universidade**. Revista Educação Unisinos. São Leopoldo, n.1, v.19, p.122-131, 2015.

FIGUEIREDO, Romeu. **Metodologia da pesquisa: como planejar, executar e escrever um trabalho científico**. João Pessoa: Ed. UFPB, 2002.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2008.

GOOGLE. **Google Maps**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/>>. Acesso em 10 jun. 2019.

GUIMARÃES, Antônio Sergio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas**. Cadernos de Pesquisa, n. 118, mar. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n118/16836.pdf>>. Acesso em: jul. 2019.

HAESBAERT, R. **Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial**. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (Org.). Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2009. p. 95-120.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à**

multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

HAESBAERT, Rogério. **Viver no limite: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HERMIDA, Jorge Fernando. A reforma educacional na era FHC (1995/1998 e 1999/2002): duas propostas, duas concepções. **Anais do IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”**. Universidade Federal da Paraíba. 2012.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2010**. 2011. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>. Acesso em: ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Divisão regional do Brasil em mesorregiões e microrregiões geográficas**. IBGE: Rio de Janeiro, 1990.

ISPIZUA, Ruiz; OLABUENAGA, José Ruíz. **La descodificación de la vida cotidiana: Métodos de investigación cualitativa**. Bilbao: España. Universidad de Deusto, 1989.

JESUS, Clesio Marcelino de et al. **Relatório Analítico do Território Rural Noroeste de Minas, Edital MDA/SDT/CNPq–Gestão de Territórios Rurais n 05/2009**. 2011.

JOBERT, Bruno. MULLER, Pierre. **L'état en action**. Paris: PUF, 1987.

LOPES, Jorge. **Fazer Do Trabalho Científico Em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: editora Universitária UFPE, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados**. 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. Servindo a dois senhores: as políticas sociais no Governo Lula. **Revista Katál**. Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 15-23, jan.-jun./2007.

MARTINS, Paulo de Sena. Planejamento e plano nacional de educação. **Cadernos Aslegis**, v. 39, 2010.

MELCHIOR, Jose Carlos de Araujo. **O financiamento da educação no Brasil**. São Paulo: EPU, 1987.

MESQUITA, Zilá; BRANDÃO, Carlos. **Territórios do Cotidiano: Uma introdução a novos olhares e experiências**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1995.

MONTES CLAROS. Secretaria Municipal de Educação. **Plano Municipal de Educação de Montes Claros - MG 2015-2025**. 2015. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MG&tipoinfo=1>. Acesso em: jul, 2019.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. In: OLIVEIRA, Adão Francisco de. *Fronteiras da educação: tecnologias e políticas*. Goiânia-Goiás: PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, Adão Francisco de; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George. **Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas**. Goiânia: PUC, 2010.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Educação e planejamento: A escola como núcleo da gestão. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

PADILHA, Caio Augusto Toledo. A política educacional do governo Itamar Franco (1992-1995) e a questão da inclusão. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 16, n. 180, p. 82-97, 2016.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento da educação no Brasil: um balanço do Governo FHC (1995-2002). **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, p. 108-135, 2002.

PINTO, José Marcelino de Rezende. **As implicações financeiras da municipalização do ensino fundamental**. (Dissertação de mestrado). Campinas, Faculdade de Educação da Unicamp, 1989.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. Trad. Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Juliana Pereira. **Modelando a vida e entalhando a arte: o artesanato do Vale do Jequitinhonha**. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Viçosa. Viçosa, 2010.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil (1930-1973)**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana. **Trabalhos acadêmicos uma orientação para a pesquisa e normas técnicas**. Porto Alegre: Editora Age, 2006.

SAVIANI, Dermeval. Sistemas de ensino e planos de educação: o âmbito dos municípios. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 119-136. Dez. 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73301999000400006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: jul. 2019.

SETUBAL, Maria Alice. Com a palavra. **Consulex**. Ano XVI. n. 382. 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.).

Geografia: conceitos e temas. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI.
Bacharelado em Humanidades. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br/cursos/bhu.html>>. Acesso em 10 set. 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Humanidades.** Diamantina: UFVJM, 2011. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/regulamento-dos-cursos/doc_download/1037-.html> Acesso em: 07 out 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Faculdade Interdisciplinar em Humanidades. **Projeto Pedagógico - Bacharelado em Humanidades.** Diamantina: UFVJM, 2008. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/prograd/regulamento-dos-cursos/doc_download/1037-.html> Acesso em: 07 out 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. **Plano de Desenvolvimento Institucional – 2012 - 2016.** Diamantina: UFVJM, 2012. Disponível em: <http://www.ufvjm.edu.br/es/formularios/doc_view/2328-.html>. Acesso em: 23 de ago. de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Sistema de Bibliotecas. **Manual de normalização: monografias, dissertações e teses.** 2. ed. Diamantina: UFVJM, 2016. Disponível em: <<http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/handle/1/936>>. Acesso em: 07 out 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI. Portal da UFVJM. Disponível em: <<http://www.ufvjm.edu.br>>. Acesso em: jun. 2019.

ZAINKO, Maria Amelia Sabbag. Avaliação da educação superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 13, n. 3, p. 827-831, 2008.

LEGISLAÇÃO CONSULTADA

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: jul 2019.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996**. Modifica os arts. 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e dá nova redação ao art. 60 do Ato das Disposições constitucionais Transitórias. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc14.htm>. Acesso em: 20 de ago. de 2018.

BRASIL. **Emenda constitucional nº 53, de 19 de dezembro de 2006**. Dá nova redação aos arts. 7º, 23, 30, 206, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e ao art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc53.htm>. Acesso em: 20 de ago. de 2018.

BRASIL. **Lei n.º 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 de jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Revoga dispositivos das Leis nos 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11494.htm>. Acesso em: 20 de ago. de 2018.

BRASIL. **Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011**. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). 2011b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12513.htm>. Acesso em: jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 30. ago. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-014/2012/lei/l12711.htm>. Acesso em 10 de jun. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **Referenciais orientadores para os bacharelados interdisciplinares e similares**. 2010. Disponível em: <http://reuni.mec.gov.br/images/stories/pdf/novo%20-%20bacharelados%20interdisciplinares%20-%20referenciais%20orientadores%20%20novembro_2010%20brasil.pdf>, Acesso em: jul. 2019.

CARBONITA. **Lei Municipal n.º 789, de 28 de agosto de 2015**. Aprova o Plano Municipal Decenal de Educação do Município de Carbonita-MG e dá outras providências. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MG&tipoinfo=1>. Acesso em: jul, 2019.

DIAMANTINA. **Lei Municipal n.º 3.880, de 22 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MG&tipoinfo=1>. Acesso em: jul, 2019.

FRANCISCO DUMONT. **Lei Municipal n.º 1.028, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MG&tipoinfo=1>. Acesso em: jul, 2019.

JOÃO PINHEIRO. **Lei Municipal n.º 1.887, de 19 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MG&tipoinfo=1>. Acesso em: jul, 2019.

MALACACHETA. **Lei Municipal n.º 2.129, de 19 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME e dá outras providências. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MG&tipoinfo=1>. Acesso em: jul, 2019.

SETUBINHA. **Lei Municipal n.º 277, de 23 de junho de 2015**. Aprova o Plano Decenal Municipal de Educação do Município de Setubinha e dá outras providências. Disponível em: <http://simec.mec.gov.br/sase/sase_mapas.php?uf=MG&tipoinfo=1>. Acesso em: jul, 2019.

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**AUTORIZAÇÃO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**
(De acordo com o item IV da resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde)

Por este instrumento por mim assinado, dou pleno consentimento à mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED, Carolina Santos Almeida, orientanda da Profª. Drª. Mara Lúcia Ramalho para analisar os documentos que se encontram sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, como sendo as matrículas dos discentes do Curso de Bacharelado em Humanidades, no período de 2012 a 2016 para exclusiva utilização em sua dissertação de mestrado.

Tenho pleno conhecimento de que não haverá desconforto, danos e/ou riscos à PROGRAD, decorrentes da pesquisa. Tenho ainda a liberdade de me recusar a participar ou retirar a participação da Pró-Reitoria de Graduação em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo, tendo assegurado a garantia de sigilo e privacidade quanto aos dados confidenciais envolvidos na pesquisa, além de não haver nenhuma forma de indenização ou ressarcimento das despesas decorrentes da participação na mesma.

Concordo plenamente que todos os dados obtidos e quaisquer outras informações constituem propriedade exclusiva do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGED e da mestranda Carolina Santos Almeida, à qual dou pleno direito de retenção, uso na elaboração da pesquisa e de divulgação no país ou estrangeiro, respeitando os respectivos códigos de ética.

Loca e data: Diamantina, 09 de outubro de 2018



Assinatura/carimbo

Lucimar Daniel Simões Salvador
Diretora de Registro e Controle Acadêmico
Pró-Reitoria de Graduação-UFVJM
Portaria D O U 1 150 de 26/04/2017